

MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

RAMO A: ESTUDOS LOCAIS E REGIONAIS - CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

**Do basalto da alvenaria ao
barro do “pau a pique”:
a adaptação da arquitetura “popular”
açoriana na colonização da Ilha de Santa
Catarina**

Leandro da Silva

M

2021



Leandro da Silva

**Do basalto da alvenaria ao
barro do “pau a pique”:
a adaptação da arquitetura “popular”
açoriana na colonização da Ilha de Santa
Catarina**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pela
Professora Doutora Helena Osswald
e pelo Professor Doutor João Carlos Garcia

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021

Leandro da Silva

Do basalto da alvenaria ao barro do “pau a pique”: a adaptação da arquitetura “popular” açoriana na colonização da Ilha de Santa Catarina

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pela

Professora Doutora Helena Osswald

e pelo Professor Doutor João Carlos Garcia

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

O Açoriano venceu pela sua descendência. Venceu o meio, venceu a acção desclassificadora dos factores alheios à sua vontade, que quase o levaram à ruína e ao fracasso. E, amando a pátria que acolheu os seus troncos, elevou-a, impondo como sinal da sua capacidade, as tendências do seu sangue e da sua alma, as mesmas que perduram e dominam ainda hoje, como marco indestrutível da sua vitória, no panorama social de Santa Catarina.

- Oswaldo Cabral

*À Frida e Walter Koslowski (in memoriam),
com todo o meu amor e gratidão.*

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos	5
Resumo.....	6
Abstract	7
Índice de Figuras	8
Índice de Tabelas.....	11
Lista de abreviaturas e siglas.....	12
Introdução.....	13
1. A arquitetura da imigração	16
1.1. A arquitetura e os termos vernacular e popular	18
1.2. A arquitetura do uso: militar, religiosa, residencial	20
2.A casa da colonização desterrense	24
2.1. Os relatos de viajantes, da colonização ao Brasil império	24
2.2. A descrição tipológica arquitetônica de Oswaldo Cabral	37
2.2.1. O urbanismo	39
2.2.2. A arquitetura residencial	44
2.3. A prospecção arqueológica de uma residência colonial	58
3.A casa açoriana.....	66
3.1. Contexto histórico e geográfico	66
3.2. O erro da generalização e as várias tipologias açorianas	69
3.3. A referência açoriana em Santa Catarina.....	74
3.3.1. Critérios e métodos comparativos.....	76
3.3.2. Análise comparativa	80
3.3.2.1.A tipologia urbana.....	80
3.3.2.2.A tipologia do interior da ilha	89
4.A identidade açoriana em Santa Catarina.....	95
4.1. A matriz arquitetônica açoriana em Santa Catarina	95
4.2. Panorama evolutivo da arquitetura: da Vila do Desterro à cidade de Florianópolis	105
4.3. Por que no imaginário popular “toda arquitetura antiga em Florianópolis é açoriana”?	115
Considerações Finais	121
Referências Bibliográficas	125

Referências bibliográficas consultadas, mas não referidas no texto	132
Fontes.....	134
Fontes consultadas, mas não referidas no texto	134
Apêndices	136
Apêndice 1.....	136
Apêndice 2.....	137
Apêndice 3.....	138
Apêndice 4.....	139
Apêndice 5.....	140
Apêndice 6.....	167
Apêndice 7.....	171
Anexos	176
Anexo 1.....	176
Anexo 2.....	177
Anexo 3.....	178
Anexo 4.....	179
Anexo 5.....	180
Anexo 6.....	181
Anexo 7.....	182
Anexo 8.....	183

Declaração de honra

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 28 de setembro de 2021

Leandro da Silva

Agradecimentos

Agradeço a todos que fizeram parte deste trajeto:

Aos meus orientadores, professora Helena e professor João, pelo auxílio no direcionamento deste trabalho, seus conhecimentos foram imprescindíveis para a conclusão deste estudo, além da contribuição para o meu amadurecimento acadêmico, como pesquisador e profissional.

Especialmente ao meu pai, Arno da Silva, que proporcionou-me a possibilidade de emigrar e realizar este mestrado tão longe de casa e à minha irmã, Andiará Rodrigues da Silva, por todo apoio e compreensão de sempre.

À minha família e amigos pela paciência e por compreenderem a minha ausência.

À Doutora Fabiana Comerlato por todos os materiais de estudo compartilhados e disposição em ajudar, sempre que possível.

Aos colegas e professores do Mestrado em História e Patrimônio, pelo companheirismo e contribuição no aprendizado. Especialmente às amigas Ana Cláudia Caseiro de Oliveira e Roberta Zuanazzi Hahn, pelo apoio e pelas risadas, nos melhores e piores momentos deste trajeto.

À Faculdade de Letras e à Universidade do Porto pela estrutura e oportunidade.

A todas as outras pessoas que fazem parte da minha vida e colaboraram de alguma forma para a conclusão deste ciclo, deixo meu muito obrigado!

Resumo

A Ilha de Santa Catarina, assim como sua região costeira e demais terras ao sul da província foram colonizadas, em meados do século XVIII, por meio de uma estratégia militar e política da coroa portuguesa, que inclui o transporte de um grande contingente de ilhéus açorianos para estas regiões. Sabendo disso, desenvolveu-se a hipótese e buscou-se verificar se a arquitetura produzida na colonização da Ilha de Santa Catarina, atual cidade de Florianópolis, tem como referência estilística e tipológica a arquitetura “popular” edificada em determinados espaços do arquipélago dos Açores, que poderia ter sido transportada juntamente com os conhecimentos tecnológicos referentes à construção, destes colonizadores. A partir de investigações específicas, cruzando informações provenientes das áreas de história e arquitetura, por meio de comparativos, embasados em bibliografia especializada e demais fontes de informação escrita e iconográfica, pode ser identificada uma série de semelhanças tipológicas entre a casa da colonização edificada na Vila de Nossa Senhora do Desterro e algumas tipologias açorianas: as características dos telhados; a implantação em banda; as sequências de aberturas; as pequenas dimensões, ligadas também à tipologia dos lotes e influência de uma urbanização semelhante; os usos domésticos e alguns elementos internos das habitações. No entanto, também há limitações, que impossibilitaram a obtenção das respostas esperadas acerca da casa do interior da ilha. Além disso, uma análise desde o início da colonização até os dias atuais revela como o centro urbano da ilha modificou-se, transformando o núcleo, de características coloniais marcantes, da Vila de Nossa Senhora do Desterro no urbanizado centro da capital do estado, Florianópolis, e como utilizou-se deste patrimônio herdado para a construção de uma identidade de matriz açoriana na região.

Palavras-chave: Arquitetura; Ilha de Santa Catarina; colonização; açorianos; construção de identidade.

Abstract

The island of Santa Catarina, as well as its coastal region and other southern lands of the province were colonized in the mid-18th century, through a military and political strategy orchestrated by the Portuguese crown, which included the transport of a large contingent of Azorean islanders for these regions. Knowing this, a hypothesis has been developed and sought to verify whether the architecture produced by the colonization of the Island of Santa Catarina, current city of Florianópolis, has as a stylistic and typological reference the “popular” architecture built in certain spaces of the Azores archipelago, that could have been transported together with the technological knowledge regarding construction of these colonizers. From specific investigations, crossing information from the areas of history and architecture, through comparatives, based on specialized bibliography and other sources of written and iconographic information, a series of typological similarities can be identified between the colonization house built in the Vila of Nossa Senhora do Desterro and some Azorean typologies: the characteristics of the roofs; in-band deployment; the opening sequences; the small dimensions, also linked to the typology of the lots and the influence of a similar urbanization; domestic uses and some internal elements of housing. However, there are also limitations, which made it impossible to obtain the expected answers about the house in the island countryside. Furthermore, an analysis from the beginning of colonization to present days reveals how the island urban center has changed, transforming the nucleus, with striking colonial characteristics, of Vila de Nossa Senhora do Desterro into the urbanized center of the state capital, Florianópolis, and how this inherited heritage was used to build an Azorean matrix identity in the region.

Key-words: Architecture; Santa Catarina Island; colonization; Azoreans; construction of identity.

Índice de Figuras

FIGURA 1. PLANTA PARTICULAR DA ILHA DE SANTA CATARINA: COM A CONFIGURAÇÃO DA COSTA DA TERRA FIRME. ENTRE 1786 – 1790. ESCALA 1:92 000.	15
FIGURA 2. VEDUTA DELL ISOLA DI STA. CATTERINA. LA PÉROUSE T.1. ED. ITALIANA. DUCHÉ-DE-VANCY DIS. DALL'ACQUA INC. LAZERETTI COLORI.	27
FIGURA 3. LA PAGELET (SCULPT.), DUCHÉ-DE-VANCY (DEL.): COSTUME OF ST. CATHERINE'S OFS THE BRAZILS. 25 x 39,5 CM. SÃO PAULO, COL. PART. NEWTON CARNEIRO JR.	28
FIGURA 4. VEDUTA DELLA CITTA DI NUESTRA SENHORA DEL DESTERO NELL'ISOLA DI S. CATERINA. ED. ITALIANA. V. RAINIERI COLORI. KRUSENSTERN T.1. TAV.1. BERGER, PAULO. ILHA DE SANTA CATARINA - RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS (SÉCULOS XVIII E XIX). FLORIANÓPOLIS: UFSC E LUNARDELLI, 1984, P. 135.....	29
FIGURA 5. LOUIS CHORIS (1795 - 1828): BRÉSIL. BERGER, PAULO. ILHA DE SANTA CATARINA - RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS (SÉCULOS XVIII E XIX). FLORIANÓPOLIS: UFSC E LUNARDELLI, 1984, P. 237.	32
FIGURA 6. LOUIS CHORIS (1795 - 1828): VUE DANS L'INTERIEUR DE L'LE DE STE. CATHERINE. BERGER, PAULO. ILHA DE SANTA CATARINA - RELATOS DE VIAJANTES ESTRANGEIROS (SÉCULOS XVIII E XIX). FLORIANÓPOLIS: UFSC E LUNARDELLI, 1984, P. 238.	33
FIGURA 7. DEBRET. DESTERRO, C.1824-1828. AQUARELA, 9.7 x 37.2 CM.	36
FIGURA 8. MAPA DE UMA PARTE DA ILHA DE SANTA CATARINA QUE SE ACHA FORTIFICADA EM ESTADO DE DEFESA. ANO DE 1795. ILUSTRA O URBANISMO GEOMÉTRICO DA VILA DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO.	43
FIGURA 9. "CASA TÉRREA MACIÇA NA ESQUINA, ARRIMANDO AS CASINHAS INSÓLIDAS DA RUA GENERAL BITTENCOURT. FLORIANÓPOLIS."	46
FIGURA 10. ESTRUTURA DE PORTA E JANELA, DESCRITAS POR CABRAL (1954) E BROOS (2002). VISTA INTERNA. ELABORADA POR LEANDRO DA SILVA.....	49
FIGURA 11. PROJETO DESENVOLVIDO A PARTIR DAS DESCRIÇÕES TIPOLOGICAS CITADAS. PLANTA BAIXA. ELABORADO POR LEANDRO DA SILVA	54
FIGURA 12. PROJETO DESENVOLVIDO A PARTIR DAS DESCRIÇÕES TIPOLOGICAS CITADAS. ELEVAÇÃO FRONTAL E CORTE TRANSVERSAL (INDICADO EM PLANTA). ELABORADO POR LEANDRO DA SILVA.....	55
FIGURA 13. "CASAS TÍPICAS DE TRÊS BRAÇAS COM CORREDOR AO LADO, PERFILAÇÃO DO REBORDO, FAIXAS DE MADEIRA. SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII. LARGO 13 DE MAIO, FLORIANÓPOLIS."	57

FIGURA 14. "AS ÚLTIMAS CASAS "PORTA-JANELA", DO CAMPO DO MANEJO, QUE RESTARAM COMO VESTÍGIO DOS TEMPOS COLONIAIS. FORAM DERRUBADAS HÁ POUCOS ANOS". FOTO DO ACERVO PESSOAL DE OSWALDO CABRAL.....	57
FIGURA 15. PLANTA BAIXA APRESENTADA COMO HIPÓTESE PARA ANTIGA RESIDÊNCIA COLONIAL, NO LOCAL ONDE ESTÁ LOCALIZADO O ATUAL SOBRADO Nº 340, RUA DOS ILHÉUS. DESENVOLVIDO JUNTAMENTE COM RELATÓRIO PARA INTERVENÇÕES DE CONSERVAÇÃO E ACESSIBILIDADE DO EDIFÍCIO.....	62
FIGURA 16. CROQUI DE REPRESENTAÇÃO DAS ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS ENCONTRADAS DURANTE A PROSPECÇÃO, REALIZADA NO SOLO DO REFERIDO SOBRADO, COORDENADO PELA HISTORIADORA E ESPECIALISTA EM ARQUEOLOGIA FABIANA COMERLATO, EM 1999.	63
FIGURA 17. PROPOSTA DE RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO COLÔNIAL CONFORME AS FONTES E VESTÍGIOS CITADAS ANTERIORMENTE. ELABORADA POR LEANDRO DA SILVA	64
FIGURA 18. DETALHE DAS ÁREAS ESTIMADAS DE REALIZAÇÃO DA PROSPECÇÃO ARQUEOLÓGICA REPRESENTADA EM PROPOSTA DE RECONSTRUÇÃO. ELABORADO POR LEANDRO DA SILVA	65
FIGURA 19. CASA ENCOSTADA EMPENA-A-EMPENA. RIBEIRA GRANDE, SÃO MIGUEL CENTRO (LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO ANEXO 3).....	81
FIGURA 20. CASA INTEGRADA, COM DOIS TELHADOS. ACHADA, SÃO MIGUEL ORIENTE (LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO ANEXO 4).....	82
FIGURA 21. CASA DE VILA PROTO-URBANA. PRAIA DA VITÓRIA, RUA SERPA PINTO, TERCEIRA	82
FIGURA 22. CASA DA CONCEIÇÃO E ANGÚSTIAS. CONCEIÇÃO, FAIAL (EXEMPLAR EM ANGÚSTIAS, ANEXO 5)...	83
FIGURA 23. CASA ABARRACADA, COM COBERTURA DE PALHA. CANDELÁRIA, SÃO MIGUEL OCIDENTAL (LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO ANEXO 6)	90
FIGURA 24. CASA DE EMPENA-FACHADA. SETE CIDADES, SÃO MIGUEL OCIDENTAL (LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO ANEXO 7).....	91
FIGURA 25. CASA MAIS ANTIGA. FAJÁZINHA, FLORES (LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO ANEXO 8)	91
FIGURA 26. LARGO 13 DE MAIO ANTES DA REALIZAÇÃO DO ATERRO DA BAÍA, À DIREITA AS PEQUENAS HABITAÇÕES REMASCENTES DO PERÍODO COLONIAL	111
FIGURA 27. FOTO DA DÉCADA DE 20. EM PRIMEIRO PLANO A PONTE DO VINAGRE, SOBRE O RIO DA BULHA. NA FOTO É POSSÍVEL VER AO FUNDO O LARGO 13 DE MAIO, ALTERADO DEVIDO O ATERRO, O HOSPITAL DE CARIDADE E A RUA MENINO DEUS	112
FIGURA 28. LARGO 13 DE MAIO APÓS A EXECUÇÃO DO ATERRO NA BAÍA. UFSC/DAEX.	112
FIGURA 29. IMAGEM 3D DE PROJETO DESENVOLVIDO NO CAPÍTULO 2 A PARTIR DAS DESCRIÇÕES TIPOLOGICAS CITADAS. VISTA DA “VARANDA” (COZINHA) E PELA PORTA À FORA O QUINTAL. ELABORADA POR LEANDRO DA SILVA	136

FIGURA 30. IMAGEM 3D DE PROJETO DESENVOLVIDO NO CAPÍTULO 2 A PARTIR DAS DESCRIÇÕES TIPOLÓGICAS CITADAS. VISTA SUPERIOR DA CIRCULAÇÃO, SALÃO (SALA) À DIREITA, ALCOVAS (DE DORMIR) AO MEIO E "VARANDA" (COZINHA) NOS FUNDOS. ELABORADA POR LEANDRO DA SILVA	137
FIGURA 31. IMAGEM 3D DE PROJETO DESENVOLVIDO NO CAPÍTULO 2 A PARTIR DAS DESCRIÇÕES TIPOLÓGICAS CITADAS. VISTA DA PORTA DE ACESSO FRONTAL, À DIREITA SALÃO (SALA), VOLUME E PORTA DE ALCOVA (DE DORMIR) AO CENTRO E À ESQUERDA CORREDOR DE ACESSO PARA COZINHA E AO FUNDO PORTA DE ACESSO AO QUINTAL. ELABORADA POR LEANDRO DA SILVA	138
FIGURA 32. IMAGEM 3D DE PROJETO DESENVOLVIDO NO CAPÍTULO 2 A PARTIR DAS DESCRIÇÕES TIPOLÓGICAS CITADAS. VISTA DE UMA ALCOVA (DE DORMIR), CONTENDO, UMA CAMA, DUAS ESTEIRAS E BAÚS PARA PERTENCES. ELABORADA POR LEANDRO DA SILVA.....	139
FIGURA 33. FOTOGRAFIA DA QUADRICULA A EM PROCESSO DE PROSPECÇÃO ARQUIOLÓGICA	176
FIGURA 34. FOTOGRAFIA DA QUADRICULA B EM PROCESSO DE PROSPECÇÃO ARQUIOLÓGICA	177
FIGURA 35. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DE UM EXEMPLAR DA CASA ENCOSTADA EMPENA-A-EMPENA NA RIBEIRA SECA, SÃO MIGUEL CENTRAL	178
FIGURA 36. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DE UM EXEMPLAR DA CASA INTEGRADA NA ACHADA, SÃO MIGUEL ORIENTAL.....	179
FIGURA 37. CASA DA CONCEIÇÃO E ANGÚSTIAS. EM ANGÚSTIAS, FAIAL	180
FIGURA 38. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DE UM EXEMPLAR DA CASA ABARRACADA NA CANDELÁRIA, SÃO MIGUEL OCIDENTAL.....	181
FIGURA 39. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DE UM EXEMPLAR DA CASA DE EMPENA-FACHADA NAS SETE CIDADES, SÃO MIGUEL OCIDENTAL.....	182
FIGURA 40. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO DE UM EXEMPLAR DA CASA MAIS ANTIGA EM LAJES, ILHA DAS FLORES.....	183

Índice de Tabelas

TABELA 1 – EXEMPLO: RECORTE DA TABELA Nº 2 (COMPLETA EM APÊNDICE 2) ELABORADA POR LEANDRO DA SILVA	79
TABELA 2. TIPOLOGIAS SELECIONADAS PERANTE O COMPARATIVO ACERCA DA TIPOLOGIA URBANA. ELABORADA POR LEANDRO DA SILVA	80
TABELA 3. TIPOLOGIAS SELECIONADAS PERANTE O COMPARATIVO ACERCA DA TIPOLOGIA DO INTERIOR DA ILHA. ELABORADA POR LEANDRO DA SILVA.....	89
TABELA 4. TABELA Nº 1 - ATRIBUIÇÃO DE CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS, INDIVIDUALMENTE, PARA AS TIPOLOGIAS AÇORIANAS E CATARINENSES. ELABORADA POR LEANDRO DA SILVA	140
TABELA 5. TABELA Nº 2 - RESUMO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS COMPARATIVOS DE CADA TIPOLOGIA AÇORIANA COM A TIPOLOGIA URBANA DA COLONIZAÇÃO NA ILHA DE SANTA CATARINA. ELABORADA POR LEANDRO DA SILVA	167
TABELA 6. TABELA Nº 3 - RESUMO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS COMPARATIVOS DE CADA TIPOLOGIA AÇORIANA COM A TIPOLOGIA COLONIAL DO INTERIOR DA ILHA DE SANTA CATARINA. ELABORADA POR LEANDRO DA SILVA	171

Lista de abreviaturas e siglas

ICOMOS	CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
IBRAM.....	INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS
IPUF	INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS
SEPHAN	SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NATURAL DO MUNICÍPIO
UAC.....	UNIVERSIDADE DOS AÇORES
UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
UDESC	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
NEA	NÚCLEO DE ESTUDOS AÇORIANOS
SC	SANTA CATARINA

Introdução

Desde o século XVI espanhóis e portugueses demonstram interesse pelo meridional da América do Sul, essencialmente pela Bacia do Prata. Mas também, conforme argumenta Souza (1981, p. 3), o posicionamento estratégico da ínsula catarinense frente à exploração da região, aguça o interesse das coroas ibéricas nessa ilha: em maio de 1609 em plena união ibérica, um “conquistador” espanhol chamado Hernandarias de Saavedra faz uma solicitação de requerimento da Ilha de Santa Catarina, ao rei; quase 20 anos depois, em 1628, Manoel Preto, após uma expedição ao interior da região, anuncia pretensão de povoá-la; e em 1657, Salvador Correa de Sá e Benevides, formaliza ao rei de Portugal uma solicitação de doação de algumas léguas da costa catarinense, na qual a ínsula estava inclusa.

Conforme afirmam Souza (1981, p. 3), Piazza (1997, p. 120), Rodrigues (2010, p. 19) e Meneses (2014, p. 124), a coroa portuguesa tinha intenções de povoar a região não apenas para defendê-la de invasores estrangeiros, mas acima disso, para obter facilidades no transporte de minérios dos territórios de colonização espanhola. Pensando nisso, em 1663, foi publicada uma resolução régia atribuindo posse da Ilha catarinense a Agostinho Barbalho Bezerra, que, afinal, nunca concretizou-a. Em contrapartida, no mesmo período, o vicentista Francisco Dias Velho fixa-se na ilha, onde teve algumas sesmarias concedidas, e funda a póvoa que daria origem à vila e à cidade de Nossa Senhora do Desterro. No entanto, em 1689, Dias Velho é assassinado e sua família deixa a ilha, permanecendo abandonada por mais algumas décadas.

Logo no início da década de 1680, é fundada, na margem norte do Rio da Prata, a Colônia do Sacramento. Rodrigues (2010, p. 19) indica que esse ato estratégico demonstra a importância que a coroa portuguesa atribuía à bacia cisplatina, e afirma ainda que a fundação da colônia portuguesa de frente a Buenos Aires, foi considerada pela coroa espanhola como uma grande ameaça, dando início a um período de tensão entre os reinos ibéricos, acerca dos limites territoriais na América do Sul, que durou desde os finais do século XVII, ultrapassando o Tratado de Madrid de 1750, e estendendo-se até ao Tratado de San Ildefonso em 1777.

Quase em meados do século XVIII, conforme afirma Souza (1981, p. 6), o desentendimento entre Portugal e Espanha chega ao seu auge. E foi perante a necessidade de garantir proteção e a soberania da coroa portuguesa sobre a região sul, que o governo responsável pela administração da colônia brasileira decidiu fortificar a Ilha de Santa Catarina. Para isso, foi encarregado um engenheiro militar, o brigadeiro José da Silva Paes, que em 1739 toma posse do governo da capitania de Santa Catarina, recém desmembrada da jurisdição de São Paulo, sendo agora, subordinada diretamente ao Rio de Janeiro.

O governo de Silva Paes é marcado por dois importantes feitos estratégicos acerca da defesa da região: a fortificação da Ilha de Santa Catarina, por meio da construção de quatro fortalezas; e o início da colonização, essencialmente da ínsula catarinense, por imigrantes açorianos. Sendo este último ato, a transferência de casais açorianos para Santa Catarina, o marco inicial de um processo de transporte e relações culturais, que consequentemente culminará no tema a ser tratado nesta investigação.

Com o deslocamento dos grandes contingentes açorianos para Santa Catarina, sejam imigrantes ou colonos, conforme afirma Piazza (1997, p. 126), não teriam sido transportados apenas pessoas naquelas embarcações, esses casais também levaram consigo seus valores culturais. Valores que podem ser notados ainda hoje em forma de manifestações culturais, conforme argumenta o projeto de mapeamento acerca do patrimônio cultural de comunidades açorianas no estado, proposto por Joi Cletison Alves e Eugênio P. Lacerda em 2012, além de diversas investigações sobre o tema, como as de Farias (2000), Pereira (2003), Leal (2007), IPHAN - SC (2015) e Pinto (2015).

Sabendo desse transporte e reprodução dos conhecimentos culturais açorianos na nova terra, questiona-se, se esses colonizadores teriam reproduzido também o modelo de residências que conheciam no arquipélago português, as casas que construíam e em que viviam em sua terra natal. Considerando também que, nesse processo de transporte e reprodução de tipologias arquitetônicas, poderiam ser necessárias adaptações, devido a questões sociais, econômicas, naturais e tecnológicas.

Figura 1. Planta particular da Ilha de Santa Catarina: com a configuração da costa da terra firme. Entre 1786 – 1790. Escala 1:92 000.



Fonte: Garcia, J. (2011). Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto [CD-ROM]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto. IMG: C-M&A-P.24(68)

1. A arquitetura da imigração

Morar constitui uma necessidade básica do ser humano, como nos lembram Costa e Mesquita (1978, p. 9). A habitação tem como fim primeiro responder, condicionada pelo seu meio, às possíveis agressões que as intempéries e rigores do clima podem significar para o ser humano. Para além disso, conforme os autores, não é menos evidente que as pessoas imprimem na construção a própria condição. Ao construir sua habitação, o ser humano imprime nela a própria condição econômica, seu padrão social e cultural. E conforme Farias (2000, p. 464), para além da sua construção, o edifício carrega marcas típicas de cada época, podendo ser identificadas de acordo com o contexto geo-histórico e cultural de cada povo.

Conforme afirmam Souza e Pinto (2018, p. 5380), na década de 1960, à partir das críticas ao movimento modernista, os estudos acerca da arquitetura mudam seu foco dos grandes monumentos de estilos eruditos para os espaços cotidianos, permitindo maiores interpretações sociológicas sobre o espaço doméstico. Assim, percebeu-se que a partir da habitação é possível compreender aspectos da sociedade que a produziu, e conforme afirma Josep Maria Montaner (2001), abriu-se a possibilidade de entender a arquitetura como um fenômeno cultural. No entanto, deve-se esclarecer que este conceito pode ser considerado uma “redescoberta”, produzida no encontro entre as áreas da arquitetura e da sociologia na segunda metade do século XX, sabendo que em civilizações mais antigas a arquitetura já seria entendida como um representativo produto cultural.

Ainda entre as décadas de 60 e 70, outros teóricos contribuíram para essa discussão, como Bernard Rudofsky em *Arquitectura sin arquitectos* de 1973, Paul Oliver em *Shelter and society* de 1969 e Amos Rapoport em *House form and culture* também de 1969. Apesar de alguns diferentes pontos de vista entre esses autores, conforme Souza e Pinto (2018, p. 5381), todos compartilham do mesmo entendimento, que a arquitetura é um produto cultural da sociedade na qual é concebida.

Assim, tendo em vista esse princípio, em um cenário migratório ela deve portar-se como as demais manifestações culturais, podendo ser transportada por meio dos

saberes da população em processo de saída de um território e movimentação para outro, ainda que precise passar por adaptações relativas ao novo ambiente. Acerca destes transportes culturais, Carlos Almeida (1974, p. 203 - 204) afirma que a imigração não se trata apenas da transferência de indivíduos de um lugar para outro, mas de uma movimentação de pessoas que estabelece relações entre ambos os espaços, entendendo estes, como espaços geográficos repletos de significações socioculturais (ALMEIDA, 1974, p. 203).

Segundo Almeida (1974, p. 204), as migrações tratam-se também da propagação do sistema econômico, social e cultural do povo em processo migratório, vindo ao encontro das obras de Farias (2000) e Pereira (2003), acerca dos diversos produtos culturais transplantados dos Açores e adaptados ao sul do Brasil durante a colonização da região, em meados do século XVIII. Entretanto, neste caso, o assentamento de ilhéus portugueses deu-se a partir de um projeto não apenas administrativo, mas também com diretrizes urbanísticas e arquitetônicas, o que poderia interferir na implantação de uma cultura arquitetônica trazida por imigrantes.

Sobre este processo, Souza (1981, p. 7) afirma que entre os açorianos transportados para o meridional brasileiro, depara-se com duas figuras: o açoriano emigrante, que por motivos pessoais, relativos a questões econômicas, políticas e naturais¹, deixou sua terra de origem, partindo em busca de um novo lugar que lhe parece mais promissor, atendendo os seus próprios desejos; e o açoriano colonizador, que abandonou seu país devido uma iniciativa do Estado, e que espera, conforme acordado pelo programa de colonização, um auxílio e manutenção da sua sobrevivência e prosperidade em troca de assegurar a posse dessas terras desconhecidas, muitas vezes não exploradas e isoladas.

No entanto, independente da nomenclatura atribuída a esses ilhéus e ao motivo que os fizeram migrar, o transporte de algumas manifestações culturais é um fato, produto de diversos estudos, e pode ser visto até hoje em manifestações cotidianas e festivas

¹ Consultar Piazza (1997; 1999) e Rodrigues (2007) para estudos mais aprofundados acerca dos motivos da emigração açoriana por parte dos próprios emigrantes.

do litoral catarinense. Entretanto, para iniciar a investigação com objetivo de identificar se a arquitetura açoriana foi uma das manifestações culturais reproduzida pelos imigrantes na Ilha de Santa Catarina, devem ser definidos, o objeto de estudo e os recortes temporal e espacial. Para estabelecer este delineamento, é necessário o esclarecimento de alguns conceitos, como o das nomenclaturas relativas à arquitetura produzida no período e ao uso das edificações aliado à sua produção.

1.1. A arquitetura e os termos vernacular e popular

Sabendo que morar é uma necessidade humana e que a moradia é um produto cultural, Rudofsky (1973, s.p.) afirma que a arquitetura primitiva é uma forma de arte que resulta da inteligência humana aplicada ao modo de vida de uma comunidade. E apesar de a história, comumente, narrar seus grandes acontecimentos por meio das monumentais obras de vertentes acadêmicas, como os templos e palácios, Rudofsky (1973, s.p.), Souza (1981, p. 128) e Weimer (2012, p. XXXVI) afirmam que é na “arquitetura anônima” (SOUZA, 1981), a “arquitetura sem arquitetos” (RUDOFISKY, 1973), que encontra-se o reflexo do povo, das pessoas comuns. Pois segundo Souza (1981, p. 128), essa arquitetura, a casa comum, é fruto do esforço conjunto de toda uma comunidade, com uma mesma origem, para suprir as suas necessidades.

Em estudos mais recentes², essa tipologia é chamada de “casa corrente”, conforme explica Castilho (2015, p. 61 – 62). Trata-se do agrupamento de diversas realidades habitacionais, mas que em última instância divergem e não pertencem ao grupo das “casas nobres”. Conforme a autora, a “casa corrente” diz respeito as habitações que não pertencem a elite e não apresentam grandiosidade, de extensão ou de valor estético, mas que se “perdem” no anonimato, às quais chama de “casa dos outros”³. Por fim, Castilho (2015, p. 61 – 62) aponta, que se a casa nobre era uma exceção, representando uma referência arquitetônica e estilística, a casa corrente era, como o nome indica, o normal, o padrão, que não destaca-se na paisagem urbana pela singularidade de sua fachada, mas pela sua exaustiva repetição.

² Como os de Castilho (2015) e Anileiro (2017).

³ Expressões utilizadas por Castilho (2015)

Segundo Rudofsky (1973, s.p.), essa arquitetura seria tão pouco estudada que, nem sequer, existiria uma nomenclatura específica para ela, tratando-a como: “vernácula”, “anônima”, “espontânea”, “indígena” ou “rural”. No entanto, conforme Souza e Pinto (2018, p. 5381), a partir das reformas interpretativas pós-movimento moderno, na década de 1960, foi possível caracterizar certos espaços construídos como “arquitetura vernacular”. Segundo os autores, o termo teria sido adotado do latim “*vernaculus*”, com o significado de algo nativo, originário.

A partir disso, a arquitetura vernacular ganha várias propostas de definições, com diferentes características, inclusive, uma carta sobre o patrimônio vernacular edificado, publicada em 1999, pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Entretanto, percebe-se que o termo vernacular está sempre ligado a construções com ausência de profissionais com formação acadêmica; conhecimentos populares, transmitidos informalmente e reproduzidos por meio de práticas populares; materiais e métodos construtivos que garantem feições estéticas sempre ligadas ao ambiente natural e os materiais que o meio oferece; além disso, o trabalho seria comunitário ou realizado pelos próprios usuários, caracterizando uma “autoconstrução”; e por fim, uma importante característica desta arquitetura, sua propriedade de adaptação e modificação, tanto às necessidades do meio físico, geográfico, como aos recorrentes processos da globalização (SOUZA; PINTO; STEPHAN; CARVALHO, 2018. p. 5382).

Essa propriedade adaptativa da arquitetura vernacular, cria uma série de possibilidades de hibridização, entre culturas locais e internacionais, assim como as influências das tradições com a modernidade. Segundo Souza e Pinto (2018, p. 5382), esse fator torna necessária a expansão da discussão acerca dessa “arquitetura anônima”, sendo necessário incluir aspectos ligados à globalização, como os materiais industrializados, as influências estéticas internacionais, além da influência nos modos de habitar. Dessa forma, identifica-se o surgimento de uma nova manifestação cultural ligada à construção: a arquitetura popular.

E é, a partir destas transformações entre as relações globais que, Souza e Pinto (2018, p. 5382) afirmam, é possível compreender as fronteiras entre a arquitetura vernacular

e a arquitetura popular, e que apesar de ainda ser caracterizada como “autoconstrução”, a arquitetura popular está inserida em um contexto capitalista, sendo esta uma mescla entre o tradicional e o moderno. A utilização desta distinção feita por estes autores está limitada no caso em estudo, já que à época os conceitos de “capitalismo” e “industrialização” não descrevem a realidade. Existem, sem dúvida, sinais de um capitalismo comercial e indústrias, mas não nos moldes que as caracterizam na contemporaneidade.

Tendo em vista as diferenças e relações entre as arquiteturas vernacular e popular, conforme afirma Araujo (2000, p. 482) e pode-se verificar nos registros de Caldas (1999), no período próximo ao processo migratório de açorianos para o sul do Brasil, no século XVIII, nas ilhas açorianas ainda eram produzidas habitações que poderiam ser classificadas como arquitetura vernacular, assim como, no arquipélago também eram edificadas casas de estilos eruditos e a sua mescla, a arquitetura popular. No entanto, com a chegada dos emigrantes açorianos no meridional brasileiro, e a precária situação da sociedade colonial na ilha catarinense, conforme indicam Boiteux (1953), Coelho (1956), Souza (1981) e Piazza (1991), a arquitetura produzida na ilha é, quase em sua totalidade, vernacular, como poder-se-á verificar no capítulo seguinte.

Esse cenário arquitetônico começa a apresentar características de evolução apenas no início do século XIX, entre a chegada da família real ao Brasil, com a abertura dos portos e a independência da então colônia (SOUZA, 1981; BROOS, 2002). Neste momento, conforme indica Souza (1981, p. 162), a Vila do Desterro recebe alguns comércios de produtos importados e assim, chegam à ilha os materiais construtivos “industrializados”, juntamente com as influências estilísticas internacionais, dando início à produção da arquitetura popular em Santa Catarina.

1.2. A arquitetura do uso: militar, religiosa, residencial

Ao estudar a história, ou mesmo a história da arquitetura, conforme indicam Rudofsky (1973, s.p.) e Souza (1981, p. 128), é muito comum que os interesses dos investigadores estejam voltados para a arquitetura oficial. E para além da grande importância que a arquitetura monumental tem na historiografia tradicional, é essa

arquitetura que, normalmente, em épocas posteriores, se preserva como herança de cada povo: no caso europeu e das suas colônias, as fortificações, as igrejas e os palácios.

No Brasil colônia, assim como na Ilha de Santa Catarina, não foi diferente. Segundo Souza (1981, p. 73 - 74), as fortificações e demais construções militares tiveram grande importância, com objetivo de resguardar o território da extensa costa brasileira. Em seguida as construções religiosas surgem nos assentamentos populacionais e vilas, atendendo as necessidades religiosas dos colonizadores. Para além dos projetos políticos, a Coroa portuguesa, em virtude do direito de padroado, toma as iniciativas de edificação de edifícios religiosos, muitas das vezes encarregando os mesmos mestres arquitetos, engenheiros, das construções militares. Aliada à instituição religiosa, no cenário político, também encontrava-se o poder do estado, edificado na forma da casa de câmara e cadeia, ou no caso de Santa Catarina, no Palácio do Governador.

O primeiro conjunto monumental construído na Ilha de Santa Catarina seria o complexo de fortalezas militares edificadas no canal norte. Tendo em vista a importância estratégica da ilha entre o Rio de Janeiro e a região de domínio espanhol, em 1737, o Brigadeiro José da Silva Paes foi incumbido de desenvolver o plano de fortificação da ínsula catarinense. Em março de 1739 o então brigadeiro assume o comando militar e o governo da província de Santa Catarina, iniciando imediatamente o planejamento e construção das fortalezas, projetadas e coordenadas por ele, que desempenhava também as funções de engenheiro militar (SOUZA, 1981, p. 13 – 14).

Conforme afirma Souza (1981, p. 14), Silva Paes planejou, para a Barra Norte, um sistema defensivo de triangulação, formado por fortalezas em três diferentes ilhas. Uma na própria Ilha de Santa Catarina, chamada São José da Ponta Grossa, e as outras duas, Fortaleza de Santa Cruz e Fortaleza de Santo Antônio, nas ilhotas de Anhatomirim e Raton Grande, respectivamente. Além disso, foi construída ainda a

Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, na Ilha de Araçatuba, guarnecendo a defesa da Barra Sul⁴.

Segundo Souza (1981, p. 15), para além dessas fortificações, José da Silva Paes foi ainda o responsável pelos projetos arquitetônicos da Casa do Governador e da Igreja Matriz, sendo esses edifícios símbolos do poder de Deus e da coroa portuguesa (SOUZA, 1981, p. 73), e financiados por esta. Sua arquitetura representa a presença da instituição real na colônia.

Por meio da provisão régia de 9 de agosto de 1747, do rei D. João V acerca das normas para assentamento dos povoadores na ilha, transcrita e comentada, dentre tantos historiadores, por Coelho (1856), Souza (1981) e Piazza (1999), pode-se verificar a importância dos espaços religiosos para a coroa portuguesa, ao especificar a construção de igrejas e contratação de vigários para os assentamentos populacionais dos casais ilhéus emigrados. No entanto, a importância da religião para a população, pode ser medida também pela quantidade de templos que foram construídos na região durante o período colonial. Segundo os dados apresentados por Souza (1981, p. 74), no ano de 1797, o então governador da província João Alberto de Miranda Ribeiro, indica um total de 9 igrejas, 10 capelas e 2 oratórios, por todo o perímetro da ilha catarinense.

Em contrapartida a essas construções militares e religiosas, monumentais, projetadas por profissionais e concebidas dentro de estilos arquitetônicos acadêmicos, a arquitetura residencial, a “casa do povo”, não recebe qualquer alusão na documentação oficial dos poderes instituídos, mantendo essa arquitetura tão anônima, pouco conhecida e estudada, conforme afirmam Rudofsky (1973, s.p.) e Souza (1981, p. 128). No entanto, de acordo com os autores, seria essa arquitetura, o reflexo de determinada comunidade em determinada época, representando um esforço comum, em resposta às necessidades de diversos tipos neste período.

⁴ Souza (1981) destina um capítulo de sua obra para escrever sobre a arquitetura militar da Ilha de Santa Catarina e, individualmente, analisa o projeto arquitetônico e a situação de cada fortaleza, no início da década de 1980.

Tendo estabelecido estes conceitos, pode-se delinear o objeto e recortes, temporal e espacial, da investigação. Assim, o trabalho delimita-se na pesquisa acerca da arquitetura residencial, vernacular, do período compreendido desde a chegada dos primeiros casais de imigrantes (1748) até, por volta, da independência do Brasil (1822), em toda a Ilha de Santa Catarina. Essa arquitetura da colonização catarinense deve ser comparada, por meio de critérios pré-definidos, à arquitetura produzida no arquipélago dos Açores, do período que estende-se da sua colonização até as navegações migratórias para a colônia sul-americana. Em seguida, a investigação também tem seu limite temporal aumentado até a atualidade, na busca de compreensão da evolução arquitetônica da Vila de Nossa Senhora do Desterro até a constituição da cidade de Florianópolis e a construção da identidade açoriana na ilha catarinense.

2. A casa da colonização desterrense

Na busca pela identificação de uma tipologia arquitetônica edificada durante o período delimitado, as primeiras fontes de informação analisadas, como se pode imaginar, são também os mais antigos registros que se tem conhecimento sobre a colonização da Ilha de Santa Catarina, os relatos de viajantes e de administradores da capitania.

Em seguida e até os dias atuais, historiadores e demais pesquisadores de diversas áreas correlacionadas estudam o período da colonização catarinense e consequentemente suas manifestações arquitetônicas. O cenário arquitetônico na Ilha de Santa Catarina ganha protagonismo nos estudos históricos quando, a partir das investigações de Cabral (1954), Broos (2002)⁵ e Souza (1980), se percebe como o desenvolvimento econômico e social da região estiveram refletidos na sua arquitetura.

Por fim, a tentativa de confirmação da tipologia arquitetônica comum do período colonial, descrita por Oswaldo Cabral (1954), é proveniente de estudos a partir de uma prospecção arqueológica, realizada em uma edificação que se localiza na área onde fora instalado o centro da antiga Vila do Desterro, marco inicial do povoamento da ilha.

2.1. Os relatos de viajantes, da colonização ao Brasil império

Durante o período de abandono após a primeira, e fracassada, tentativa de colonização da Ilha de Santa Catarina, alguns viajantes que passam pela região se referem vagamente as habitações encontradas⁶. Em 1711, Gonçalves de Aguiar descreve a povoação na ilha sendo formada por alguns ranchos, construídos de pau-a-pique e cobertos com palha, dispostos à beira da praia abrigando os poucos

⁵ Em 2002 uma parceria entre a esfera municipal de Blumenau e o governo do estado de Santa Catarina publica o livro “Construções antigas em Santa Catarina” com a reprodução do trabalho originalmente apresentado por Hans Broos à Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Rio de Janeiro, como forma de revalidação do seu diploma internacional de arquitetura, no ano de 1957.

⁶ É de grande importância conhecer a arquitetura produzida na ilha antes da chegada dos imigrantes açorianos, pois essa tipologia pode também influenciar na adaptação e/ou produção de uma arquitetura original dos novos colonizadores em terras meridionais.

pescadores que habitam a região (Docs. Interessantes para a História de São Paulo – Vol. XXXII, p. 304 *apud* CABRAL, 1954, p. 8).

Em 1714, 1719 e 1740, respectivamente, o engenheiro militar francês Amédée François Frezier, o “pirata” inglês George Shelvocke e a esquadra inglesa comandada por George Anson, passam pela ilha e nenhuma descrição fazem sobre suas edificações (BERGER, 1979). O inglês Shelvocke, apenas refere que não viu nada na ilha que pudesse identificar qualquer povoamento como uma simples cidade (BERGER, 1979, p. 47).

Em 1722, o então capitão de ordenanças da região, Manuel Manso de Avelar, descreve o assentamento de pescadores como “pobre e limitado”, igualando-o à uma “pescaria” (CABRAL, 1953). Três anos mais tarde, o governador de São Paulo recomendou a Manso de Avelar que as casas da ilha fossem cobertas com telhas, para abrigar casais açorianos que viriam povoar a região (José A. Boiteux. Santa Catarina nos tempos d’El Rei, Nosso Senhor, pág. 12. *apud* Cabral, 1954, p. 118). No entanto, o transporte de colonos dos arquipélagos atlânticos para a Ilha de Santa Catarina tem início apenas dali a duas décadas, com a chegada da primeira leva de imigrantes ao meridional da então colônia, em 1748.

O primeiro relato que se tem conhecimento depois da instalação dos novos colonizadores é de Antoine Joseph Pernetty ou como é mais conhecido, abade Dom Pernetty. Membro da expedição francesa Bougainville que se dirigia às Malvinas, o grupo passou por Santa Catarina no ano de 1763, e permaneceu algum tempo ancorado no estreito entre a ilha e o continente. Dom Pernetty conta na povoação por volta de 150 residências sendo todas “rés-do-chão”, ou seja, residências térreas (BERGER, 1979, p. 88). Além disso, cita que as casas à qual se refere, ainda são “ordinariamente” cobertas com folhas de bananeira ou alguma espécie de cana e não são vistas chaminés acima de seus telhados (BERGER, 1979, p.85).

A expedição que passa a seguir por Santa Catarina é liderada por Jean-Francois Galaup de La Pérouse, o conde de La Pérouse, que em duas fragatas e acompanhado de

“vários sábios”⁷, seguia uma missão exploratória pelo Pacífico e litoral norte americano, a mando da coroa francesa. Segundo Berger (1979, p. 121), a fragata que seguiu solitária após uma tragédia em meio a expedição, chega à Ilha de Santa Catarina em 1785. Os escritos publicados sobre a viagem não agregam grande conhecimento e descrição sobre as edificações residenciais da ilha, porém, a expedição contava com o importante engajamento de um artista plástico, chamado Duché de Vancy.

Durante o período que estiveram em Santa Catarina, Vancy pintou duas vistas da vila, ambas em perspectivas muito semelhantes: em primeiro plano estão representadas algumas figuras socialmente representativas e, ao fundo, está desenhada a principal povoação da ilha. As pinturas foram litografadas e publicadas, a primeira no livro *Viagem de La Pérouse ao redor do mundo* e a segunda em *Viagem pelo mundo nos anos 1803, 1804, 1805 e 1806* de Krusenstern. Essas imagens são um importante contributo para a identificação da tipologia arquitetônica das residências que foram construídas na vila até esta data.

⁷ Expressão utilizada por BERGER, 1979, p. 121. para descrever os estudiosos de variadas áreas do conhecimento que acompanharam La Pérouse nesta expedição.

Figura 2. Veduta dell'isola di Sta. Catterina. La Pérouse T.1. Ed. italiana. Duché-de-Vancy dis.
Dall'acqua inc. Lazeretti colori.



Fonte: http://www.dezenovevinte.net/artistas/viajantes_sm.htm

Figura 3. La Pagelet (sculpt.), Duché-de-Vancy (del.): Costume of ST. Catherine's of the Brazils. 25 x 39,5 cm. São Paulo, col. part. Newton Carneiro Jr.



Fonte: http://www.dezenovevinte.net/artistas/viajantes_sm.htm

Nas ilustrações podem ser identificadas duas edificações mais imponentes, a igreja e a casa do governador, às quais não nos ateremos⁸. Sobre as demais edificações residenciais, podemos percebê-las muito menores do que o palacete do governo, sendo todas de apenas um pavimento. As pequenas residências apresentam também uma tipologia em comum: são edificações geminadas, unidas em duplas e trios, telhados de duas águas, com as quedas para a frente e para os fundos e pela coloração das coberturas pode-se interpretar que todas as residências já encontravam-se cobertas com telhas de barro. Há também um padrão nas aberturas, já que todas as residências contam com portas e janelas na frente/fundos, em nenhuma edificação

⁸ Não faz parte do recorte proposto para este estudo.

podem ser identificadas aberturas nas laterais e, em sua totalidade, as edificações também contam com a mesma tonalidade, branca, nas paredes.

Cronologicamente, os próximos relatos sobre a arquitetura da vila são feitos já no início do século XIX, por participantes de uma esquadra russa, em missão diplomática pelo Pacífico, chefiada pelo capitão Adam Johann von Krusenstern. Além de uma ilustração e dos textos do chefe da expedição, a obra organizada por Berger (1979) traz os relatos do capitão do segundo navio de exploradores, Urey Lisiansky e do naturalista Georg Heinrich von Langsdorff, que descreve alguns aspectos importantes sobre as habitações da ilha, após atracarem em sua costa no ano de 1803.

Figura 4. Veduta della citta di Nuestra Senhora del Destero nell'isola di S. Caterina. Ed. italiana. V. Rainieri colori. Krusenstern T.1. Tav.1. BERGER, Paulo. Ilha de Santa Catarina - Relatos de viajantes estrangeiros (séculos XVIII e XIX). Florianópolis: UFSC e Lunardelli, 1984, p. 135.



Fonte: http://www.dezenovevinte.net/artistas/viajantes_sm.htm

Esta ilustração trazida por Krusenstern tem uma perspectiva um pouco diferente das obras do artista Duché de Vancy, apresentadas anteriormente. Com um enquadramento mais aproximado do povoamento e o ponto do observador mais baixo. A vista foi desenhada entre 1803 e 1804, mais de duas décadas depois da passagem de La Pérouse pela ilha, o que permite que sejam realizadas comparações entre as imagens, avaliando a evolução ou estabilização do cenário arquitetônico e urbano da vila.

Em relação à tipologia das edificações não se observa grande diferença, apenas pode-se contabilizar mais um sobrado, além da casa do governador, localizado em frente à praia, entre o forte de Santa Bárbara e o trapiche de madeira. Na construção em frente à ponte, na lateral inferior direita da ilustração, também pode-se identificar uma saliência nos fundos da edificação, que pode ser interpretada como um anexo posterior à construção. No entanto, estes pormenores se podem ficar a dever tão só a capacidades distintas de observação dos autores destes desenhos.

Quanto ao urbanismo podem ser identificados alguns pontos evolutivos. Já se pode ler algum desenho urbano, com ruas contornando as residências, apesar de não parecerem calçadas, e uma infraestrutura de necessidade básica, uma ponte de pedras e um trapiche coberto, frente à baía. Além disso, o número de casas parece ter aumentado, assim como se espalhado por uma área mais ampla, pois podem ser vistas edificações contornando a orla e mais para o interior, acima dos morros.

Langsdorff, estima que a vila tenha por volta de 400 a 500 residências e um número de habitantes de 10 mil em toda a ilha, porém, o naturalista não se atém a descrever essas edificações centrais e, em consenso com os escritos de Dom Pernetty, de 1763 (BERGER, 1979, p. 91), fala sobre a existência de algumas pequenas casas espalhadas pela orla e interior da ilha.

A partir da segunda légua de distância da vila, para o interior ou principalmente contornando a costa, Langsdorff descreve uma tipologia de residências a qual chama

de “casas de gente do campo”⁹. Segundo ele, diferente das aldeias europeias, essas casas ficavam isoladas, dispersas umas das outras, onde cada colono cultivava suas plantações e nas terras à volta de suas residências, rodeadas comumente por cercas de cafezais, laranjeiras, bananeiras e algodoeiros. Estavam sempre situadas próximas a uma nascente d’água (CARVALHO, 1915, p. 21).

Sobre as edificações, indica que eram construções muito pequenas porém confortáveis. Em seu interior eram divididas, normalmente, em quatro cômodos, uma sala, duas alcovas e a cozinha, podendo contar com uma dependência externa, destinada ao dormitório dos escravos. Segundo Carvalho (1915, p. 21), Langsdorff relata ainda que poucas dessas edificações eram cobertas de telhas, a maioria tinha telhados forrados com folhas de palmeira.

Na figura 4, trazida por Krusenstern, em terceiro plano, à frente da igreja e sobre um morro, podem ser identificadas algumas edificações isoladas, assim como na praia, na lateral esquerda, acima do trapiche. Essas construções podem ser interpretadas como a representação dessas casas de campo, descritas por Langsdorff, pois encaixam-se em suas descrições.

Por fim, o estudioso escreve sobre as casas mais afastadas da vila, as que estavam distantes até 8 léguas da praia, eram normalmente choupanas cobertas de palha e muito isoladas, onde viviam criadores de gado, que o naturalista descreveu como “gente muito rústica” (CARVALHO, 1915, p. 21), os mais pobres da região.

Cerca de 12 anos mais tarde, outra expedição chefiada por um russo, Otto von Kotzebue chega a Santa Catarina. Segundo Berger (1979, p. 239), a missão exploratória composta por vários naturalistas publicou posteriormente três relatos: do próprio capitão, e dois dos naturalistas Adalbert von Chamisso e Louis Choris. Porém, não são os textos que nos permitem conhecer melhor essas edificações, são as vistas pelo interior da ilha, de Choris. O naturalista desenhou uma série de paisagens com foco na

⁹ Expressão utilizada por Langsdorff *apud*. CARVALHO, 1915, p. 09.

fauna e flora da ilha, mas que traz sempre, em segundo plano, representações sociais e edificações como parte da paisagem.

Figura 5. Louis Choris (1795 - 1828): Brésil. BERGER, Paulo. Ilha de Santa Catarina - Relatos de viajantes estrangeiros (séculos XVIII e XIX). Florianópolis: UFSC e Lunardelli, 1984, p. 237.



Fonte: http://www.dezenovevinte.net/artistas/viajantes_sm.htm

Figura 6. Louis Choris (1795 - 1828): Vue dans l'interieur de l'Ile de Ste. Catherine. BERGER, Paulo. Ilha de Santa Catarina - Relatos de viajantes estrangeiros (séculos XVIII e XIX). Florianópolis: UFSC e Lunardelli, 1984, p. 238.



Fonte: http://www.dezenovevinte.net/artistas/viajantes_sm.htm

Na figura 5, ao fundo, no centro e lateral esquerda, pode-se interpretar estas edificações como as “casas de campo”, cobertas de palha, construídas às margens das praias, citadas por Langsdorff, Pernetty, Golovin e Duperrey¹⁰. Na imagem podem ser identificadas duas edificações principais, com três aberturas frontais (janela-porta-janela), telhado de duas águas com quedas para frente e aos fundos, cobertas com material que aparenta ser algum tipo de palha, mas não telhas de barro. Na construção do centro da imagem, pode-se identificar também um beiral alongado

¹⁰ Os relatos dos quatro viajantes estão em BERGER, 1979.

acima da porta e outra edificação menor na parte de trás, o que pode-se supor ser, segundo a narrativa de Langsdorff¹¹, o cômodo destinado ao aposento dos escravos.

A construção na figura 6 poderia ser interpretada como uma das construções, também citada por Langsdorf (*apud.* CARVALHO, 1915, p. 21), que encontravam-se mais remotas da costa. Em segundo plano, na lateral direita, uma choupana isolada no interior da ilha. A edificação parece ter uma tipologia interna diferente da casa descrita anteriormente, esta mostra-se mais alongada à frente, com as laterais mais curtas, o que indica que a divisão de cômodos é diferente, podendo estar um cômodo ao lado do outro, a interpretar pelas três janelas na fachada, diferente da tipologia anterior onde provavelmente os cômodos estivessem um à frente do outro, da fachada frontal para os fundos da edificação.

Quanto à tipologia externa da edificação, podemos identificar um telhado menos acentuado, que pode ser uma consequência também de as águas estarem caindo no sentido mais curto da edificação, ainda que essas quedas estejam voltadas para a frente e fundos da edificação. Pode-se identificar um beiral abundante à frente da edificação e uma cobertura, que a partir da ilustração, pode ser interpretada também como algum tipo de palha. A representação gráfica utilizada na lateral da construção também gera a impressão de uma técnica construtiva com bastante textura, o que poderia ser interpretado como uma taipa não rebocada.

Voltando para as edificações da Vila do Desterro. No ano de 1808, em meio a uma viagem no entorno do globo, o navegador russo, almirante Yassili Mihailovitch Golovnin chega a Santa Catarina (BERGER, 1979, p. 221). Como fruto do passeio de meia hora que realizou pela vila, pois segundo ele não seria necessário mais do que isso para conhecê-la por completo, suas descrições a respeito das edificações são breves, mas importantes.

Golovnin generaliza todas as edificações conceituando-as da seguinte forma: todas são construídas de tijolos, com um ou dois andares e são pintadas de branco. Além disso, o

¹¹ Descrição citada anteriormente no texto por Langsdorf *apud.* CARVALHO, 1915, p. 21.

almirante observa que todas as janelas são grandes e não tem vidros (BERGER, 1979, p. 214), o que é uma característica importante para a vila, que é capital da província, em relação às questões econômicas e políticas de comércio externo. Golovnin também cita em seu relato, organizado por Berger (1979, p. 2016), que para além da Vila a região contava com duas outras povoações, uma no continente e outra na ilha.

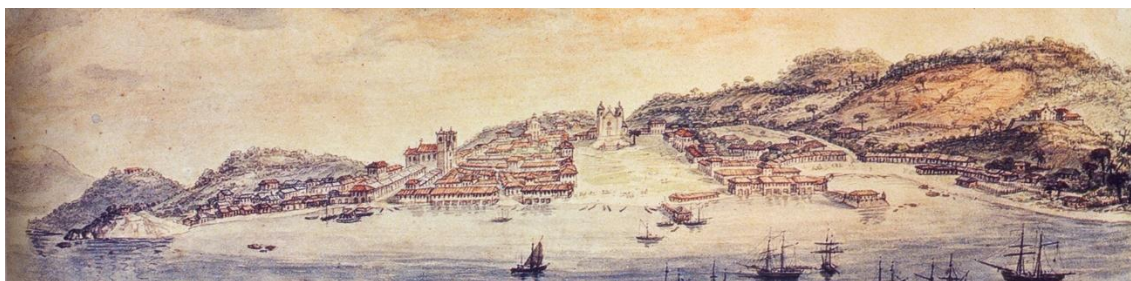
Quando chega à Santa Catarina o navio La Coquille, em 1822, sob comando do navegador francês Louis Isidore Duperrey (LEITÃO, 1934, p. 224), a administração da ilha estava dividida em quatro paróquias, a de Nossa Senhora das Necessidades, na localidade de Santo Antônio, ao norte da vila; Nossa Senhora da Conceição, no interior da ilha, às margens da grande Lagoa da Conceição; Nossa Senhora da Lapa, na comunidade de Ribeirão, também voltada para o canal mas ao sul da vila, e a paróquia de Nossa Senhora do Desterro, na Vila do Desterro, capital da província de Santa Catarina.

Embarcados nesta expedição pelo mundo, Duperrey juntamente com outros estudiosos (Berger, 1979, p. 265), realizam os últimos relatos descritivos de viajantes enquadrados no recorte temporal proposto para a presente investigação. Em sua “viagem ao redor do mundo”, Duperrey descreve em dois capítulos, os 14 dias que esteve na Ilha de Santa Catarina e além das contribuições que faz para o entendimento da tipologia arquitetônica produzida na Vila do Desterro, relata alguns episódio ligados ao processo de independência do Brasil, que aconteceu pouco tempo antes da chegada da expedição à província.

Sobre a cidade, o navegador diz que tem um desenho urbano formado por ruas, normalmente, retilíneas, de 20 a 24 pés de largura, com algumas que se guiam até o mar e apenas essas são calçadas, para que não sejam destruídas pelas águas. No entorno das ruas, Duperrey contabiliza 600 residências, que têm até dois pavimentos, mas a maior parte é apenas térrea. Segundo ele, as edificações são construídas de pedra ou tijolos e rebocadas com cal. No interior das casas, as divisões são de taipa ou madeira, assim como o forro e o piso, quando há, são de parquet ou pranchas de tábuas, tratadas a partir de madeira extraída na região.

Para além do recorte temporal proposto, há um viajante que proporcionou grande contributo à investigação do cenário arquitetônico da ilha, o artista Jean Baptiste Debret. O pintor, segundo Myriam Ellis (OLIVEIRA, 1971, p. 05)¹², chegou ao Brasil no ano de 1816, juntamente com outras quarenta pessoas ao serviço da Missão Artística Francesa, porém, teria passado pela Ilha de Santa Catarina, apenas após a independência do Brasil, em 1822. Assim como a missão da qual participava, Debret teve grande relevância no cenário artístico brasileiro, tendo publicado várias de suas obras, além dos inúmeros quadros nos acervos de importantíssimos museus do Brasil. No entanto, a obra de maior relevância para o desenvolvimento desta investigação, é uma aquarela de 9,7 x 37,2 centímetros, que faz parte de um conjunto de desenhos litografados. Adquiridos por Raimundo Ottoni de Castro Maya¹³, as obras foram organizadas e atualmente fazem parte do acervo do Museu Castro Maya, no Rio de Janeiro, juntamente com outras obras de grande relevância do colecionador de arte.

Figura 7. DEBRET. Desterro, c.1824-1828. Aquarela, 9.7 x 37.2 cm.



Fonte: Museu Castro Maya, IBRAM, Ministério da Cultura - MEC

A litografia, que mostra a Vila do Desterro a partir do canal, tem uma data atribuída de *circa* 1824 - 1828. As edificações representadas pelo artista, reforçam a tipologia das pequenas residências enfileiradas, coladas umas às outras, com coberturas de duas

¹² Myriam Ellis foi responsável por escrever a introdução do livro, organizado por Ariosto Augusto de Oliveira e textos traduzidos por Sérgio Milliet.

¹³ O livro organizado por Oliveira (1971) traz a ortografia "Otôni" ao segundo sobrenome de Castro Maya, enquanto o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) utiliza institucionalmente a ortografia "Ottoni".

águas, destacando a cor avermelhada das telhas de barro e as sequências ritmadas das aberturas nas fachadas.

À esquerda do largo da igreja pode-se ver uma massa urbana consolidada, repleta dos telhados cor de barro, que descem a esplanada da pequena vila até a praia. À direita, um número menor de construções e as curvadas linhas de casas, contornando a pequena baía, que deve ser, a área do Largo 13 de Maio ou Campo de Manejo, referidos posteriormente, por Broos (2002) e Cabral (1954), respectivamente, como o último conjunto de residências remanescentes do período colonial.

Por fim, se pode constatar, também pela análise de outros autores¹⁴, que a independência do Brasil e consequente abertura, para maior autonomia, dos portos e livre comércio em Santa Catarina, geraram um melhoramento econômico significativo na população da vila, que se reflete diretamente na sua arquitetura e pode ser constatada pelos sobrados que começam a surgir neste período, sendo representados também nesta imagem de Debret.

2.2. A descrição tipológica arquitetônica de Oswaldo Cabral

Oswaldo Rodrigues Cabral foi um médico, pesquisador, escritor, historiador, professor universitário e político catarinense. Nascido no município de Laguna, nos primeiros anos do século XX, o professor Oswaldo Cabral é um dos mais conhecidos pesquisadores da história do estado. Segundo Marcelo Sabino Martins¹⁵ os trabalhos historiográficos de Cabral, estão fielmente fundamentados em fontes documentais, depoimentos, memórias e lembranças que foram compiladas e descritas através dos anos. Martins (2018, p. 37) afirma que a escrita historiográfica do professor expressa uma procura pela verdade, pela comprovação, trazendo o caráter científico da história. Segundo ele, um estudioso incansável, atento e dedicado.

¹⁴ CABRAL, 1954; SOUZA, 1981; BROOS, 2002; WEIMER, 2012. MENDONÇA, 2020.

¹⁵ Bacharel e mestre em história pela Universidade Estadual de Santa Catarina, publica sua tese de doutorado *Entre a pena e o bisturi: Oswaldo Cabral e a colonização da memória em Santa Catarina (1929-1972)*, pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2018.

Em 1929, Oswaldo Cabral obtém o grau de médico pela Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, e para Martins, pode ter sido na defesa de seu trabalho de conclusão, o momento em que Cabral esteve mais engajado na sua tarefa de “sanear, educar e curar a nação brasileira”, os princípios da sua carreira médica (MARTINS, 2018, p. 37 - 38).

Pode-se criar a hipótese de que sua formação em Medicina tenha-o, mais tarde, incentivado a estudar e escrever sobre o urbanismo e a arquitetura da antiga Vila do Desterro, sabendo que o saneamento foi um tema amplamente discutido durante as reestruturações urbanas no Brasil e também na Ilha de Santa Catarina. Como no caso analisado por Sara Regina Silveira de Souza¹⁶ (1981, p. 163-164), sobre a ação do então presidente da província, Dr. Gama Rosa, em 1884, que traduziu nas posturas municipais princípios sanitários, opinando sobre as habitações mais antigas, que considerava, na sua maioria, anti-higiênicas, referindo-se a elas como “defeituosas” e causadoras da insalubridade da cidade.

Em 1954, o professor Oswaldo Cabral publicou, na revista *Douro-Litoral*, um artigo intitulado “Nossa Senhora do Desterro: Casas, sobrados e chácaras”, no qual descreve o surgimento e características das três tipologias indicadas no título, desde a primeira tentativa de colonização da ilha até a segunda metade do século XIX. Porém, esta dissertação se limita a analisar apenas a primeira parte apresentada no trabalho do autor: o urbanismo e as casas populares dos pequenos centros populacionais da ilha. Tendo em vista que a construção em larga escala dos sobrados na Vila de Nossa Senhora do Desterro é o marco que delimita o final do recorte proposto para esta investigação.

A descrição feita por Cabral, nesta publicação, sobre a arquitetura habitacional comum da colonização, é a mais completa e detalhada dos estudos investigados. Outros

¹⁶ Sobrinha de Oswaldo Cabral, a historiadora Sara Regina foi herdeira do acervo físico do professor, sua biblioteca, obras e materiais não publicados, assim como de seu legado. Souza foi responsável pela publicação do espólio do tio e também utilizou muitos de seus estudos para embasamento de novas investigações, como o trabalho aqui usufruído, *A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina – séculos XVIII e XIX*, sua tese para obtenção do grau de mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, publicada um ano após sua defesa, em 1980.

pesquisadores e autores mais recentes já publicaram novos e mais aprofundados estudos sobre a arquitetura do período, porém, em grande parte das investigações, as arquiteturas militar e religiosa são as grandes protagonistas, enquanto o tema das residências populares se basta com as citações desta publicação de Cabral.

Alguns autores como Sara Regina de Souza (1981) e Hans Broos (2002), ainda que baseados na obra de Cabral, conseguiram desenvolver estudos acerca da arquitetura colonial na ilha e acrescentar significativas informações. No urbanismo, José Fernandes e Maria de Lurdes Janeiro (1987) e Eliane Veiga (2001), também fazem importantes constatações sobre as informações do professor. Dessa forma, utilizar-se-ão as investigações de outros estudiosos para complementar a descrição de Cabral, possibilitando um panorama mais completo da tipologia arquitetônica da Vila do Desterro, dentro do recorte temporal proposto.

2.2.1. O urbanismo

Após o difícil período de assentamento dos casais açorianos e madeirenses, e distribuição dos novos povoadores pelas terras vizinhas, em meados do século XVIII, segundo Oswaldo Cabral (1954, p. 118), pôde-se começar a ver tomando forma, na ilha, um núcleo urbano, muito almejado pelos governantes da província que visavam o desenvolvimento daquele, até então, pequeno centro.

Cabral descreve, que nos primórdios desse núcleo populacional, as casas eram alinhadas e delimitavam as estreitas ruas que partiam do centro, local onde estava edificada a ermida de Nossa Senhora do Desterro e a praça à sua frente, em direção às três fontes de água nos arredores. Cabral afirma ainda que essas ruas primitivas não tinham toponímia definida e eram conhecidas por circunstâncias que lhes traziam notabilidade, como o nome de alguma personalidade que residia nela ou algum serviço prestado ali, como as ruas do governador, da Bica e da Olaria (CABRAL, 1954, p. 118).

Esses relatos do professor Cabral estão em concordância com os direcionamentos definidos pela provisão régia de D. João V de 1747, que determinava normas para o assentamento dos emigrantes e um modelo organizacional para urbanização de qualquer núcleo que fosse fundado por estes colonizadores no sul da então colônia.

Este decreto, assim como sua execução, foram analisados por Sara Regina de Souza (1981), Maria de Lurdes Janeiro e José Manuel Fernandes (1987) e Eliane Veiga (2001) em seus estudos sobre a urbanização da Ilha de Santa Catarina, os quais também estão em consonância com a descrição de Cabral.

Segundo Fernandes e Janeiro (1987, p. 379-380), esta provisão trata-se de um plano de ordenação anunciando concepções de urbanismo pombalino: um planejamento urbano mais racional e geométrico, que demarca um eixo simétrico na praça central, da qual é orientada a retícula dos quarteirões para ambos os lados.

Veiga (2001, p. 101) acrescenta, como base em seu estudo, que para a praça central deveria ser reservado o espaço de uma quadra com 500 palmos de face e em um dos lados fosse edificada a igreja. O entorno da praça e as demais ruas projetadas deveriam ter a largura mínima de 40 palmos e ser delimitadas por lotes, de um quarto de légua em quadro, para cada casal¹⁷ de colonos. Delineando a rua como frente dos lotes e em boa ordem, deveriam ser edificadas as moradias, deixando na parte de trás espaço suficiente para o cultivo familiar de hortas e, caso houvesse necessidade, a ampliação das residências.

Em consenso com Janeiro e Fernandes, Veiga (2001, p. 109) afirma a estrutura linear do urbanismo da Vila frente à praia, e assim como relata Cabral, indica que as primeiras ruas eram traçadas em direção aos fortes, igrejas e fontes d'água. Com base em sua investigação (VEIGA, 2001, p. 111), constata que a ocupação no centro da Vila do Desterro ter-se-ia iniciado no lado leste da praça e se estendido para o lado oeste, onde haveria outras fontes de água.

Para ambos os autores (FERNANDES & JANEIRO, 1987. p. 379 – 380; VEIGA, 2001. p. 111), esse desenho urbano primitivo, que pode ser identificado até hoje nos centros de Florianópolis e da localidade de Ribeirão da Ilha, era comumente utilizado nas demais vilas da colônia brasileira. Foi um método de planejamento do território

¹⁷ A expressão “casal” era utilizada como sinônimo de família, referindo-se assim a mais do que apenas 2 indivíduos.

adotado pelos portugueses em regiões colonizadas, podendo ser identificado também nos Açores, em Macau e em Goa.

Outro elemento importante da urbanização são os lotes, segundo Veiga (2001, p. 110) a tipologia do lote é também uma condicionante das características de uma arquitetura e afirma que o lote colonial da Ilha de Santa Catarina, tem as características do medievo-renascentista europeu. Oswaldo Cabral (1954, p. 122-123) em investigação no arquivo da antiga Câmara Municipal do Desterro, com base nos levantamentos feitos em documentos datados de 1817 a 1818¹⁸, constata que, na área central da vila, são raras as edificações construídas em terrenos com mais 4 braças de frente e destaca ainda que a grande maioria dos lotes contavam com frente de apenas uma braça e meia ou no máximo duas braças.

Além disso, Fernandes e Janeiro (1987, p. 379) destacam dois outros aspectos sobre os assentamentos urbanos, que não estão ligados à ordenação imposta pela coroa. O primeiro, em relação ao local escolhido para instalação dos assentamentos coloniais: pode-se notar uma preferência por lagoas costeiras ou ilhas, como se pode ver, respectivamente, nos assentamentos de Porto Alegre no Rio Grande do Sul, Laguna na costa catarinense e na própria Ilha de Santa Catarina. O segundo aspecto, é em relação à implantação dos assentamentos e suas residências, que apesar de estarem à borda do Atlântico, viram-se de costas para ele. O caso é evidente na Vila do Desterro assim como nas localidades de Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa, onde o desenho urbano está orientado a poente, às margens do canal, voltando-se para o continente, porém, em uma costa inteiramente voltada para nascente¹⁹. Ou no caso da Lagoa da Conceição, onde a povoação se “esconde”²⁰ no interior da ilha.

¹⁸ O autor não faz especificação dos documentos utilizados para tal levantamento e devido as circunstâncias, relativamente à pandemia mundial, os arquivos citados pelo autor permaneceram encerrados durante todo o período desta investigação. Sendo assim, não foi possível ter acesso aos documentos para verificação e investigações mais aprofundadas nestes fundos.

¹⁹ A costa brasileira é banhada pelo oceano Atlântico e inteiramente voltada para o sol nascente, orientação leste.

²⁰ Expressão utilizada por FERNANDES e JANEIRO, 1987, p. 379.

Acerca da escolha destes locais para implantação das freguesias podem-se levantar duas hipóteses: primeiramente, de que havia grande interesse na exploração do continente, sabendo que a extensão continental da Província de Santa Catarina contava ainda com muita área inexplorada, assim, a implantação das freguesias à margem do canal facilita o acesso entre a ilha e o continente; e um segundo motivo, pode estar ligado a busca pela segurança, o que explicaria também a fundação de uma freguesia longe da costa. Sabendo que os dois acessos ao canal, norte e sul, estavam resguardados por fortificações militares, construir assentamentos à margem do canal também seria uma forma de garantir proteção aos seus moradores.

Para Fernandes e Janeiro (1987, p. 379) estas características de implantação urbana remetem diretamente às cidades e vilas açorianas, que apesar de se encontrarem no meio do Atlântico, também tem suas estruturas urbanísticas orientadas para o centro das ilhas, o que provavelmente também acontece por questões de segurança. Segundo os autores, esses aspectos identificados nas implantações dos assentamentos na Ilha de Santa Catarina não podem estar alheios a uma cultura urbanística de raiz ilhéu (FERNANDES e JANEIRO, 1987, p. 379), essencialmente por serem formados de imigrantes açorianos e madeirenses.

Figura 8. Mapa de uma parte da Ilha de Santa Catarina que se acha fortificada em estado de defesa. Ano de 1795. Ilustra o urbanismo geométrico da Vila de Nossa Senhora do Desterro.



Fonte: Garcia, J. (2011). Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto [CD-ROM]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto. IMG: C-M&A-P.24(63)

2.2.2. A arquitetura residencial

Apesar do rigoroso plano de urbanização para os novos assentamentos da província de Santa Catarina, a tipologia arquitetônica a ser edificada, em primeiro momento, não contou com nenhuma exigência organizacional a nível administrativo. Até que em 1776, o então governador da província, Gama Freitas, conforme cita Cabral (1954, p. 119), atento às irregularidades das edificações, decreta que sejam seguidas pela câmara as determinações estipuladas por si próprio, em relação as edificações que fossem construídas ou reconstruídas na Vila do Desterro. Porém, não se conhece o texto deixado por Freitas no anexo deste ofício. Cabral acredita que sua execução tenha sido impossibilitada com a invasão espanhola da ilha no ano seguinte e que logo depois da invasão, a prioridade dos governantes e habitantes era de reconstruí-la o mais breve possível.

Em 1791, o sucessor de Freitas, o governador Manuel Soares de Coimbra resolve retomar a tentativa do antecessor, regulamentando as edificações que fossem construídas dali em diante na vila e, em ofício à Câmara Municipal faz uma crítica aos habitantes da área central, que ainda constroem suas casas com beirais baixos e aberturas muito pequenas. Porém, Cabral (1954, p. 122) afirma que as recomendações estipuladas por Coimbra não tiveram adesão, continuaram sendo construídas as pequenas residências geminadas, mas atribui este não acatamento à forte crise econômica que assolava a região, uma das mais intensas de que se tem registro na história da província.

Segundo Hans Broos (2002, p. 76), o período entre 1750 e 1790 foi de grandes transformações na Ilha de Santa Catarina e, apesar do complexo cenário econômico no final do século XVIII, Cabral (1954, p. 122) relata uma melhora considerável no aspecto das edificações da vila, afirmando que a tipologia predominante na paisagem não eram mais as pequenas choupanas de pau a pique cobertas de palha e que já existiam algumas casas maiores e mais confortáveis, mesmo não tendo subido do pavimento térreo (CABRAL, 1954. p. 125). Conforme a análise de Veiga (2001, p. 110), a Vila do Desterro apresentava um aspecto bem uniformizado, em que as edificações seguiam o mesmo padrão visual, proveniente, por suposto, da construção puramente funcional.

Este padrão estético é denominado por Cabral (1954, p. 123-124) como casas de “porta-janela” ou “moradinhas de casa”, segundo o autor, são edificações muito baixas, com pé direito “insignificante”²¹, húmidas e escuras. Construídas no alinhamento dos limites laterais e frontal dos lotes, as casas eram coladas umas às outras, as fachadas bem demarcadas pela composição dos telhados, que apresentavam inclinações distintas, ganhando ritmo a partir da sequência das portas e janelas voltadas para a rua.

Broos (2002) complementa as características dessa tipologia, afirmando que as paredes externas eram sempre lisas e pintadas com cal branca, enquanto as faixas das aberturas destacavam-se em cores mais escuras, como o marrom, o que segundo o arquiteto atribuía à pequena residência uma impressão “puritana”²².

Um aspecto importante sobre a tipologia geminada dessas edificações, que também foi tema de estudo de Cabral (1954, p. 124) nesta publicação, é o complexo sistema estrutural que era gerado a partir do apoio das edificações umas às outras. O autor diz que ao construírem desta forma, em grandes sequências de casas, uma apoiando-se a outra, é compartilhada a descarga de forças, exercida pelos telhados e pelas próprias paredes, ao solo. Criando um “complicado sistemas de paralelogramos” (CABRAL, 1954, p. 124), que acaba por apoiar grande parte destas cargas sobre a mais sólida das edificações da linha de casas, a qual Cabral chama de “estaca da fileira”.

Os estudos feitos pelo arquiteto Hans Broos (2002) sobre esses aspectos estruturais das “moradinhas de casa”, estão de acordo com a publicação do professor Cabral. E acrescenta que normalmente a edificação que serve como “estaca” da fileira de casas é a construção da esquina da rua. Segundo Broos (2002, p. 118), são as maiores, construídas de pedras e mais sólidas, garantindo maior estabilidade, segurando a fileira das frágeis residências.

²¹ Expressão utilizada pelo autor, em CABRAL, 1954, p. 124. Deve-se levar em consideração ainda que o conceito de “pé direito baixo” no século XIX, como é o caso de Cabral, não deve ter o mesmo caráter para um colonizador do século XVIII.

²² Expressão utilizada por CABRAL, 1954, p. 128.

Figura 9. "Casa térrea maciça na esquina, arrimando as casinhas insólidas da Rua General Bittencourt. Florianópolis."



Fonte: Broos, H. (2002). Construções antigas em Santa Catarina. Blumenau: Cultura em Movimento Editora. p. 118.

O telhado de duas águas que cobria as residências, citado anteriormente por Cabral (1954, p. 123-124), era construído com beirais largos e estendidos, que desciam até a altura de um braço levantado²³, coberto com telhas de capa e canal²⁴, grossas e muito pesadas, exerciam grande peso sobre a estrutura de madeira da cobertura. Devido aos defeitos técnicos dessa estrutura, com o passar do tempo, as inclinações adquiriam curvas de deformação do madeiramento, e acentuavam-se cada vez mais, segundo Cabral.

²³ Em média 2 metros de altura, segundo o estudo de Sara Regina de Souza (1981, p. 160).

²⁴ Chamadas também de telhas "goivas" pelo autor. CABRAL, 1954, p. 124.

A análise de Hans Broos sobre a estrutura de madeira dos telhados dessas residências, descreve como funciona o sistema construtivo e revela quais os seus defeitos²⁵.

Segundo Broos (2002, p. 115), a estrutura consiste numa combinação de vigas-mestras instaladas em sentido longitudinal, com caibros no sentido transversal, apoiados sobre as vigas. Acima dos caibros são fixados os sarrafos, no mesmo sentido das vigas-mestras, porém com espaçamentos menores, para finalizar a cobertura com as telhas de canal. Segundo o autor, essas duas inclinações dos telhados funcionam como “chapas maciças”, que são apoiadas sobre as paredes das edificações distribuindo as cargas da cobertura.

As paredes transversais, laterais da residência, são os apoios das vigas-mestras, que são instaladas em paralelo à fachada da edificação, em diferentes alturas, definindo a inclinação do telhado. As paredes frontal e posterior devem aguentar o peso distribuído pelos caibros, assim como as forças diagonais da estrutura do telhado. Segundo Broos (2002, p. 117), posteriormente a 1750, algumas estruturas passam a contar com o que o autor chama de “rebordo do telhado”, também conhecido como beira severa, elemento que une a parede à cobertura e auxilia na distribuição e contenção das forças do telhado.

Toda a estrutura dos telhados era construída com madeira. Cabral (1954, p. 124) relata que o madeiramento utilizado era apenas falquejado, ou mesmo ao natural, como retirado da natureza, arredondados, somente despídos das rígidas casacas. Essa matéria retirada das matas e utilizada para a construção, deveria ser desbastada em lua específica, para que a madeira não fosse devorada por bichos, ou “rendada” por cupins (CABRAL, 1954, p. 123).

Segundo Langsdorff (*apud*. CARVALHO, 1915, p. 21-22), a região contava com os melhores e mais diversos tipos de madeira, próprios para a construção, “movelaria”²⁶

²⁵A finalidade desta investigação é compreender apenas a tipologia da construção, por isso não se analisará as patologias apontadas pelo autor. Análise completa disponível em seu estudo (BROOS, 2002, p. 115-118).

²⁶ Expressão utilizada pelo autor, em CARVALHO, 1915. p. 22. Provavelmente, o mesmo que “marcenaria”.

e usos navais. Segundo o navegador a matéria crescia em abundância pela costa, porém, também relata a situação das ferramentas e instrumentos para trabalho, todos grosseiros e de má qualidade, o que dificultava o bom tratamento da matéria prima.

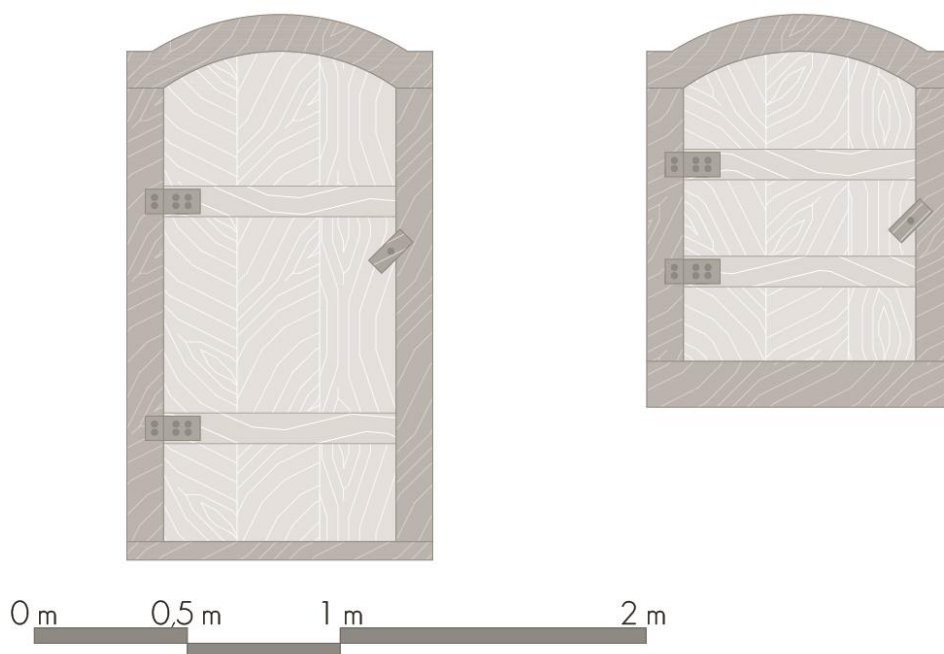
Outro elemento muito importante construído em madeira, são as aberturas, as portas e as janelas das edificações. Cabral (195, p. 123) afirma que os espessos, pesados e robustos batentes de madeira são também um importante elemento estrutural da construção, pois muitas vezes servem de apoios às linhas perpendiculares do telhado e contribuem com a estruturação das paredes menos resistentes, essencialmente nas construções de pau-a-pique.

As janelas eram encaixadas aos batentes por largas dobradiças de seis furos e fixadas com “arrebites”. Segundo Cabral (1954, p. 124), ainda careciam de vidro e eram janelas muito pesadas, que cobriam a abertura da entrada da luz e do ar, assim como as portas, eram fechadas com pesadas trancas de ferro, como as dobradiças, ou “tramelas” da mesma madeira do seu fabrico. Broos (2002, p. 126) em seu estudo, descreve a janela sendo formada por algumas tábuas justapostas e firmadas umas às outras por uma travessa, sendo fixadas com pregos de madeira.

Figura 10. Estrutura de porta e janela, descritas por Cabral (1954) e Broos (2002). Vista interna. Elaborada por Leandro da Silva.

Porta - detalhe interno:
s/ escala

Janela - detalhe interno:
s/ escala



Fonte: Broos, H. (2002). Construções antigas em Santa Catarina. Blumenau: Cultura em Movimento Editora.

Sobre as portas, Broos (2002, p. 126) diz que eram produzidas exatamente como as janelas, porém contavam com duas a três travessas. Em consenso com Cabral, Broos (2002, p. 126) afirma que o tratamento desse madeiramento para as aberturas era feito com enxó²⁷, e os vestígios do trabalho com a ferramenta podiam ser notados nos elementos de madeira, o que indica que, provavelmente, o arquiteto pôde ainda analisar algumas dessas residências edificadas.

Inicialmente, a verga do batente, madeira transversal superior do sistema, era fabricada arredondada, no formato de arco abatido. Esse formato da verga era

²⁷ Ferramenta antiga, composta por um cabo curvo, normalmente de madeira e uma chapa de metal cortante, utilizado na carpintaria para o desbaste e tratamento da madeira para obtenção de taboas e peças estruturais (PEREIRA, 2009, p. 128 – 129).

essencial para a distribuição das cargas, exercidas acima das aberturas, para as laterais, às grossas peças de madeira que apoiam a verga. Porém, segundo Broos (2002, p. 105-106), uma transformação no método e material construtivo predominantemente utilizado, permite que as aberturas passem a ser construídas com vergas retas, o que facilita o fabrico da peça, além de provocar uma mudança estilística da tipologia arquitetônica. Essa transformação, segundo o autor, é o uso dos tijolos na construção das paredes.

Os autores até aqui referidos coincidem em afirmar que as primeiras construções na Ilha de Santa Catarina, erigidas pelos recém chegados imigrantes açorianos e madeirenses, eram de pau-a-pique. Cabral (1954, p. 123) expõe a precariedade dessas edificações quando relata que, em suas paredes havia rachaduras e aberturas, por onde entrava o vento frio vindo do sudeste, mas logo eram cobertas com barro pelos moradores. Essa descrição de Cabral pode indicar que os novos habitantes da região não conheciam a fundo as técnicas de construção do pau-a-pique e/ou as características climáticas da região, gerando esse tipo de patologia descrita.

Segundo Cabral (1954, p. 123) e Broos (2002, p. 103-104), a falta de pedra e também das ferramentas para o seu tratamento, inviabilizaram as construções com o material, que conforme os autores, seria a matéria mais óbvia a ser escolhida pelos imigrantes, sabendo que a maioria das edificações dos arquipélagos atlânticos era erguidas com pedras. Conforme as investigações de Broos (2002, p. 104), as pequenas pedras encontradas pela região eram utilizadas nas construções, mas apenas para tapar os vãos do pau-a-pique ou, posteriormente, dos tijolos desalinhados.

Conforme relata o arquiteto (BROOS, 2002. p. 105), não demorou para que os moradores da Ilha de Santa Catarina encontrassem outro método construtivo: os tijolos de barro. Segundo ele, os tijolos utilizados para a construção daquelas pobres residências do período colonial, eram fabricados de argila, areia e fibras vegetais, formando uma mistura, que posteriormente era seca ao sol em formas paralelepípedicas, dando o formato aos tijolos. Broos diz que foi apenas no final do século XVIII que surgiram as primeiras olarias e conforme Cabral (1954, p. 123), esse serviço se multiplicou rapidamente, produzindo em larga escala, com os secadores

muito primitivos, os tijolos chatos, largos, cortados de forma irregular e com aspecto de quase vidrados que passariam a ser utilizados nas construções da vila a partir daquele período.

Cabral (1954, p. 123) relata que nas casas mais pobres ainda eram empregadas aquelas minúsculas pedras coletadas à beira da praia, depois encaixadas nos vãos deixados pelos tijolos irregulares, de diferentes tamanhos e preenchidos com a argamassa²⁸ feita para unir os materiais.

Esse traço, segundo o professor Cabral (1954, p. 123) era feito a partir de uma mistura de barro grosso, cal e areia, e não levava óleo de baleia²⁹. Porém, a descrição relata que a técnica não seria eficaz. Cabral alega que com o passar do tempo essa massa começaria a esfarelar, perdendo a liga e a resistência. Broos (2002, p. 106) atribui esse problema à cal utilizada. Segundo os estudos do arquiteto, o clima agressivo da região, juntamente com o uso da cal de marisco na argamassa, é o fator responsável pela deterioração das paredes. E afirma ainda que mesmo se as paredes fossem construídas de pedras, grandes e resistentes, acabariam por se deteriorar, já que o problema neste caso é a perda de resistência da argamassa.

Apesar da baixa resistência dessa mistura, ambos os autores concordam que as paredes internas continuaram a ser construídas de pau-a-pique, provavelmente com o mesmo traço, até o século seguinte, pois uma vez que não sofriam com a incidência direta das intempéries, não havia problema de deterioração.

Internamente essas residências eram extremamente simples. Cabral (1954, p. 124-125) as descreve como tendo, geralmente, de dois a três cômodos, a sala, um ou dois quartos/alcovas e varanda/copa. Aos fundos ficava o quintal, podendo contar também com alguma dependência externa.

²⁸ Como é chamada a mistura, com propriedade de aderência e endurecimento, feita para unir elementos e criar resistência em estruturas de alvenaria.

²⁹ O uso do óleo de baleia nas construções do período colonial é tema de muita discussão e discordância entre pesquisadores, porém, Cabral (1954, p. 123) afirma que nessas residências mais singelas, da Vila do Desterro, não há emprego desse material.

A pavimentação interna dessas casas, quando havia assoalho, conforme Cabral (1954, p. 124-125), era construída de tábuas largas, com grandes frestas, por onde ecoava o vento. Porém, a maioria das casas não tinha assoalho, então os cômodos contavam apenas com piso de chão batido, segundo a descrição, muito rígido, escuro e impermeável, semelhante ao asfalto.

Cabral (1954, p. 124) também afirma que poucas eram as edificações que contavam com forros. A grande maioria, tinham o madeiramento da estrutura do telhado à vista, e os caibros e parte inferior das telhas completamente enegrecidos pela fumaça dos fogões primitivos e dos candeeiros de azeite. A minuciosa descrição do autor narra ainda que a fuligem liberada pelo fogão ficava presa às teias de aranha, tecidas no madeiramento da cobertura.

O primeiro cômodo da residência, o da frente, com a porta de entrada e uma ou, no máximo, duas janelas para a rua, era a entrada da casa e servia como sala. Quando a família era muito numerosa, também servia como quarto à noite. Normalmente, o mobiliário deste cômodo era composto por uma pequena mesa “tosca”, e um ou dois bancos, também podiam estar dispostas pelas paredes algumas imagens de santos e era comum que estivesse junto à porta, um prego para pendurar o candeeiro que iluminava a sala ao cair do sol (CABRAL, 1954, p. 124 - 125).

Alfredo de Carvalho (1915, p. 28) traz em sua publicação, a descrição do viajante Langsdorff em 1803, sobre uma acolhida, no que supostamente seria uma dessas residências descritas por Cabral. O viajante relata que ao anoitecer foi recebido em uma residência, muito simples, onde convidaram-no para jantar, o qual foi servido sobre uma esteira fina. Estavam todos à volta dela, os homens deitados, apoiados em pequenas almofadas e as mulheres sentadas com as pernas cruzadas. Segundo Langsdorff, essa mesma esteira utilizada como mesa, ou muito semelhante, serviria de leito para dormir após a refeição, juntamente com um travesseiro muito macio e um lençol ou colcha de algodão.

O segundo cômodo, com entrada voltada para a sala, é a alcova, um quarto escuro, com várias esteiras ou camas muito rudimentares, alinhadas umas às outras e

encostadas às paredes escurecidas, encardidas pela falta de salubridade do cômodo (Cabral, 1954. p. 125). Neste ambiente dormiam todos os moradores da casa, espaço onde curavam suas doenças e davam a luz aos seus filhos.

O autor descreve que nas famílias mais numerosas, os filhos menores dormiam na alcova com os pais, enquanto os mais velhos ficavam na segunda alcova, quando havia, ou em algum dos outros dois cômodos da pequena residência. Cabral relata ainda, que além dos leitos, o mobiliário da alcova era composto de baús e arcas de madeira, onde eram guardadas as roupas, mas que também serviam de bancos para sentar.

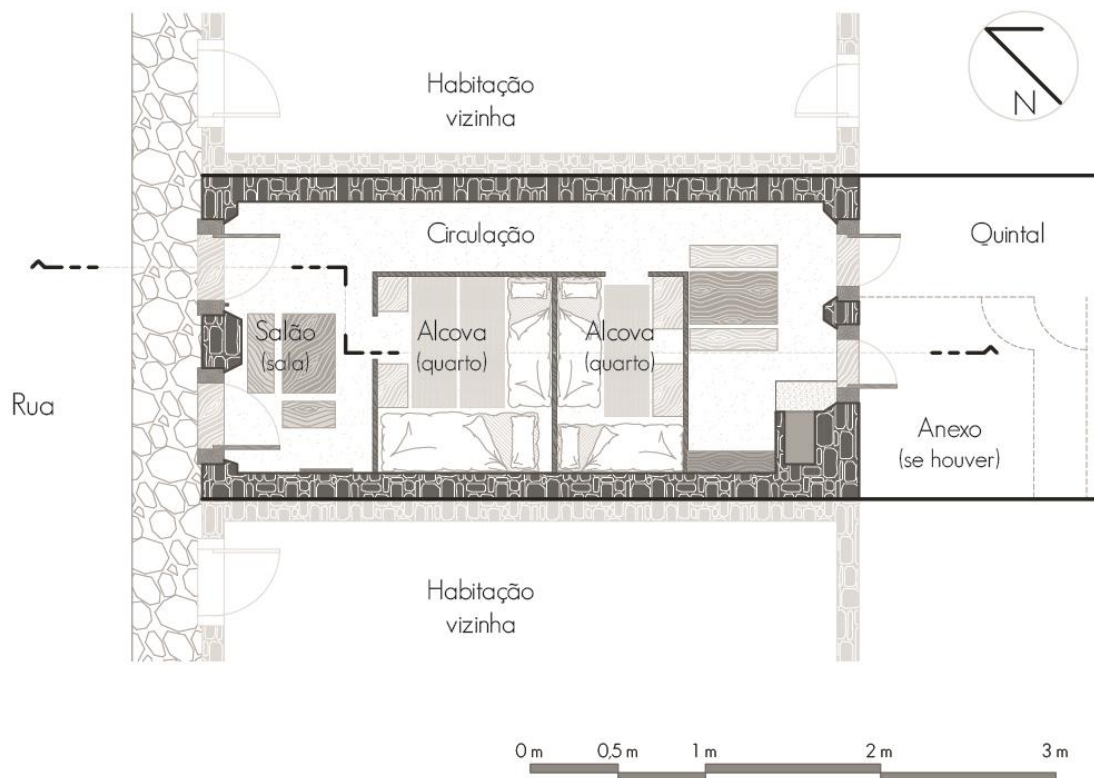
Na lateral das alcovas, passava um corredor, que conecta a sala da frente com a dependência dos fundos, o último cômodo, chamado por Cabral (1954, 125) de “varanda”, que servia como copa, refeitório e cozinha da residência. Essa peça possuía dimensões parecidas com a sala, e mobiliário composto por uma mesa, bancos e algumas prateleiras de apoio ao serviço de cozinha, além disso contava com um fogão, muito rudimentar, negro e enfumaçado.

Desse cômodo, abriam-se, normalmente, uma porta e uma janela para os fundos do lote, onde ficava o quintal. Conforme Cabral (1954, p. 125), a janela normalmente localizava-se próxima ao fogão, por onde eram atirados os restos dos preparos de alimentos. O terreiro aos fundos que era cheio de pedras, mato, poças de água e excremento dos animais domésticos, servia também como depósito de materiais velhos, e mais tarde poderia ser utilizado para expandir as dependências da casa.

Mesmo nesses tempos mais remotos do período colonial, em seu estudo, o arquiteto Hans Broos, afirma que já existiam instalações técnicas nessas rudimentares casas térreas. Segundo ele, uma canaleta, feita com as telhas de canal da cobertura, conduzia o esgotamento das águas do quintal e das cinzas do fogão, por debaixo do piso da casa até a rua, desembocando por uma abertura, normalmente, em baixo da porta de entrada da residência.

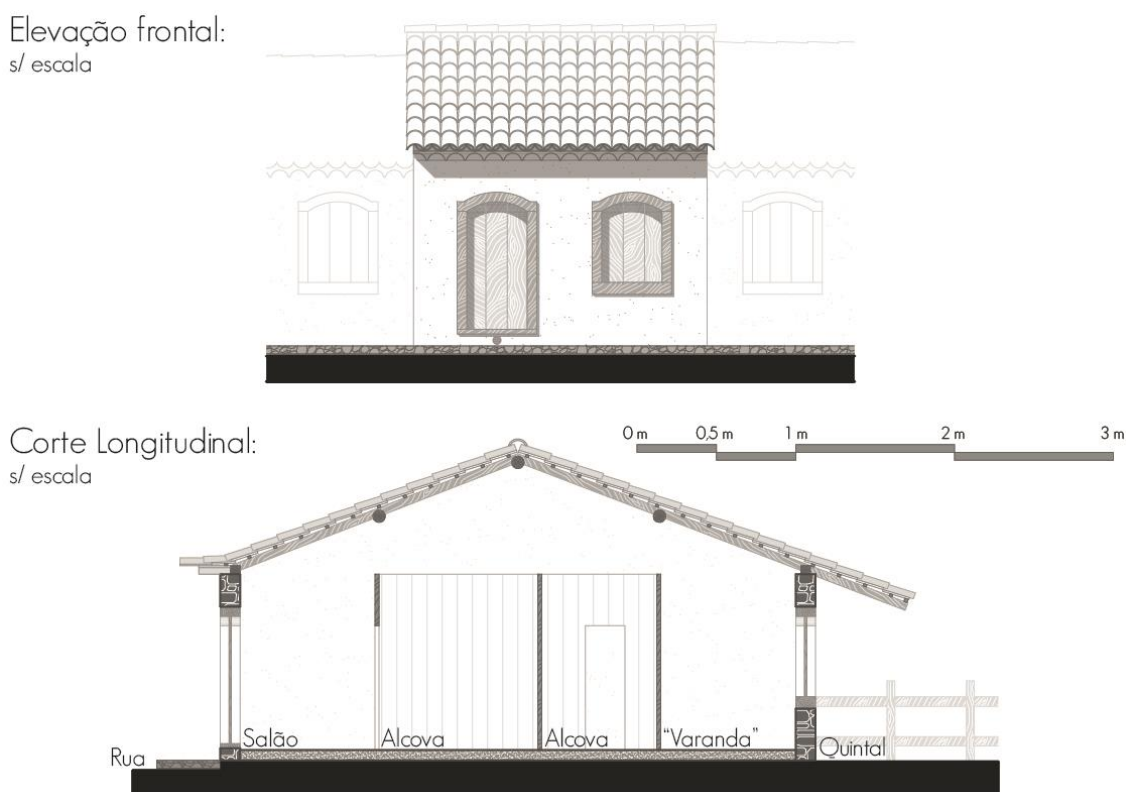
Figura 11. Projeto desenvolvido a partir das descrições tipológicas citadas. Planta baixa.

Elaborado por Leandro da Silva



Fonte: Broos, H. (2002). Construções antigas em Santa Catarina. Blumenau: Cultura em Movimento Editora. Cabral, O. R. (1954). Nossa Senhora do Desterro: casas - sobrados - chácaras. Douro - Litoral: Boletim Da Comissão Provincial De Etnografia E História, III - IV, 117 - 153.

Figura 12. Projeto desenvolvido a partir das descrições tipológicas citadas. Elevação frontal e Corte transversal (indicado em planta). Elaborado por Leandro da Silva



Fonte: Broos, H. (2002). Construções antigas em Santa Catarina. Blumenau: Cultura em Movimento Editora. Cabral, O. R. (1954). Nossa Senhora do Desterro: casas - sobrados - chácaras. Douro - Litoral: Boletim Da Comissão Provincial De Etnografia E História, III - IV, 117 - 153.

Essa tipologia arquitetônica comum da residência colonial da Ilha de Santa Catarina, apresentada pelo professor Oswaldo Rodrigues Cabral (1954), é componente de um relato, em partes muito detalhado, em outras menos, que permite a criação de um panorama sobre os materiais e técnicas construtivas utilizadas no período, possibilitando a visualização do cenário arquitetônico componente da paisagem da Vila do Desterro. Porém, nesse texto não são citadas as fontes de informação utilizadas. Algumas das características retratadas por Cabral, sobre a tipologia arquitetônica da vila, estão de acordo com os conhecidos relatos de viajantes, inclusive, o autor cita

alguns daqueles exploradores, mas atribui a eles, apenas informações muito superficiais sobre a vila e suas construções.

O estudo produzido por Sara Regina de Souza (1981), baseado nesta obra de Cabral, agrega ao tema, um contexto histórico fundamentado no antigo arquivo da Vila do Desterro. Já os estudos de Hans Broos (2002) atribuem à produção do professor, um teor mais técnico, relativo à disciplina da arquitetura. Ou seja, quer por parte de uma historiadora que tentou confrontar o texto do autor com documentação produzida pelas entidades locais que regulamentavam estes aspectos do urbanismo e da arquitetura, quer por parte de um arquiteto que tentou avaliar a interpretação do ponto de vista técnico, as informações e as descrições tipológicas de Cabral parecem resistir ao escrutínio.

Na obra de Broos, pôde-se perceber também que o arquiteto teve contato com algumas dessas residências descritas nas fontes, ainda edificadas. Isso indica que, muito provavelmente, Cabral também tenha tido contato com essas edificações, sabendo que seu artigo foi publicado três anos antes do estudo de Broos³⁰. No entanto, em seus textos, Cabral não afirma ter fundamentado seu estudo em observação direta de edificações remanescentes, embora sejam feitas algumas descrições muito detalhadas do interior dessas edificações, que seriam herança do período colonial.

Ambos os autores, Cabral e Broos, trazem, ilustrando suas obras, fotos de autoria própria de algumas fileiras das pequenas residências descritas por eles, localizadas na área do “Largo 13 de Maio” (BROOS, 2002) ou “Campo do Manejo” (CABRAL, 1954). Esse espaço foi ampliado com o aterro da baía que ficava à frente do núcleo da vila, e hoje é o centro do município de Florianópolis, onde mais tarde, foi instalada uma das principais vias de acesso à ilha, a Rodovia Gov. Gustavo Richard.

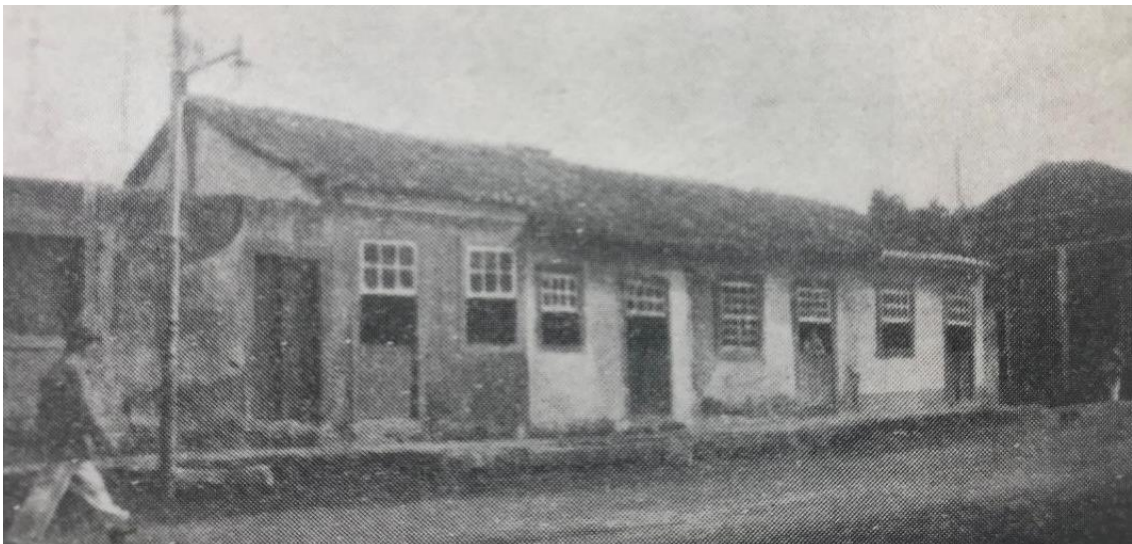
³⁰ Relembrando que o estudo “construções antigas em Santa Catarina” foi apresentado em 1957 por Hans Broos na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Rio de Janeiro, entretanto, foi reeditado e publicado apenas em 2002 por meio de uma parceria entre instituições estaduais de Santa Catarina.

Figura 13. "Casas típicas de três braças com corredor ao lado, perfilação do rebordo, faixas de madeira. Segunda metade do século XVIII. Largo 13 de Maio, Florianópolis."



Fonte: Broos, H. (2002). Construções antigas em Santa Catarina. Blumenau: Cultura em Movimento Editora. p. 123

Figura 14. "As últimas casas "porta-janela", do Campo do Manejo, que restaram como vestígio dos tempos coloniais. Foram derrubadas há poucos anos". Foto do acervo pessoal de Oswaldo Cabral



Fonte: Cabral, O. R. (1954). Nossa Senhora do Desterro: casas - sobrados - chácaras. Douro - Litoral: *Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História*, III - IV, 117 - 153. p. 128

Esse conjunto de edificações “porta-janela”, registrado pelos autores, que deu espaço ao “desenvolvimento” da capital catarinense, pode ter sido o último núcleo de representantes da arquitetura colonial no Desterro. Em sua obra, Sara Regina de Souza (1981, p. 12) afirma que apenas os exemplares da arquitetura religiosa e militar são construções do período colonial desterrense e que a arquitetura doméstica remanescente na ilha é toda do século XIX, ou já teria sido modificada a ponto de ser irreconhecível o modelo primitivo.

2.3. A prospecção arqueológica de uma residência colonial

Além dos relatos escritos e ilustrações feitos no passado sobre uma tipologia arquitetônica que, segundo afirma Sara Regina de Souza (1981), já não existe mais, a Arqueologia ainda pode ser uma alternativa para o seu estudo. Segundo a historiadora Fabiana Comerlato (1999, p. 03), responsável pela prospecção utilizada nesta investigação, os estudos em sítios arqueológicos-históricos no contexto urbano diminuem a perda de informações acerca do desenvolvimento histórico do centro urbano, além de resgatar parte da cultura material da cidade.

No ano de 1999, Comerlato realizou uma prospecção arqueológica no interior de um antigo sobrado em frente à Praça XV de Novembro (COMERLATO, 1999, p. 03), em Florianópolis, o número 340 (antigo n. 5) da Rua dos Ilhéus, o qual faz parte do conjunto arquitetônico tombado pelo município de Florianópolis, pelo Decreto Municipal nº 022/80, de 29 de fevereiro de 1980 (MENDONÇA, 2020, p. 03), como conjunto de interesse histórico relativo à colonização da Ilha de Santa Catarina.

O trabalho arqueológico realizado foi, segundo Comerlato (1999, p. 03), uma prospecção preventiva, antecedendo as ações de intervenção do projeto de restauro, que estava sendo realizado na edificação. O estudo tinha como intuito evitar possíveis danos ao patrimônio arqueológico-histórico, sabendo que essa é uma área de potencial arqueológico. Conforme a historiadora, o objetivo da prospecção era identificar possíveis artefatos e estruturas arquitetônicas soterradas, que tivessem alguma ligação com a edificação, e analisá-los em seu contexto espacial e histórico.

Os trabalhos arqueológicos foram realizados em duas áreas específicas no chão do sobrado (quadrículas A e B), onde estavam projetadas duas sapatas, atribuídas para sustentação de uma das paredes da nova edificação. Segundo Comerlato (1999, p. 04), cada sapata tinha a dimensão aproximada de 2,0 x 2,0 x 2,0 metros, dimensão que definiu a extensão e profundidade da prospecção realizada na quadricula A, enquanto na quadricula B, a área trabalhada foi de 2,0 x 1,0 x 2,0. Conforme os resultados apresentados no relatório, a especialista em arqueologia, relata a existência de uma estrutura arquitetônica anterior à construção do sobrado.

Segundo o relatório realizado sobre a escavação arqueológica, na quadrícula A (Anexo 1), foi evidenciado um antigo piso de chão batido, com bastante incidência de carvão e manchas brancas, que segundo Comerlato (1999, p. 07) seriam da cal, utilizada para higienizar e retirar o mau cheiro em áreas de pavimentação de solo compactado. Além disso, foi encontrada uma estrutura, reconhecida como a base de um fogão, quadrado, de alvenaria e construído diretamente sobre o solo. Ao centro dessa base, foi identificado um buraco, que devia estar ligado a sua estrutura, provavelmente a base de um pé de ferro fixado ao solo que apoiava a chapa de ferro da parte superior do fogão. (COMERLATO, 1999, p. 05)

Na parte posterior do fogão foi identificada outra estrutura, uma base com 15 centímetros de largura, que conforme sua coloração e rigidez, foi interpretada como a parede de alvenaria de um forno. Segundo o relatório (COMERLATO, 1999. p. 06), junto a essa base foi encontrada uma grande concentração de carvão, no formato de um semicírculo e ao fundo, encontrou-se um buraco com 20 centímetros de diâmetro, revestido com fragmentos de telhas canal. Comerlato (1999, p. 06) acredita, segundo as evidências, que esse buraco deve ser a base de uma chaminé de escoamento da fumaça do forno, pois também foram encontrados tijolos que acompanham o formato circular do forno, assim como muito resíduo de carvão, pedaços de cerâmica e ossos.

Conforme solicitação do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), órgão que contratou a investigação arqueológica, a quadrícula foi alargada até as paredes do cômodo do sobrado, na intenção de ampliar os conhecimentos sobre as estruturas identificadas no local. Nessa área, segundo Comerlato (1999, p. 06), entre o

final da suposta estrutura do forno semicircular e a parede do sobrado, foi encontrada uma estrutura de pedras com argamassa, que deve indicar uma parede da edificação antecessora.

Ainda na quadrícula A, na parte frontal, próximo a estrutura do fogão, foi encontrada uma “vala” com dimensão de 1,30 metros de comprimento por 20 centímetros de largura. Segundo informações orais levantadas por Comerlato e citadas no relatório³¹, seria uma área para estocagem e secagem da lenha utilizada no fogão, local onde inclusive foram encontrados resíduos de madeira (COMERLATO, 1999. p. 05).

A partir das escavações realizadas na quadrícula B (Anexo 2), pôde-se perceber que esta área era correspondente ao quintal, os fundos da residência primitiva. Através da estratigrafia, identificou-se na 5ª e última camada, um “areião” de cor cinzenta e a julgar pela decomposição do solo, juntamente com os elementos encontrados ali, como fragmentos cerâmicos, de vidro e grande quantidade de ossos, interpretou-se que essa área teria sido o local de descarte das atividades domésticas, essencialmente, relacionadas com a cozinha (COMERLATO, 1999, p. 06-07).

Ao concluir os estudos realizados no entorno da prospecção arqueológica, Comerlato (1999, p. 11) afirma que não restam dúvidas de que as estruturas e demais elementos arqueológicos encontrados, faziam parte de uma residência térrea que antecedeu a construção do sobrado. Segundo a pesquisadora, a antiga casa teria sua frente avançada para a rua, mais do que a atual construção, o último cômodo da residência seria a cozinha, onde fora encontrado o fogão com forno, e atrás dessa estrutura, seria o quintal, onde era descartado parte do lixo doméstico.

Comerlato também utilizou em suas pesquisas teóricas o estudo de Cabral (1954) sobre as residências coloniais do Desterro. Tanto no relatório técnico desenvolvido sobre a prospecção, assim como na comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-americanos (s.d.), a historiadora afirma que há consenso entre os vestígios arqueológicos encontrados e a descrição do professor. O

³¹ A autora não especifica o método de coleta destas informações.

que comprova os relatos de Cabral em relação a exígua dimensão das construções; o posicionamento da cozinha na tipologia da planta das residências; um fogão dentro das dependências da casa; além de uma possível abertura próxima ao fogão, por onde eram descartados os resíduos e a existência de um quintal aos fundos da residência.

Recentemente, no primeiro semestre de 2020, um novo projeto de conservação e acessibilidade foi solicitado para a mesma edificação, pela instituição tutora do edifício, o Círculo Ítalo-Brasileiro de Santa Catarina. O projeto, coordenado pela arquiteta Lilian Mendonça, desenvolveu, por incentivo secundário³², um relatório técnico que contou com uma fase inicial de pesquisa histórica e uma análise tipológica da edificação.

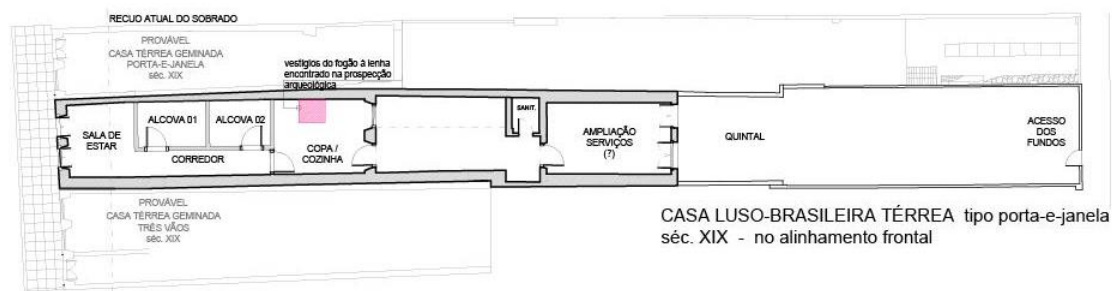
A pesquisa histórica, dirigida por Verônica Orlandi, traz a informação de que a edificação adjacente ao sobrado (atual Teatro Armação), então propriedade de Joaquim Francisco da Costa, uma antiga casa colonial de “porta-janela”, no ano de 1834, foi transformada em um sobrado (MENDONÇA, 2020, p. 05). Segundo a pesquisadora, por apresentarem uma tipologia arquitetônica parecida, é possível que um fato similar tenha acontecido com a edificação estudada. Outra circunstância que corrobora com essa hipótese, é o fato de ambas as edificações estarem alinhadas, recuadas da rua mais do que as outras construções, provavelmente, um recuo exigido pelo código de posturas municipais vigente no período em que foram construídos ambos os sobrados.

Na segunda parte do relatório, foi realizada uma análise tipológica da evolução do então sobrado, onde a equipe tentou cruzar as informações descritas pelo professor Cabral, com as evidências arqueológicas relatadas por Comerlato. A planta baixa gerada pela equipe, cruzando as informações, está de acordo com a descrição de Cabral, porém, o local onde está representado o fogão fica distante da parede que marca o final da residência, mas segundo o croqui, que está em anexo ao relatório de Comerlato (1999, p. 32), a parede do final da cozinha está encostada à estrutura do

³² Participação no Prêmio Elisabete Anderle de estímulo à cultura 2019.

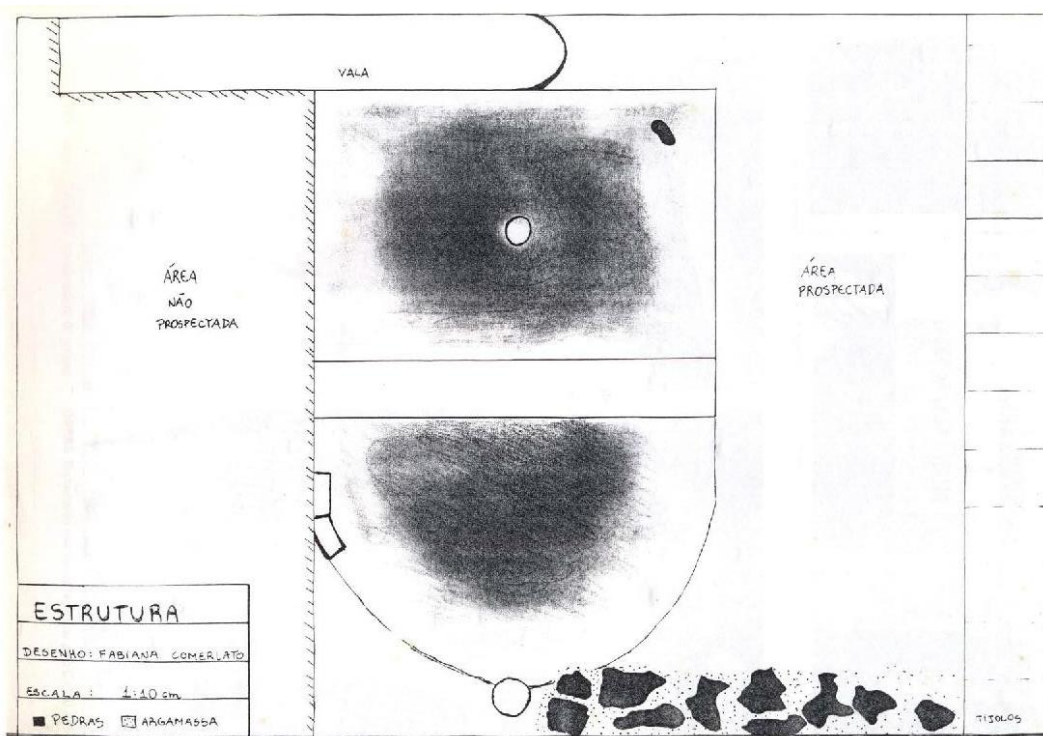
forno. Sendo assim, a hipótese apresentada não é completamente compatível com a estrutura arqueológica existente.

Figura 15. Planta baixa apresentada como hipótese para antiga residência colonial, no local onde está localizado o atual sobrado nº 340, Rua dos Ilhéus. Desenvolvido juntamente com relatório para intervenções de conservação e acessibilidade do edifício



Fonte: Mendonça, L. (2020). *Projeto de conservação, modernização e acessibilidade da sede do Círculo Ítalo-brasileiro de Santa Catarina - SIB/SC - Primeira Etapa* (pp. 1 - 15). Florianópolis: Prospectiva - arquitetura, restauro, consultoria Ltda. p. 14.

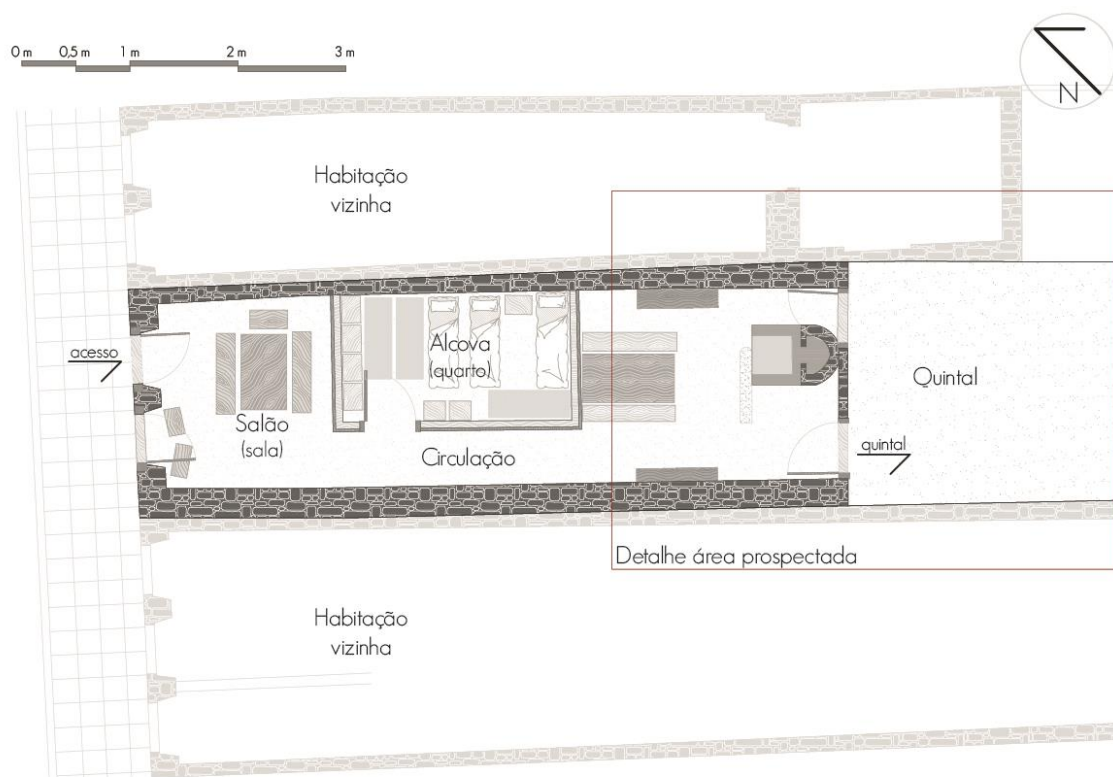
Figura 16. Croqui de representação das estruturas arqueológicas encontradas durante a prospecção, realizada no solo do referido sobrado, coordenado pela historiadora e especialista em arqueologia Fabiana Comerlato, em 1999.



Fonte: Comerlato, F. (1999). *Relatório final de prospecção arqueológica em residência oitocentista do conjunto histórico da Praça XV*. Florianópolis: Instituto De Planejamento Urbano De Florianópolis. p. 31.

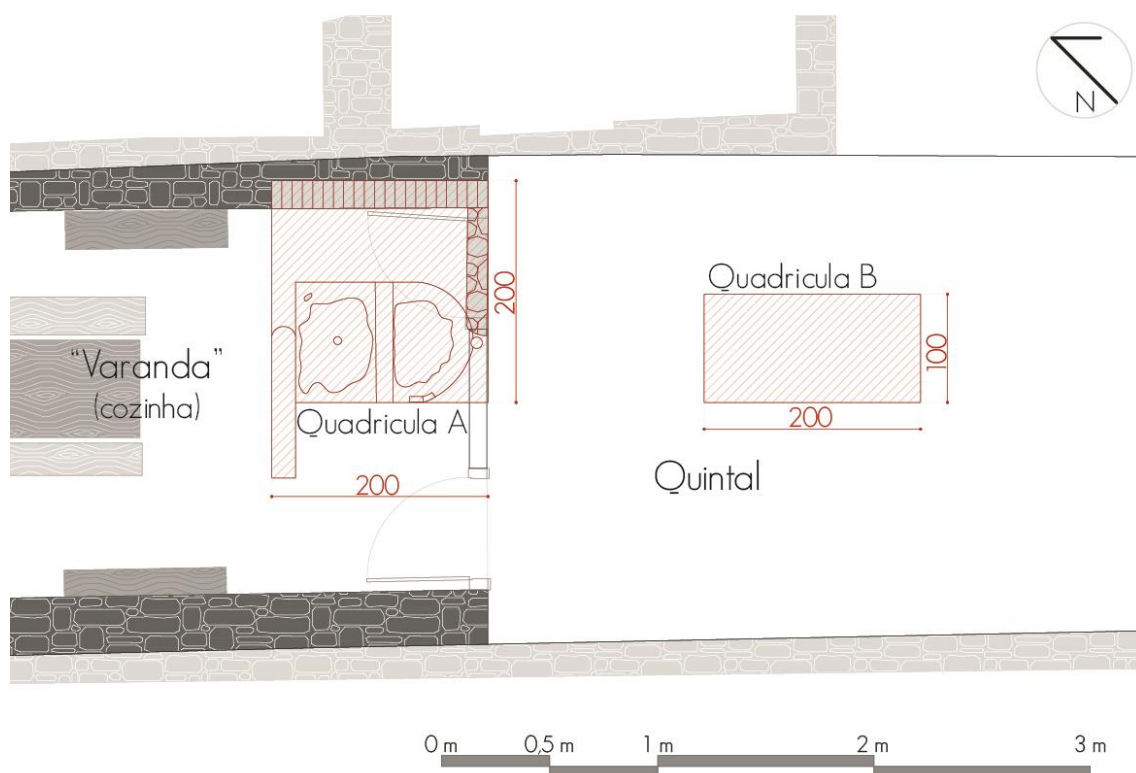
À vista disso, pode-se desenvolver uma nova hipótese utilizando a anterior como base, apenas reduzindo o tamanho da cozinha e retirando uma das alcovas, assim a peça da cozinha é relocada para a frente e a alcova única pode ser ampliada. O anexo aos fundos da residência, apontado pelo relatório, será desconsiderado, pela falta de subsídios em relação a sua construção e de descrições dos autores. Dessa forma, a nova hipótese de planta baixa atende ambos os vestígios: os relatos dos viajantes que passaram pela Ilha de Santa Catarina, entre 1711 e 1822; as descrições das reconstruções históricas do Professor Oswaldo Rodrigues Cabral (1954) e a prospecção arqueológica de Fabiana Comerlato (1999).

Figura 17. Proposta de reconstrução de uma habitação colônia conforme as fontes e vestígios citadas anteriormente. Elaborada por Leandro da Silva



Fonte: Cabral, O. R. (1954). Nossa Senhora do Desterro: casas - sobrados - chácaras. *Douro - Litoral: Boletim Da Comissão Provincial De Etnografia e História*, III - IV, 117 - 153.; Mendonça, L. (2020). Projeto de conservação, modernização e acessibilidade da sede do Círculo Ítalo-brasileiro de Santa Catarina - SIB/SC - Primeira Etapa (pp. 1 - 15). Florianópolis: Prospectiva - arquitetura, restauro, consultoria Ltda.; Comerlato, F. (1999). Relatório final de prospecção arqueológica em residência oitocentista do conjunto histórico da Praça XV. Florianópolis: Instituto De Planejamento Urbano De Florianópolis.

Figura 18. Detalhe das áreas estimadas de realização da prospecção arqueológica representada em proposta de reconstrução. Elaborado por Leandro da Silva



Fonte: Cabral, O. R. (1954). Nossa Senhora do Desterro: casas - sobrados - chácaras. *Douro - Litoral: Boletim Da Comissão Provincial De Etnografia e História*, III - IV, 117 - 153.; Mendonça, L. (2020). Projeto de conservação, modernização e acessibilidade da sede do Círculo Ítalo-brasileiro de Santa Catarina - SIB/SC - Primeira Etapa (pp. 1 - 15). Florianópolis: Prospectiva - arquitetura, restauro, consultoria Ltda.; Comerlato, F. (1999). Relatório final de prospecção arqueológica em residência oitocentista do conjunto histórico da Praça XV. Florianópolis: Instituto De Planejamento Urbano De Florianópolis.

3. A casa açoriana

Desde os primórdios do povoamento das ilhas açorianas, homens versados das letras escrevem suas monografias, crônicas e poesias sobre a idiossincrasia do arquipélago atlântico (CALDAS, 1999. p. 19; AMARAL, 1998. p. 72). Da obra *Saudades da terra* de Gaspar Frutuoso, no final do século XVI, aos poemas de Antero de Quental e Roberto de Mesquita, até o romance de Vitorino Nemésio, *Mau tempo no Canal* (MENESES, 1999, p. 724).

Utilizando obras como as destes ilustres açorianos foi possível identificar características naturais, geográficas e da sociedade insular³³, que auxiliaram na compreensão de aspectos culturais da arquitetura, como da sua distribuição e disposição na região. Juntamente com algumas fontes iconográficas, pesquisadores dedicaram-se a estudar a arquitetura produzida nestas ilhas em busca de uma tipologia comum em todo o arquipélago, chamada de “casa açoriana”.

Porém, foi um grupo de jovens arquitetos que, no começo da década de 1980, deu início a um extenso trabalho de levantamento arquitetônico nas nove ilhas, já sabendo que não existia uma única tipologia, apesar de identificarem influências e características em comum entre localidades de diferentes ilhas. Este levantamento foi publicado anos depois, com o título *Arquitetura Popular dos Açores* e vem sendo amplamente utilizado em investigações acerca da arquitetura açoriana e temas adjacentes.

Por fim, esta obra, organizada por João Vieira Caldas, publicada pela Ordem dos Arquitetos de Portugal, em 1999, serve de subsídio para a investigação comparativa das edificações residenciais açorianas em relação à casa da colonização desterrense, descrita anteriormente.

3.1. Contexto histórico e geográfico

³³ Termo utilizado por CALDAS, 1999. p. 19

A Região Autónoma dos Açores é formada por nove ilhas, todas de origem vulcânica, com variadas configurações e dimensões, divididas em três grupos, associadas por sua proximidade geográfica: Santa Maria e São Miguel compõem o grupo oriental, o mais próximo ao continente; o grupo central é constituído pela Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial, formando o maior dos agrupamentos; e o Grupo ocidental, com as duas últimas ilhas a serem descobertas e povoadas, é formado pelas Flores e Corvo (MEDEIROS, 1969, p. 100).

O arquipélago está situado na porção norte do oceano Atlântico, porém em latitudes médias, fator que aliado à onipresença do mar atribui às ilhas contrastes térmicos relativamente comedidos, tanto diariamente quanto anuais. Além disso, o Atlântico confere às ilhas um clima de humidade muito elevada, o que resulta em sucessivas e abundantes chuvas. A localização também confere às ilhas uma exposição aos fortes ventos marítimos, incidentes em todas as direções (CALDAS, 1999, p. 16). Estas características naturais unidas, trariam aos povoadores do arquipélago uma das maiores dificuldades com que teriam que aprender a lidar: a hostilidade da natureza.

Segundo o texto de Caldas (1999, p. 18), não se conhece a origem dos povoadores nem ao certo as datas de sua chegada às ilhas açorianas, porém, afirma que ainda se utiliza como referência uma carta de D. Afonso V, datada de 1439. O escrito relata que o Infante D. Henrique ordenou soltar ovelhas nas, até então conhecidas, sete ilhas atlânticas. Essa referência também foi utilizada pelos geógrafos Orlando Ribeiro (1962) e Carlos Alberto Medeiros (1969) em seus estudos *Aspectos e problemas da expansão portuguesa* e *Acerca da ocupação humana das ilhas portuguesas do atlântico*, respectivamente.

Ribeiro afirma que, no caso dos Açores, a primeira ilha a receber povoadores teria sido Santa Maria, apresentando aspectos geográficos mais convidativos, com clima menos úmido e bosques menos densos. Além disso, é a primeira ínsula na rota das navegações provenientes do continente. Mas Medeiros (1962, p. 163) acrescenta que em pouco tempo as atenções voltaram-se para as ilhas vizinhas, como São Miguel, que sendo maior em extensão territorial oferece também um maior potencial. E assim, as ilhas açorianas foram sendo povoadas sucessivamente no sentido oeste, sabendo

também que as ilhas do grupo ocidental foram descobertas e povoadas tardiamente (CALDAS, 1999, p. 18).

O processo de ocupação das ilhas atlânticas, segundo Caldas (1999, p.18), normalmente eram feito em três fases: primeiro, o reconhecimento da área; depois seriam lançados animais e algumas sementes no solo, para verificar sua fertilidade; e finalmente, a ocupação humana. Porém, segundo Medeiros (1969, p. 96-97), para que esta última fase pudesse ser iniciada, era necessário que o ambiente, por si próprio, atendesse três demandas relativas ao povoamento: a possibilidade de obter alimentos, vestuário e produtos de rendimento.

Para obtenção de êxito na colonização de um novo território, Antonieta Reis Leite (2017, p. 600) afirma que é de grande importância o planejamento e implantação de uma estratégia de ordenamento territorial. Segundo a autora, no caso do arquipélago açoriano não foi diferente, apontando para uma estratégia inicialmente administrativa e jurídica, com os sistemas de donataria e capitanias (LEITE, 2017, p. 600). Em seguida, já na prática, o plano baseou-se em três diligências, complementares e simultâneas, sendo: o estabelecimento das vilas; a distribuição das propriedades privadas, juntamente com a demarcação das dimensões públicas; e por fim, a abertura das estradas e caminhos de comunicação entre os núcleos de povoamento.

Os colonizadores, sem distinção de origem ou classe social, segundo Caldas (1999, p. 18), instalaram-se em áreas litorâneas, nas terras mais baixas, próximas às praias e enseadas, perto de linhas d'água. Na sequência, as povoações foram crescendo mais para o interior, mantendo-se ainda em áreas litorais, porém, não mais costeiras. Apenas os núcleos urbanos que sediavam comércio marítimo mantiveram-se em desenvolvimento na costa.

Neste momento, segue-se desenvolvendo ainda a última parte da estratégia de ordenamento descrita por Leite (2017, p. 600), com a abertura de caminhos entre os assentamentos populacionais, formando um cordão paralelo à costa. E enfim, o avanço das povoação chega às áreas mais interiores, porém este avanço acontece de forma

irregular em cada ilha, dependendo das suas condicionantes geográficas naturais (CALDAS, 1999, p. 18).

Socialmente as povoações açorianas são de notável tradição rural, com a economia baseada predominantemente na agricultura (CALDAS, 1999, p. 19). Apesar da famosa pesca da baleia, Caldas (1999, p. 19) refere que a atividade piscícola, assim como as indústrias derivadas dela não tiveram uma influência tão acentuada na economia regional. O autor afirma ainda que mesmo a criação do gado, que viria a ser iniciada mais tarde e se tornaria uma das principais atividades econômicas das ilhas, não fez desaparecer os indícios da tradição agrícola. Afinal, conforme argumenta Medeiros (1969, p. 99 - 100), a agricultura deve ter sido uma das orientações fundamentais para a colonização e produção agrária das ilhas, essencialmente o trigo, na tentativa de suprir um grande déficit do produto no continente.

Com a decadência da expansão portuguesa, a partir do século XVII, os Açores perdem sua importância como base comercial e marítima, Caldas (1999, p. 19) apoiado em José Enes (1984) e Jaime Freitas (1985), defende que esse período tenha trazido uma “suspensão” do desenvolvimento e que aliada ao isolamento insular, colaborou para a materialização da tradição rural no espaço geográfico açoriano.

Esse fator, associado a hostilidade da natureza, com seus tremores de terra, erupções vulcânicas, furnas de gases quentes, inesperadas alterações geomórficas, e consequentes crises sociais e alimentares, foram objeto de estudo para vários autores: Carlos Alberto Medeiros (1969; 1998), Walter Piazza (1999), Avelino de Freitas de Meneses (1999; 2014), José Damião Rodrigues (2002; 2005; 2010), Eugenio Lacerda (2003), Paulo Silveira e Souza (2014), foram alguns dos investigadores a escrever acerca destas questões e apontá-las como potenciais motivos para o decorrente desejo, de parte, da população açoriana em alistar-se aos estratégicos movimentos migratórios às Américas.

3.2. O erro da generalização e as várias tipologias açorianas

A habitação popular nos Açores, normalmente rural, originou-se de forma liberta e independente, segundo Caldas (1999, p. 24). As edificações estavam desamarradas das

inevitáveis adaptações condicionadas pelo crescimento das aldeias continentais, onde as residências se arrimavam, condicionando os espaços e deformando umas às outras. A desocupação do território, seu povoamento por imigrantes provenientes de distintos locais do continente, estando fora de suas comunidades originárias, e primando por edificar suas habitações anexas ao espaço de lavoura, resultou na formação de núcleos populacionais mais espalhados, com as habitações dispostas de forma descontínua, dando origem também as plantas de geometria simples e rigorosa (CALDAS, 1999, p. 24).

Para além da repetitiva e particular rigidez da planta residencial, Caldas (1999, p. 24) afirma que a residência popular açoriana apresenta uma série de características construtivas em comum: o telhado com águas pouco inclinadas, cobertas por telhas cerâmicas “meia-cana”, sobre uma estrutura elementar de madeira; paredes internas que dividem os ambientes, construídas de tabiques ou frontais de madeira, em altura que não ultrapassam as paredes externas; e a utilização da pedra vulcânica regional como matéria fulcral para construção.

O autor (1999, p. 541) acentua o uso da pedra vulcânica explorada no local, como uma engenhosidade característica da construção açoriana, pela capacidade de utilização do mesmo material construtivo em diversas tipologias habitacionais. Principalmente pelos vários tipos de detalhes de acabamento construtivo característicos de cada ilha, ou muitas vezes de cada núcleo de povoamento.

Outro aspecto em comum entre as casas açorianas é a importância que tem a cozinha, o espaço que poderia ser interpretado como o elemento principal da vida domiciliar da família. Segundo Caldas (1999, p. 15), é neste cômodo onde desenvolve-se toda a atividade de relação familiar, onde são preparados os alimentos e onde eles são consumidos, espaço em que todos se reúnem para conviver ao final do dia.

Concomitantemente, o estudo de Caldas acentua a importância do “lar”, um componente da cozinha, que além do sentido efetivo da palavra: o espaço de morar, é outro elemento comum nas casas açorianas, o compartimento onde se produz o fogo, onde estão construídas as bocas do fogão e do forno. No entanto, deve-se ressaltar que este valor de primordialidade atribuído à cozinha da habitação é uma

característica de todo Portugal, não uma idiossincrasia açoriana. Sendo assim, trata-se, provavelmente, de uma herança da colonização.

Ainda em relação ao espaço de preparação dos alimentos, o característico individualismo que orientou a implantação das residências no povoamento na povoação das ilhas, condicionou também a tipologia residencial, no sentido de que cada casa, sem exceção, tenha construído um forno, com acesso pelo interior da cozinha³⁴, permitindo que cada família pudesse cozer o seu próprio pão (CALDAS, 1999, p. 25)³⁵.

Esses aspectos em comum entre as residências do arquipélago açoriano, apontados por Caldas (1999), foi um dos motivos que levou alguns pesquisadores, até meados do século XIX, a acreditarem em uma unidade arquitetônica regional açoriana. Segundo a arquiteta e historiadora Isabel Soares de Albergaria (2013, p. 3), embasados pela ideia determinista de que o meio produz efeito sobre os modos de vida, a arquitetura seria uma síntese do meio onde se desenvolve. Assim, ganha força a narrativa de uma singularidade na produção arquitetônica regional, uma vez que as nove ilhas apresentariam características geográficas semelhantes.

No entanto, nas últimas décadas do século XIX, o antropólogo Arruda Furtado, publicou um estudo comparativo acerca das características da população micaelense. Segundo Albergaria (2013, p. 4), Furtado teria identificado diferenças e singularidades entre os habitantes, o que, para o antropólogo João Leal, inviabilizaria o estabelecimento do conceito de “cultura açoriana”, conforme assinala Albergaria.

Posteriormente, com o estudo das habitações populares açorianas, Caldas (1999, p. 14-25) afirma que, se por um lado, há uma unidade quanto aos aspectos construtivos e de implantação das habitações, por outro, a organização da planta, a forma como o forno é articulado com a cozinha e a respectiva chaminé (quando há), sua volumetria,

³⁴ Esta evidência decorre dos levantamentos feitos pela equipe do autor no início da década de 1980, mas não garante que todas as habitações tivessem fornos individuais desde a colonização das ilhas, pois os fornos podem ter sido agregados posteriormente às cozinhas. No entanto, também não há indícios concretos do contrário.

³⁵ Uma prática incomum em algumas regiões continentais, com a implantação dos conhecidos fornos comunitários.

dimensão e aspectos do acabamento construtivo, demonstram uma ampla diversidade tipológica, que difere de uma ilha para outra ou entre localidades de uma mesma ilha.

Segundo o estudo realizado e perante o levantamento produzido pela equipe coordenada por João Vieira Caldas, acerca das casas populares açorianas, o autor afirma que, em relação à organização interna e sua decorrente volumetria, estas podem ser classificadas a partir da relação estrutural da cozinha com os demais cômodos da habitação: a casa com cozinha dissociada, em que a cozinha está separada fisicamente, unida por uma pequena cobertura telhada, ou mesmo encostada ao resto da edificação, porém sem acesso pelo interior; a casa linear, onde todos os cômodos se sucedem em linha (podendo ser em L) e a cozinha é implantada em uma das extremidades; e a casa integrada, com uma composição espacial normalmente simétrica, comumente apresentando uma fachada de “janela-porta-janela” e uma tipologia “dobrada”, com compartimentos idênticos para a frente e para trás, estando a cozinha integrada ao volume geral e apenas o forno frequentemente saliente à volumetria.

Essas características tipológicas diversas no interior do arquipélago, chamadas por Albergaria (2013, p. 4) de “diferenças idiossincráticas”, estão, segundo a autora, ligadas diretamente com a origem dos colonizadores de cada ilha ou região. Caldas (1999) e Albergaria (2013), baseiam-se nas investigações realizadas pelos diversos geógrafos que, ao longo do século XX, abordaram questões relativas a este tema, como Orlando Ribeiro (1955), Raquel Soeiro Brito (1955), João de Medeiros Constância (1964; 1982) e Carlos Alberto Medeiros (1969).

Conforme escrevem Caldas (1999, p. 25 - 27) e Albergaria (2013, p. 4 - 7), esses autores baseados em testemunhos de várias ordens (dos traços linguísticos às formas de instrumentos do dia a dia, passando pela documentação escrita burocrática ou narrativa) apontam para um povoamento das ilhas açorianas realizado por imigrantes das diversas regiões portuguesas continentais. Assim, as características advindas de seus locais de origem teriam sido implantadas nas ilhas atlânticas, criando um espelhamento do continente, em uma espécie de *puzzle* do continente português no arquipélago açoriano (ALBERGARIA, 2013, p. 6).

Em síntese, os algarvios teriam povoado Santa Maria, o que explica as pequenas casas caiadas e ornamentadas com coloridas faixas; São Miguel teria sido colonizada majoritariamente por alentejanos, apresentando características tipicamente sulistas; no grupo central estariam mais presentes características das Beiras e Minho, como as casas comuns do Pico, de dois pisos em pedra à vista, que lembram as construções nortenhas; e por fim, o Corvo, com sua povoação única, composta de casas com referências que remetem às aldeias transmontanas (CALDAS, 1999, p. 25; ALBERGARIA, 2013, p. 6). Entretanto, Caldas (1999, p. 26) afirma que não se pode tomar essa teoria como uma verdade, sem resguardos, pois a origem dos colonos açorianos não está completamente documentada, além de que, podem ter existido mais correntes migratórias para as ilhas atlânticas após os assentamentos iniciais e de colonos não portugueses.

Nesse âmbito, o surgimento de uma arquitetura “vernácula” açoriana, com grandes diferenças, mas também similaridades tipológicas, em diferentes partes do arquipélago, é explicado por Caldas (1999, p. 14) como um conjunto de fatores. Segundo o autor, poderia partir do povoamento das ilhas por gentes de diversas origens, mas estaria aliado também à outras condicionantes, como: as condições geográficas muito próprias, porém parceladas em 9 ilhas, que exercem influências umas sobre as outras, essencialmente por sua proximidade; e a sucessividade das ilhas, algumas mais outras menos, às catástrofes naturais, exigindo que periodicamente os ilhéus tivessem que reconstruir suas habitações, podendo modificá-las, adaptando-as.

Em contrapartida, Caldas (1999, p. 26) também afirma que não se pode atribuir aos primeiros povoadores do arquipélago uma completa autonomia na criação e desenvolvimento da arquitetura “popular açoriana”: apesar de soluções semelhantes poderem surgir em condições parecidas, o arquipélago apresentava condições completamente diferentes do continente. E afirma que os vestígios indicam uma possibilidade mista, onde algumas soluções construtivas teriam sido transportadas para as ilhas atlânticas por meio de conhecimentos tecnológicos dos primeiros povoadores, e esses conhecimentos teriam sido reinventados em consonância com as

condições existentes e ainda, adaptados conforme as necessidades se foram apresentando aos habitantes.

Dessa forma, é evidente que existam características construtivas e tipológicas semelhantes, ou até idênticas, entre as ilhas e o continente, porém, Caldas (1999, p. 541) afirma que não se pode mais estabelecer relações de influência exclusiva entre grupos insulares e regiões de Portugal continental, pois algumas características e elementos arquitetônicos, entendidos como sendo de influência nortenha ou sulista, acabam por ser encontrados em uma mesma ilha ou até mesclados em uma construção.

Existe, em particular, a influência do meio natural e suas especificidades, que conforme o conceito de determinismo ambiental, abordado por Albergaria³⁶, na justificativa do desenvolvimento inovador de uma unidade arquitetônica açoriana no final do século XIX, pode agora ser reinterpretado a partir dos estudos publicados por Caldas (1999), de forma que o determinismo ambiental não tenha condicionado a criação de uma nova tipologia em comum, mas a adaptação das técnicas construtivas transportadas em conhecimento pelos colonizadores até o arquipélago açoriano.

3.3. A referência açoriana em Santa Catarina

A colonização da Ilha de Santa Catarina acontece de forma similar ao povoamento do arquipélago açoriano, quando em meados do século XV imigrantes de todas as regiões do continente português povoaram os Açores. Dois séculos depois seriam esses açoriano provenientes das nove ilhas³⁷, descendentes dos primeiros colonos, e também de todos os outros grupos que foram chegando às ilhas, a serem transportados ao sul da Colônia brasileira com a mesma missão. Dos mais de seis mil açorianos emigrados para o meridional da então colônia, cerca de quatro mil e quinhentos, fixaram-se em Santa Catarina, dando origem a comunidades que refletem, até hoje, o modo como são e vivem (FARIAS, 2000, p. 91).

³⁶ Acerca da influência do meio ambiente nas produções físicas e intelectuais das comunidades humanas. Termo e conceito desenvolvido por teóricos do século XVIII (ALBERGARIA, 2013. p. 3).

³⁷ Segundo PIAZZA (1999), um pequeno grupo oriundo da Madeira e uma massiva maioria provindo das ilhas açorianas.

A criação dessas comunidades iniciou-se com a fixação dos casais açorianos na província, que segundo Farias (2000, p. 98), passaram por um processo constante de aproximação às condições locais, provocando transformações na cultura transportada, por meio de conhecimentos técnicos. As condições geográficas, por exemplo, impuseram a necessidade de adaptação a uma série de áreas, como o cultivo, a consequente alimentação, confecção de ferramentas, produção de bens e na construção de habitações que, segundo Broos (2002, p. 61), foram inicialmente edificadas de pau-a-pique e cobertas de palha, uma vez que a pedra, matéria fundamental da construção açoriana, não era facilmente encontrada na natureza, devido às características geológicas da região e a falta de tecnologia para extração e tratamento do material (ADAMS e ARAÚJO, 2000, p. 484).

Além disso, Farias (2000, p. 98) afirma que assim como os imigrantes açorianos adaptaram-se e adquiriram novos modos de vida, acabaram por influenciar também os habitantes que ali já viviam, ainda que poucos, de origem vicentista, indígenas e negros. Essa afirmação de Farias vem ao encontro do conceito de hibridização cultural de Néstor García Canclini, que o define como um “jogo” de aproximação e afastamento entre culturas, promovendo uma miscigenação cultural. Para Canclini (1997), diferente do apagamento da identidade proposto pelo conceito de aculturação. A hibridização cultural é a possibilidade que uma cultura tem de dialogar com o novo, tendo como base suas tradições.

Assim, teria sido desenvolvida na Ilha de Santa Catarina uma identidade cultural única, que tem sua essência baseada nos valores transplantados do arquipélago açoriano, porém, agregado a preceitos das variadas, ainda que minoritárias, culturas já presentes na ilha (FARIAS, 2000, p. 98). Ao resultado dessa hibridização cultural, Farias (2000, p. 98 - 99) atribui o nome de “cultura de base açoriana catarinense”, esclarecendo que existem expressivas diferenças entre essa e a cultura açoriana produzida nos Açores, ressaltando ainda a importância da sua distinção, evitando “o erro de tornar semelhante o que de fato é diferente.” (FARIAS, 2000, p. 99).

Como parte da cultura referida, a arquitetura é, possivelmente, um dos elementos integrantes deste processo de adaptação e hibridização apresentado por Albergaria

(2013), Farias (2000) e Canclini (1997). Dos estudos realizados acerca da arquitetura colonial da Ilha de Santa Catarina, Souza (1981) e Althoff (2000) afirmam que as residências encontradas nos mais antigos assentamentos urbanos da ilha, assim como as descrições de Cabral (1954) e demais fontes, remetem a arquitetura da colonização catarinense à mesma tipologia edificada nos demais centros coloniais do Brasil, sendo estes colonizados, em sua grande maioria, por portugueses continentais, sem relação direta com a arquitetura e cultura açoriana. No entanto, ambas as pesquisadoras indicam a necessidade de um estudo comparativo mais aprofundado entre a arquitetura residencial da colonização catarinense e a tipologia residencial açoriana, trabalho este, a ser desenvolvido na sequência.

3.3.1. Critérios e métodos comparativos

Com base no levantamento realizado acerca da tipologia arquitetônica da casa colonial da Ilha de Santa Catarina, apresentado no capítulo 2 “A casa da colonização desterrense”, e no extenso estudo sobre as residências açorianas, intitulado *Arquitetura Popular dos Açores*, publicado por João Vieira Caldas em 1999, realiza-se um estudo comparativo, determinando critérios e sistematizando as informações levantadas, com o objetivo de identificar as similaridades entre as tipologias estudadas. O que deve servir de subsídio para a identificação de relações culturais-arquitetônicas entre a Ilha de Santa Catarina e o arquipélago dos Açores, iniciadas durante o período colonial.

A obra publicada por Caldas (1999) é um compilado de levantamentos, tanto arquitetônicos como antropológicos, que centra-se na “arquitetura vernácula rural”, identificando, descrevendo e sintetizando tipologias arquitetônicas residenciais³⁸, desde as mais elementares às habitações em núcleos urbanos de influência erudita. Segundo Caldas (1999. p. 15), os estudos e levantamentos partiram de análises da organização e da estrutura funcional e espacial das residências, a uniformização dos

³⁸ A obra também contempla o levantamento dos agregados rurais que compõem o conjunto edificado das propriedades, no entanto, essas construções de apoio ao trabalho não fazem parte do objeto de estudo desta investigação.

critérios na fase de levantamento permitiu que diversas construções pudessem ser relacionadas, estabelecendo as tipologias descritas na obra.

As tipologias descritas por Caldas (1999) recebem nomenclaturas específicas, atribuídas pela própria equipe de estudos e estão relacionadas com as características tipológicas ou estéticas do conjunto de habitações. As informações acerca de cada tipologia estão também setorizadas por ilhas, sabendo que apesar de algumas tipologias arquitetônicas receberem a mesma nomenclatura por serem compostas de elementos muito similares, apresentam sempre especificidades que variam de uma ilha para outra.

No processo de análise da obra, puderam ser identificadas 59 tipologias, divididas entre as nove ilhas do arquipélago: São Miguel, com o maior número, 13 tipologias; Graciosa, Pico e Flores com 8; Faial com 7; Terceira com 5; São Jorge com 4; e, por fim, Santa Maria e Corvo com apenas 3 tipologias cada. Estas informações com suas respectivas nomenclaturas foram dispostas em uma tabela, logo composta por elementos e características tipológicas, no intuito de gerar um painel de atribuições dos conjuntos arquitetônicos.

Para organização da tabela os dados arquitetônicos foram sistematizados, divididos em 11 grupos, que representam elementos componentes da construção residencial. Esses grupos são compostos ainda por características e aspectos dos elementos arquitetônicos, que devem caracterizar as diferentes tipologias açorianas. Os componentes são: Aspecto externo, avaliando as características estilísticas da construção e da tipologia das aberturas; Fachada frontal, aferindo as características estilísticas e tipológicas em relação ao aspecto da fachada principal da edificação; Material construtivo das paredes, indicando os materiais e técnicas construtivas internas e externas; Telhados, avaliando as tipologias de cobertura e especificidades estilísticas; seguido do Material de cobertura do telhado, indicando as matérias e técnicas utilizadas; Nível da edificação, avaliando a quantidade de pavimentos e elementos específicos da construção relativo ao nível e uso desses espaços; Dimensão da edificação, indicando características relativas ao espaço e tamanho dos elementos residenciais; Tipologia da planta, com as características relativas a planta residencial,

número de peças e elementos componentes; Forno e Chaminé, apresentando as características tipológicas de ambos; e por fim, as Características do lote, avaliando os aspectos da edificação condicionados pela tipologia do lote em que é implantada.

Assim, o painel é concluído com a indicação das características arquitetônicas descritas, se é, ou não, correspondente à cada uma das tipologias levantadas. Essa indicação está traduzida, em tabela (tabela nº 1 – Apêndice 5), à partir de um conjunto de cores. O verde confirma que dada característica é pertencente a determinada tipologia, sendo muitas vezes essencial para a definição daquele conjunto tipológico ou está presente na maioria dos exemplares apresentados por Caldas (1999). A cor amarela indica que uma característica não é representativa de determinada tipologia, porém, sua existência não descaracteriza a classificação junto àquele conjunto, ou aparece em alguns dos casos, sem grande representatividade. A cor vermelha refere a não existência de determinada característica na tipologia avaliada. No caso de alguma característica não ser mencionada pelo autor e não poder ser identificada pelas fontes iconográficas, para alguma tipologia, o indicativo permanece sem cor.

Com a indicação de todas as características realizada para cada tipologia, inicia-se o tratamento das informações. O processamento inicial consiste na comparação entre as indicações das 59 tipologias açorianas com as 2 tipologias desterrenses³⁹, assinalando os aspectos em comum entre elas, acerca das características arquitetônicas. Em seguida, desenvolve-se uma análise quantitativa em relação às indicações verdes, amarelas e vermelhas, em comum entre elas, o que deve indicar quais os conjuntos arquitetônicos açorianos são mais parecidos com a tipologia colonial catarinense.

A quantificação de aspectos em comum, setorizados em verde, amarelo e vermelho, receberam valores, com diferentes pesos para cada característica, sendo verde 1 valor, amarelo 0,75 e vermelho 0,50. Esses valores foram atribuídos porque apesar dos aspectos vermelhos definirem uma informação em comum entre as tipologias, representa uma ligação muito superficial, indicando que ambas as tipologias

³⁹ Neste comparativo, para além da casa urbana descrita por Cabral, utiliza-se ainda a habitação do interior da ilha, que a partir das descrições e desenhos de viajantes, se pôde ter conhecimento. Também está descrita no capítulo 2.

comparadas não são compostas por determinada característica. Porém, esse fator não indica que têm a mesma composição. Diferente da atribuição verde, que se afirma quando ambos os aspectos são idênticos.

Dessa forma, compõem-se duas tabelas resumo (tabela nº 2 e tabela nº 3 – Apêndices 6 e 7), de ambas as comparações e respectivas “pontuações”, estando setorizadas também por cor, onde as pontuações em verde escuro indicam as tipologias com mais características em comum. Esta setorização realiza-se a partir da porcentagem calculada entre a pontuação total possível e a pontuação creditada para cada tipologia. Assim, consideram-se como mais similares, as tipologias que apresentam porcentagem acima de 70%.

Tabela 1 – Exemplo: recorte da tabela nº 2 (completa em Apêndice 2) Elaborada por Leandro da Silva

Ilha	Nome tipologia	Total	Verde	Amarelo	Vermelho	Pont.	Pont. %
Florianópolis	Residência urbana	-	-	-	-	37,5	100%
Santa Maria	Casa Mariense	34	12	1	21	23,25	62%
Santa Maria	Casa de língua acima	36	12	0	24	24	64%
Santa Maria	Casa dobrada	32	11	0	21	21,5	57,33 %
São Miguel Ocid.	Casa abarracada	32	8	0	24	20	53,33 %
São Miguel Ocid.	Casa com as águas paralelas à fachada	32	8	0	24	20	53,33 %
São Miguel Ocid.	Casa de empena-fachada ou abarracada	39	12	2	25	26	69,33 %
São Miguel Cent.	Casa encostada empena-a-empena (tp. Integrado)	44	14	1	29	29,25	78%
São Miguel Cent.	Casa linear (arrifes)	30	8	0	22	19	50,67 %

Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.

Em seguida, deve-se realizar uma análise qualitativa entre as tipologias açorianas que mostraram-se mais semelhantes, verificando quais os elementos arquitetônicos e características desses conjuntos se assemelham à tipologia catarinense. Podendo assim, de forma individual, averiguar possibilidades de influências da cultura açoriana na construção das habitações coloniais na Ilha de Santa Catarina.

3.3.2. Análise comparativa

Conforme a metodologia de tratamento das informações descrita acima, desenvolveu-se a construção de duas tabelas comparativas, compostas com as tipologias açorianas e as indicações dos seus elementos e características arquitetônicas, que logo seriam comparadas aos aspectos das duas tipologias catarinenses. A partir desta análise, gerou-se uma tabela resumo para cada uma das comparações, permitindo que se pudesse perceber quais as tipologias arquitetônicas açorianas apresentam maior semelhança com a arquitetura colonial de Santa Catarina.

Tendo esse conhecimento e a informação sobre as respectivas ilhas de origem, deve-se realizar uma análise qualitativa acerca de cada uma delas, tendo como objetivo avaliar os aspectos em comum e os que mais diferem entre o grupo dessas habitações e a matriz comparativa. Essa análise deve indicar as referências culturais e arquitetônicas presentes na casa colonial da Ilha de Santa Catarina, verificando também as possibilidades de adaptação de diferentes técnicas e materiais construtivos que puderam ter sido incorporados no novo território colonizado.

3.3.2.1. A tipologia urbana

Em relação à casa urbana construída na Ilha de Santa Catarina, as tipologias açorianas mais semelhantes, segundo o comparativo quantitativo, são as seguintes:

Tabela 2. Tipologias selecionadas perante o comparativo acerca da tipologia urbana.

Elaborada por Leandro da Silva

Ilha	Nome tipologia	Pontuação total	Comparação em %
São Miguel Centro	Casa encostada empena-a-empena	29,25	78%
São Miguel Oriente	Casa integrada	28	74,67%

Terceira	Casa de vila proto-urbana	26,25	70%
Faial	Casa da Conceição e Angústias	27,5	73,33%

Fonte: Resumo de tabela comparativa desenvolvida nos estudos com base em Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.

Figura 19. Casa encostada empena-a-empena. Ribeira Grande, São Miguel Centro (levantamento arquitetônico Anexo 3)



Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 134

Figura 20. Casa integrada, com dois telhados. Achada, São Miguel Oriente (levantamento arquitetônico Anexo 4)



Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 150

Figura 21. Casa de vila proto-urbana. Praia da Vitória, Rua Serpa Pinto, Terceira



Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 241

Figura 22. Casa da Conceição e Angústias. Conceição, Faial (exemplar em Angústias, Anexo 5)



Fonte: Caldas, J. (1999). *Arquitectura popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 458

Das quatro tipologias arquitetônicas que tiveram pontuação acima de 70%, no comparativo com a tipologia colonial catarinense, apenas duas encontram-se na mesma ilha, porém, em áreas diferentes. São elas, a “Casa encostada empena-a-empena” na parte central da Ilha de São Miguel e a “Casa integrada”, na parte oriental da ilha. As outras duas tipologias arquitetônicas estão em diferentes ilhas, no entanto, pertencem ao mesmo grupo insular açoriano, o grupo Central. São estas a Terceira e o Faial, com as respectivas tipologias: a “Casa de vila proto-urbana” e a “Casa da Conceição e Angústias”.

Dentre os aspectos e características arquitetônicas analisados, nota-se grande importância dos reflexos do desenho urbano na construção. Como, por exemplo, o fato das cinco tipologias serem geminadas, encostas empena-a-empena, arrimando-se umas às outras. Além disso, nenhuma delas apresenta jardins à frente da construção, mas têm sempre um quintal aos fundos. Esses aspectos se devem às dimensões dos lotes, comuns em locais mais urbanizados dos Açores, onde a frente está delimitada

pela rua e a fachada principal da edificação, enquanto aos fundos o lote é mais longo, propiciando atividades domésticas de cunho rural.

Essas características de dimensão do lote são, conseqüentemente, responsáveis pelo desenho das plantas, sendo, a maioria delas, composta por plantas retangulares com frente mais curta e maior comprimento para os fundos, delimitando também o comprimento mais exíguo da fachada, com exceção da Casa integrada de São Miguel oriental, que normalmente apresenta planta quadrada⁴⁰. No entanto, todas as tipologias em análise apresentam plantas de pequena dimensão.

As casas da Ilha de São Miguel, apesar da reduzida volumetria, têm dois cômodos na largura frontal, apresentando na fachada aberturas para, normalmente, um quarto e uma sala, tendo os demais compartimentos voltados para os fundos. Enquanto as tipologias da Terceira e do Faial, apesar de não haver levantamento em planta de ambas, apresentam uma fachada muito exígua, na qual pode estar construído apenas um cômodo, assim como a casa da Ilha de Santa Catarina, que têm seus cômodos lineares para os fundos do lote e não lado a lado, como é mais comum nos Açores.

A maioria das habitações apresentadas por Caldas (1999), acerca dessas quatro tipologias arquitetônicas são compostas por três cômodos internos: sala, quarto e cozinha⁴¹. É comum também, para os grupos arquitetônicos da ilha de São Miguel, a existência de corredores internos, que conectam a porta de entrada com a porta dos fundos da habitação, porém, normalmente ficam no centro da construção, o que é diferente da tipologia catarinense, com corredores em uma das laterais. Quanto aos grupos de casas da Terceira e do Faial, não se pode afirmar, pela falta de plantas no estudo de Caldas (1999).

As plantas destas tipologias têm em comum também o posicionamento da cozinha, que está sempre aos fundos da construção e pode ser identificada mesmo sem levantamento de planta, por meio da posição da chaminé. Essa implantação da cozinha

⁴⁰ Segundo Caldas (1999), podem ser encontradas também plantas em L, porém, são provenientes de ampliações posteriores.

⁴¹ Apesar de Caldas (1999) não trazer exemplos de plantas das tipologias da Casa de vila proto-urbana e Casa da Conceição e Angústias.

aos fundos, atribui ainda outra característica em comum, o acesso da edificação para o quintal por meio deste cômodo, característica que cria uma dinâmica de transição, da área de trabalho externa para o ambiente familiar interno e pode representar uma influência cultural doméstica comum nos Açores.

Esta posição de protagonismo da cozinha, também apontada, anteriormente, por Caldas (1999), é indicada pela sua importância na vida doméstica em relação ao fogão e ao forno. Neste aspecto, não puderam ser identificadas características comuns em relação ao fogão, pois a tipologia catarinense não o descreve em detalhes. No entanto, todos os grupos arquitetônicos apresentam uma mesma tipologia de forno, sendo estes arredondados, em formato de calota, e construídos de alvenaria. Aspectos apontados por Caldas (1999), como característicos de todas as construções do arquipélago açoriano e que teve sua existência comprovada na tipologia catarinense, por meio da prospecção arqueológica de Comerlato (1999)⁴².

Em relação aos telhados, todas as tipologias em análise apresentam telhados de duas águas, sendo uma para a fachada frontal e outra para os fundos da edificação. Porém, no caso da habitação integrada de São Miguel oriental, que apresenta, normalmente, planta quadrada, a cobertura é feita em duas estruturas de duas águas, estando uma à frente da outra. Desta forma, também há uma queda d'água para a fachada frontal e uma para os fundos, porém, com duas cumeeiras. Quando são feitas ampliações nas construções, podem ser criadas mais águas, porém, acontece posteriormente, não fazendo parte das tipologias descritas por Caldas (1999).

Quanto às estruturas do telhado, são sempre feitas em madeira e apesar de as tipologias analisadas não receberem descrição detalhada sobre o tema, podem-se identificar por meio dos cortes arquitetônicos trazidos por Caldas (1999), uma estrutura muito similar à casa catarinense. Com vigas-mestras instaladas no sentido longitudinal da edificação, apoiadas acima das paredes laterais, formando a empena e a inclinação das águas. Acima das vigas estão apoiados os caibros, no sentido transversal às vigas, e diferente da tipologia catarinense, não são colocados sarrafos

⁴² Verificar capítulo 2.

sobre os caibros para apoio da cobertura de telhas. Nas tipologias açorianas, são instaladas tábuas mais largas, que apoiam por completo o peso das telhas de “meia-cana”.

A cobertura de todas as tipologias analisadas é realizada com telhas confeccionadas de barro, provenientes de uma mesma técnica e tipologia, enquanto nas casas açorianas são utilizadas as telhas de “meia-cana”, em Santa Catarina são as telhas de “capa e canal”, diferenciadas apenas pela nomenclatura. É possível que haja diferenças construtivas entre ambas, porém, a disposição de montagem apresenta-se igual: linhas de telhas com a ponta inferior sobre a outra, formando “canais” de cima a baixo, no sentido longitudinal, da cumeeira até o beiral da queda, são dispostas linhas destas uma ao lado de outra, sobre toda a queda e, por fim, linhas de telhas invertidas são assentadas sobre a junção das sequências de “canais”, formando “capas” sobre esses encontros de telhas, isolando-os da entrada de água.

Outro elemento importante acerca da cobertura da casa catarinense é o beiral, o elemento não é comum nas habitações açorianas. Apenas a Casa de vila proto-urbana da ilha Terceira apresenta um beiral, porém, muito pequeno, enquanto o beiral da habitação catarinense se estende grandemente, pelo menos, na queda voltada para os fundos. Este aspecto pode indicar uma necessidade de adaptação ao local, condicionado por uma forte incidência do sol em períodos mais quentes, ou por uma necessidade de acesso externo em períodos mais chuvosos, como pode também ter sofrido uma influência dos moradores e habitações já existentes na ilha, por já conhecerem o local e terem se adaptado a ele, ou por reproduzirem influências de outras regiões.

Acerca dos métodos construtivos, a técnica essencial de construção das habitações açorianas, consistia no assentamento de pedras vulcânicas, que é o material de base para todas as edificações do arquipélago. No entanto, inicialmente, a tipologia catarinense apresenta métodos e materiais de construção muito diferentes. Conforme vários pesquisadores, que trabalharam acerca deste tema, como Cabral (1954), Souza (1981), Janeiro e Fernandes (1988), Veiga (2001), Broos (2002), a mudança do material na construção e consequente mudança da técnica, teria sido necessária logo na

chegada dos colonizadores à Santa Catarina. Uma vez que a matéria utilizada nos Açores era facilmente extraída da natureza e no novo continente não havia tal material ou semelhante disponível para o uso.

Dessa forma, as primeiras residências coloniais construídas na Ilha de Santa Catarina foram edificadas de “pau-a-pique”, também conhecido como “tabique” ou “taipa”, que consiste basicamente em uma estrutura de madeira preenchida com barro. No entanto, essa técnica também não seria uma prática desconhecida dos açorianos, pois segundo os levantamentos de Caldas (1999), outro aspecto em comum entre todas as casas em análise, é o uso do “tabique” na construção das paredes internas das residências.

Algum tempo depois dos primeiros assentamentos residenciais na Ilha de Santa Catarina serem edificados, começaram a ser fabricados os tijolos de barro e juntamente com algumas pedras, normalmente coletadas nas margens de rios, teve início a construção de paredes híbridas, técnica que consistia no assentamento dos dois materiais, a pedra e os tijolos de barro, unidos por um traço de argamassa e, conforme Broos (2002), acreditava-se que este método compunha paredes mais resistentes do que a taipa, utilizada nas habitações primitivas.

No entanto, apesar dos diferentes materiais e técnicas de edificação, essas cinco habitações em análise comparativa, apresentam aspectos visuais muito semelhantes. Isso acontece porque partilham de mesmas características arquitetônicas de acabamento, principalmente na da fachada principal, a frente da habitação. Todas essas tipologias possuem as paredes externas rebocadas, ainda que não se indique o traço utilizado no reboco, têm “aspecto alisado”.

Para além do reboco, todas essas tipologias são caiadas, trazendo a claridade da cor branca para a fachada. No caso da habitação encostada empena-a-empena de São Miguel são quase sempre coloridas e na casa proto-urbana da Terceira, a pintura também é comum, mas além disso, algumas são ornamentadas com aplicação de azulejos na fachada. Ornamentação esta que, provavelmente, não existiu em Santa Catarina durante o período colonial, em conformidade com os relatos acerca da

situação econômica da ilha no período, conforme Coelho (1856), Cabral (1974), Souza (1981), Piazza (2000), Broos (2002).

Outro aspecto semelhante entre essas habitações são as aberturas, as janelas e as portas de acesso ao interior da construção. Essas residências têm uma tipologia de aberturas baseada entre dois ou três vãos, sendo janela-porta-janela ou apenas porta-janela. A Casa da Conceição e Angústias e a Casa catarinense são compostas apenas de porta e janela, mas é provável que existam exceções, assim como em relação às outras tipologias que podem apresentar mais uma janela ou menos uma, na fachada principal.

Além disso, o material construtivo dessas portas e janelas é sempre a madeira local, que assim como todo o madeiramento da edificação é desbastado e tratado a enxó. Inicialmente, devido ao método construtivo das paredes, as aberturas da tipologia catarinense apresentavam a verga superior em arco, distribuindo o peso para as laterais. Porém, com a construção das paredes de tijolos e pedras, pôde-se começar a utilizar as vergas retas acima dos vãos, característica mais comum nas casas açorianas. Essa pode ser uma evolução que aconteceu ainda no próprio arquipélago açoriano, uma vez que apenas a Casa proto-urbana da Ilha Terceira apresenta exemplares de janelas e portas com verga em arco.

Por fim, a última característica deste elemento, é a composição de cores no madeiramento dessas aberturas. Em todas essas tipologias, independente das paredes serem brancas, coloridas ou com azulejos, as bordas das aberturas estão sempre destacadas com alguma cor.

Além destas características arquitetônicas em comum, há alguns aspectos que nenhuma das tipologias apresenta, como alpendre, detalhes estéticos em relação ao telhado, arestas caiadas, telhas de finalização, como as denominadas “pombinhas”, ou outros detalhes na fachada, como as pilastras ou cornijas. Outro elemento importante para a classificação das tipologias é a chaminé, mas que não pôde ser analisada pela falta de subsídios acerca dela na casa catarinense, uma vez que os indícios levantados

no estudo de Comerlato (1999) dizem respeito apenas à base do forno e fogão, onde não puderam ser identificadas evidências de estrutura de uma chaminé.

Por fim, a partir deste comparativo qualitativo, avaliando as características arquitetônicas e aspectos visuais e construtivos das tipologias, pode-se afirmar que as casas “encostada empena-a-empena”, “de vila proto-urbana” e “da Conceição e Angústias” realmente são habitações muito similares, confirmando a comparação quantitativa realizada anteriormente, e podem representar uma influência arquitetônica para a casa colonial urbana da Ilha de Santa Catarina. No entanto, a casa integrada da região oriental de São Miguel, apresenta características mais díspares das demais, não correspondendo a uma possível influência nestes aspectos.

3.3.2.2. A tipologia do interior da ilha

No comparativo quantitativo em relação a casa do interior da Ilha de Santa Catarina, as tipologias açorianas mais parecidas são as seguintes:

Tabela 3. Tipologias selecionadas perante o comparativo acerca da tipologia do interior da ilha. Elaborada por Leandro da Silva

Ilha	Nome tipologia	Pontuação total	Comparação em %
São Miguel Ocidental	Casa abarracada	24,5	75,38%
São Miguel Ocidental	Casa de empena-fachada	23,5	72,31%
Flores	Casa mais antiga	23	70,77%

Fonte: Resumo de tabela comparativa desenvolvida nos estudos com base em Caldas, J. (1999). *Arquitectura popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.

**Figura 23. Casa abarracada, com cobertura de palha. Candelária, São Miguel Ocidental
(levantamento arquitetônico Anexo 6)**



Fonte: Caldas, J. (1999). *Arquitetura popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 127

Figura 24. Casa de empena-fachada. Sete Cidades, São Miguel Ocidental (levantamento arquitetônico Anexo 7)



Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 131

Figura 25. Casa mais antiga. Fajãzinha, Flores (levantamento arquitetônico Anexo 8)



Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 504

Nesse caso, as tipologias que apresentaram pontuação acima de 70% foram apenas três, sendo duas delas da região ocidental da Ilha de São Miguel, a “Casa abarracada” e a “Casa de empena-fachada” e a terceira tipologia, a “Casa mais antiga” da Ilha das Flores. Aspecto importante a ser observado neste caso, é a distância entre as ilhas, pertencendo São Miguel ao Grupo Oriental e as Flores ao Grupo Ocidental, na extremidade oposta do arquipélago.

Diferente da tipologia urbana de Santa Catarina, a casa do interior está implantada de forma mais dispersa em relação às demais construções. As três habitações açorianas, assim como a casa do interior da ilha catarinense, estão inseridas em lotes muito maiores, sem as reduzidas delimitações frontais características dos núcleos urbanos. Dessa forma, desenvolvem-se uma série de características diferentes das tipologias analisadas anteriormente.

Como consequência dessa dispersão, e alargamento dos lotes, essas quatro tipologias arquitetônicas apresentam-se mais alongadas para as laterais e com menor dimensão para os fundos. Em geral, todas as plantas apresentam-se lineares, mas com os cômodos um ao lado do outro, em relação à frente da habitação. No entanto todas elas são edificações de pequeno porte e de tipologia térrea. No caso da habitação mais antiga das Flores é possível encontrar algumas residências com “meia-loja”, instaladas em desníveis do terreno, e nas casas de São Miguel, podem ser encontradas as “falsas” ou sótão, porém, não representam a maioria das construções.

Essas tipologias são compostas internamente, na maioria das vezes, por três cômodos, sala, quarto e cozinha, com exceção da casa abarracada de São Miguel que, comumente, é formada por apenas dois cômodos. Nessa tipologia a sala e o quarto estão designados no mesmo espaço, muitas vezes sem nenhuma divisão física, pois moldam-se conforme a necessidade, durante o dia. Em contrapartida, a cozinha dessas casas é o elemento mais estático, está sempre implantado em uma das extremidades da construção e, conforme reafirma Caldas (1999), é o cômodo mais importante da vida doméstica na residência.

Assim como na habitação urbana, essas tipologias têm um acesso direto da cozinha para o quintal, mantendo a relação de transição do trabalho externo, rural, para a vida doméstica e familiar, interna, com exceção da casa mais antiga das Flores, que tem todas as aberturas voltadas para a frente da construção. Porém, entre essas habitações analisadas, todas contam com um quintal, que na maioria das vezes está aos fundos da habitação, mas conforme a liberdade propiciada pela dispersão dos edifícios, é possível que acabe se estendendo para as laterais da habitação, o que pode também caracterizar um acesso direto da cozinha da casa abarracada para o quintal.

Em relação a estruturação interna, os métodos e materiais utilizados na edificação das paredes e telhado, não é possível fazer uma comparação precisa, pois as fontes de informação encontradas acerca da tipologia arquitetônica da casa do interior da Ilha de Santa Catarina não oferecem muitos detalhes, essencialmente da parte interna. Sobre o exterior da edificação, alguns aspectos podem ser interpretados a partir das fontes iconográficas⁴³.

Um exemplo dessa interpretação pode ser o telhado, que habitualmente apresenta duas águas, estando sempre uma voltada à frente e outra aos fundos da habitação. Neste caso, a residência de empena-fachada de São Miguel é uma exceção, pois apresenta as águas em queda para as laterais, delineando uma empena na fachada frontal da habitação. Outro elemento que pôde ser interpretado por meio das fontes primárias é o material de cobertura do telhado, a palha. Nas habitações açorianas analisadas, segundo o levantamento de Caldas (1999), apenas a casa abarracada de São Miguel ainda apresenta exemplares de habitações cobertas por material vegetal, contudo, ressalta a possibilidade de várias outras tipologias já terem utilizado essa técnica.

Em relação aos aspectos estéticos da fachada, essas tipologias também apresentam características em comum. Com exceção da casa de empena-fachada, todas apresentam paredes ao natural, não rebocadas, e não caiadas. No entanto, o aspecto entre elas não é o mesmo, uma vez que o método construtivo catarinense é o pau-a-

⁴³ Conforme pode-se verificar na interpretação realizada no capítulo 2.

pique, com a estética castanha do barro alisado, enquanto nas habitações açorianas ressalta-se a escura pedra vulcânica.

As fachadas dessas habitações também são marcadas pelas sequências dos vãos das aberturas. Neste comparativo, todas as habitações têm essa marcação na sequência de janela-porta-janela, sendo todas construídas com a verga reta. Apesar disso, essas aberturas recebem diferentes tratamentos, a casa abarracada têm suas janelas e portas caiadas, enquanto a casa de empena-fachada apresenta aberturas coloridas e a casa mais antiga das Flores, assim como a tipologia do interior da ilha catarinense, mantém seu madeiramento ao natural.

Em desconformidade com o comparativo da casa urbana catarinense, essas tipologias analisadas apresentam ainda maior singeleza de detalhes e adornos estéticos. Aspecto que também afasta as tipologias das casas “abarracada”, “mais antiga” e a habitação do interior da ilha catarinense da tipologia de “empena-fachada”. Assim, a partir dessa análise qualitativa pode-se verificar que a casa de empena-fachada da região ocidental da Ilha de São Miguel apresenta aspectos muito diferentes das demais tipologias analisadas, destacando-se nitidamente e não fazendo parte deste grupo arquitetônico.

4. A identidade açoriana em Santa Catarina

Com a chegada, em 1748, da primeira leva de casais açorianos ao porto da Vila do Desterro, teve início oficial a colonização da Ilha de Santa Catarina, e juntamente com as sucessivas entradas de colonizadores ilhéus até 1756, principiou-se o processo de consolidação dessa comunidade em terras catarinenses. Processo este, segundo Sousa (2014, p. 89), relativamente lento, que teve início com a demarcação de lotes, preparação dos terrenos para cultivo e elaboração de novas atividades, estendendo-se até o desenvolvimento de redes políticas, econômicas e sociais.

Passadas quase 9 décadas, Ferdinand Denis em viagem pela Ilha de Santa Catarina, em 1837, relata que “os colonos das ilhas dos Açores ali tem confundido seus usos com os dos brasileiros” (DENIS, 1844, vol I, p. 325-327 *apud* SOUSA, 2014, p. 89). Essa afirmação de Denis, vem ao encontro do conceito de “cultura híbrida” do antropólogo Nestor García Canclini, como já referido anteriormente.

Esse processo de “hibridização cultural” em Santa Catarina, pode ser reconhecido a partir do trabalho de pesquisadores como Nereu do Vale Pereira (2003) e Vilson Francisco de Farias (2000), segundo João Leal (2007), dois importantes ativistas do movimento açorianista no estado. Com produções acerca da influência açoriana nas manifestações populares, língua falada, literatura, religiosidade, gastronomia, arquitetura, mitos e lendas da Ilha catarinense, os autores foram vozes ativas na primeira e segunda fase, do movimento de construção e fortalecimento de uma identidade de matriz açoriana em Santa Catarina.

Por fim, a partir do comparativo entre a tipologia colonial da residência na ilha catarinense e do arquipélago açoriano, seguido da análise evolutiva da arquitetura na Vila do Desterro até a cidade de Florianópolis, capital do estado, tenta-se entender o processo que rege a construção dessa identidade com base açoriana na Ilha de Santa Catarina e como, no imaginário popular, isso se reflete no patrimônio arquitetônico da cidade até hoje.

4.1. A matriz arquitetônica açoriana em Santa Catarina

Conforme se pode verificar no processo comparativo, quantitativo e qualitativo, entre as tipologias arquitetônicas populares dos Açores e as habitações coloniais catarinenses, há três grupos arquitetônicos açorianos deveras semelhantes à residência urbana da Vila do Desterro: as casas das tipologias “encostada empena-a-empena”, “de vila proto-urbana” e “da Conceição e Angústias”.

Perante a comparação qualitativa feita entre essas quatro tipologias (as três açorianas e a desterrense), puderam ser identificadas uma série de características e elementos construtivos em comum, que podem indicar uma influência açoriana sobre a construção desterrense. As características mais incisivas estão relacionadas à disposição da planta e ao aspecto externo, nas fachadas, além do condicionamento devido às normas urbanísticas impostas na vila.

Relativamente à planta, o ordenamento dos cômodos de forma linear, da rua para os fundos do lote, é comum a todas as tipologias, tendo como primeira peça a sala, seguida de alcovas e a cozinha aos fundos, com acesso ao quintal. Em relação às fachadas, identifica-se uma singeleza de elementos, as paredes rebocadas e alisadas, telhado de duas águas, apoiados sobre as paredes e cobertos com telhas cerâmicas de “capa e canal”, e aberturas com grossas peças de madeira emoldurando as portas e janelas de abrir, também de madeira, destacadas com alguma cor em realce à tonalidade das paredes.

Outro importante aspecto, que é um condicionante da planta e das fachadas, é a dimensão dos lotes urbanos. Esses terrenos no centro das vilas, normalmente, tem dimensões muito exíguas em sua largura, frente à rua, com maior comprimento, estendido aos fundos. Essas características do lote urbano condicionam a construção de habitações geminadas ou em banda, encostadas lateralmente umas às outras, e consequentemente, criam uma composição de fachadas, onde várias pequenas residências formam uma unidade na paisagem. Essa unidade é ritmada pelas diferentes alturas das cumeeiras dos telhados e da alternância entre portas e janelas, que comumente também apresentam diferentes cores, delimitando as divisas entre uma e outra habitação, enquanto as paredes seguem um mesmo padrão, alisadas e caiadas.

Além disso, o formato do terreno atribui às plantas uma disposição linear, que estendem-se para os fundos do lote. O primeiro cômodo, cuja parede divide a área externa da interna, delimita a rua e acaba por ter também pouca privacidade, sendo uma peça de transição entre a área pública, da rua, e a privada, domiciliar. Ademais, condiciona-se a construção de quartos sem aberturas para área externa, chamados de alcovas, que estão sempre entre o cômodo frontal, comumente uma sala, e a cozinha nos fundos. A cozinha, como último cômodo é uma peça de transição entre área interna e externa, no entanto, são espaços de extensão da área privada, pois aí acontece a transição entre o espaço de trabalho, ligado às práticas rurais de cultivo da horta e criação de animais, e o espaço de habitação.

Para além desses aspectos e características em comum entre as determinadas tipologias arquitetônicas, pensando no condicionamento do plano urbanístico nos locais de inserção dessas tipologias, verificou-se, entre os grupos arquitetônicos açorianos, uma incidência dessas habitações em espaços urbanísticos de características muito semelhantes, o que instiga a elaboração da primeira hipótese em relação a este comparativo.

A casa “encostada empena-a-empena”, presente em São Miguel, é predominantemente encontrada na parte central da ilha, onde segundo Caldas (1999, p. 134), estão assentados os principais núcleos urbanos e piscatórios da ilha. Conforme a representação cartográfica (CALDAS, 1999, p. 123 - 125), não existem representantes desse grupo arquitetônico em Ponta Delgada, porém, são muito comuns em todas as freguesias no entorno da capital açoriana, Relva, Arrifes, Fajã de Cima, Fajã de Baixo e São Roque. Essa tipologia está presente também na Ribeira Grande e seu entorno, sendo, depois da capital, o centro urbano de maior importância na ilha; em relação à casa “de vila proto-urbana”, pertencente à Terceira, conforme o mapeamento divulgado por Caldas (1999, p. 224 - 225), esse grupo arquitetônico está distribuído por toda a ilha. No entanto, Caldas (1999, p. 240) afirma que o conjunto mais marcante desse grupo está na Ribeirinha, confiando a esta freguesia a mesma tipologia de lote e planejamento urbano das demais. Também pôde-se perceber que a freguesia da Ribeirinha está no entorno da Angra do Heroísmo, principal cidade da ínsula

terceirense; e por fim, a casa “da Conceição e Angústias”, proveniente da Ilha do Faial, conforme afirma Caldas (1999, p. 458), é uma tipologia que tem sua planta modificada pela regularidade do lote urbano, pois segundo o autor, no Faial, a cozinha é uma peça encarada sempre como elemento perpendicular à casa, no entanto, a exígua dimensão do lote condiciona a construção desse elemento. Conforme pode-se verificar no mapa (CALDAS, 1999. p. 465), essa tipologia é mais comum para o norte da ilha, no entanto, Caldas afirma que sua presença mais incisiva está na limítrofe da cidade da Horta, nos bairros de Conceição e das Angústias.

Assim, pode-se identificar um padrão nas características urbanas dos locais onde estão inseridas essas tipologias, estando todas nos subúrbios dos principais centros urbanos das ilhas, no caso de São Miguel, no entorno de Ponta Delgada e na Ribeira Grande, na tipologia terceirense, no cerco de Angra do Heroísmo e no Faial, nos subúrbios da Horta. Outra informação que contribui para uma possível influência dessas tipologias açorianas na construção catarinense, é o fato de que, segundo Meneses (2014, p. 135 - 136), os dois principais portos de emigração para o Brasil, estavam sediados nas cidades de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira e na Horta, Ilha do Faial.

Esse fator pode indicar, para além de uma influência construtiva saída dos Açores para Santa Catarina, um recebimento de influências internacionais, ou mesmo continentais, na arquitetura dessas ilhas. Além disso, pode servir de subsídio para criação de outra hipótese, acerca da identificação do local de onde viveriam os emigrantes açorianos antes do transporte para o Brasil, considerando também que, seguramente, na sua maioria não fossem proprietários de grandes extensões de terras rurais e nem das ostensivas construções eruditas ou de influência erudita com plantas complexas dos centros urbanizados do arquipélago. Porém, para isso seria necessária uma investigação mais aprofundada nesses temas.

Visando reforçar a hipótese de proveniência dessas influências arquitetônicas das três ilhas açorianas em Santa Catarina, buscou-se também verificar os contingentes migratórios, à procura de identificar o registro de proveniência dos casais transportados, e assim, tentar identificar se há números representativos de emigrados

dessas ilhas, para colaborar com o transporte dos conhecimentos técnicos da construção até o meridional da então colônia.

Acerca disso, há alguns autores que já pesquisaram e publicaram trabalhos sobre esse tema, analisando tanto os dados de saída dos emigrantes, do lado português, como do lado brasileiro, acerca dos registros de entrada desses imigrantes na província catarinense. Paulo José Miguel de Brito (1829), Manoel Joaquim d'Almeida Coelho (1856), Jacinto Antônio de Mattos (1917), João Borges Fortes (1932), Oswaldo Rodrigues Cabral (1950) e Lucas Alexandre Boiteaux (1953), são os primeiros historiadores brasileiros a tratarem do tema (MENESES, 2014, p. 132; FERREIRA, 2011, s.p.).

Esses autores, cujas obras que não discutem exclusivamente os aspectos em torno dos números de emigrados, mas de todo o contexto migratório, foram responsáveis por uma recolha e tratamento de dados, em que cada pesquisador consegue agregar aos estudos anteriores, a descoberta de novas embarcações e maiores contingentes de emigrantes, a partir da documentação existente no antigo Arquivo da Vila do Desterro e nos Arquivos Históricos Ultramarino. Podendo verificar-se pelo comparativo, uma primeira avaliação apresentada por Brito (1829), que indica um contingente de 2627 emigrados, enquanto segundo Boiteux (1953) ela foi de 4893 ilhéus (FERREIRA, 2011, s.p.).

No entanto, estes dados são confrontados por Walter Fernando Piazza, quando na década de 1990, realiza um estudo que vem a ser publicado com o título *A epopéia açórico - madeirense: (1746 - 1756)*, no qual são agregados também resultados de investigações realizadas pelo historiador nos arquivos açorianos. Segundo Meneses (2014, p. 132), é um trabalho realizado com grande cuidado, na contagem e individualização das levas de emigrantes açorianos rumo à Santa Catarina.

Do lado português, Manuel Souza Menezes (1952), Avelino de Freitas de Meneses (1997; 1999; 2014), Artur Boavida Madeira (2001) e José Damião Rodrigues (2001; 2007; 2010) são responsáveis por alguns desses estudos demográficos em que os movimentos migratórios do arquipélago são tratados. Meneses (2014), na sua última

grande contribuição ao tema, apresenta dois quadros com dados retirados de documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, núcleo dos Açores (AHU, Açores), que dizem respeito aos ilhéus alistados e emigrados ao meridional brasileiro, entre 1747 e 1749 e suas respectivas ilhas de proveniência.

O primeiro quadro⁴⁴, traz um alistamento de 1747, com 7971 indivíduos inscritos, de 6 ilhas, não se encontrando incluídas Santa Maria, Corvo e Flores. Nesta relação, a ilha que tem maior número de inscritos para emigração é São Jorge, com 2850 indivíduos, seguida pelo Pico, com 1816, Faial com 1287 e Terceira com 919 alistados. Por último está São Miguel apenas com 319 indivíduos inscritos. A partir desta quantificação pode-se notar um alto contingente de emigrantes provenientes das ilhas do Faial e da Terceira, que condizem com as tipologias que sobressaem do exercício de comparação da arquitetura da colonização catarinense. São Miguel, que tem o número menos representativo de emigrantes, mas que é importante do ponto de vista arquitetônico levanta uma interrogação. Deve-se levar em consideração que estes dados dizem respeito aos levantamentos de gente que foi indicada pelas autoridades como interessada e disponível para emigrar e não os que efetivamente acabaram por embarcar. Os processos eram lentos e muito podia acontecer até se reunirem as pessoas nos portos de embarque.

No segundo quadro publicado por Meneses (2014, p. 130) referente ao ano de 1749, está descrito o número de açorianos transportados até essa data, sendo 1063 indivíduos de um total de 7090 anteriormente alistados. Nesta relação, a Ilha Terceira tem o maior contingente de emigrantes levados ao Brasil, correspondente a 708 indivíduos, seguida por São Jorge com 282, Pico com 49, Graciosa com 17 e Faial com 7 emigrados. Conforme esta tabela, de São Miguel, até o ano de 1749, não teria saído ainda nenhum emigrante rumo a Santa Catarina. Assim, apenas se pode ter certeza sobre a proveniência desses 1063 emigrantes contabilizados por Menezes.

⁴⁴ Os dados apresentados por Meneses (2014, p. 129) na primeira tabela são valores muito semelhantes ao quadro elaborado por Rodrigues (2010, p. 28), diferenciando-se em 20 indivíduos no alistamento da Ilha de São Jorge.

Entretanto, ao contradizer o número de emigrantes levantado por Piazza (1999), que indica cerca de 6000 indivíduos, Meneses (2014, p. 133) apresenta um documento do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU, Açores), referente à uma relação da população de São Miguel, datada de 20 de julho de 1771, onde assegura-se que teriam emigrado para o meridional brasileiro, entre as décadas de 1740 e 50, cerca de 8000 ilhéus açorianos. Dado este, que segundo o autor, condiz com o resultado do primeiro quadro por ele elaborado, acerca dos indivíduos alistados em cada ilha, no ano de 1747, o que leva Meneses a acreditar que este levantamento seja o mais próximo dos reais números de emigrados e suas ilhas de proveniência.

Dessa forma, considerando o número de alistados, podemos identificar que a massiva proveniência de emigrantes é do grupo central do Arquipélago dos Açores⁴⁵. Se a hipótese sobre as técnicas construtivas baseada no saber de quem emigra for válida, há coincidência entre duas das tipologias destacadas como muito semelhantes à casa da colonização da ilha catarinense: as casas “de vila proto-urbana” da Terceira e “da Conceição e Angústias” do Faial. Relativamente às tipologias arquitetônicas das outras três ilhas pertencentes ao grupo, São Jorge, Pico e Graciosa, que também apresentam um contingente de emigrantes interessante, realizou-se uma nova análise, em busca de características e elementos semelhantes.

Acerca dessa nova análise, podem-se verificar semelhanças entre algumas habitações de São Jorge, Pico e Graciosa com as demais analisadas, porém não são identificadas tantas características em comum quanto das três tipologias destacadas anteriormente de São Miguel, Terceira e Faial. Em relação a esta constatação pode-se desenvolver a seguinte hipótese: em todas as ilhas do grupo central, encontram-se residências com cômodos lado a lado, ao que Caldas (1999) chama de tipologia “linear”. Essas habitações lineares apresentam características tipológicas muito semelhantes, porém, o que difere entre as casas lineares de São Jorge, Pico e Graciosa é a sua implantação longitudinal, tendo sua maior dimensão frente à rua, enquanto as tipologias mais

⁴⁵ Fenômeno discutido e explicado por Meneses (2014).

parecidas com a habitação colonial catarinense, apresentam-se lineares perpendicularmente à rua.

Dessa forma, pode-se supor que nas ilhas de São Jorge, Pico e Graciosa, os lotes destinados para construção de residências seriam maiores mas, na necessidade de adaptar suas habitações a um terreno de menores dimensões laterais, conforme o desenho urbano da Vila do Desterro, em Santa Catarina, poderiam, estes emigrantes, ter construído à semelhança de seus vizinhos de arquipélago, e agora de casa. Estes já habitavam construções de menores dimensões, por residirem em áreas mais urbanizadas, com desenho urbano semelhante, como é o caso das tipologias micaelense, terceirense e faialense analisadas anteriormente.

Além disso, o número de emigrantes provenientes dessas três ilhas agregam grande representatividade, e ainda que não somem valores mais altos do que o contingente jorgense, indicado por Meneses (2014, p. 129), unidos podem exercer grande efeito no transporte dos conhecimentos técnicos construtivos trazidos de suas ilhas natais e adaptando-os ao novo meio, por conta das soluções construtivas já conhecidas, mediante ao desenho urbano.

Por fim, como últimos vestígios acerca do transporte de técnicas construtivas açorianas durante a colonização da Ilha de Santa Catarina, também destacados por Veiga (2001, p. 104), são os testemunhos arqueológicos descobertos durante o desenvolvimento de prospecção realizados por Fabiana Comerlato em um sobrado na Praça XV de Novembro, centro da antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, já anteriormente comentados.

Conforme o Relatório de Comerlato (1999), no então sobrado, foram encontrados vestígios do que teria sido uma das “moradinhas de casa”, habitação colonial da ilha. Entre as duas áreas prospectadas, pode ser identificado um espaço de quintal posterior à construção, uma área de descarte de resíduos domésticos, e em outra área, mais a frente, foi identificada o que seria parte da cozinha da antiga casa. Conforme os relatos de Comerlato (1999, p. 05 - 06), os vestígios construtivos encontrados na cozinha dizem respeito à base de um fogão com forno, integrados à

estrutura da residência. Além disso, pôde-se verificar que o forno apresenta uma base em semicírculo, o que para Veiga (2001, p. 104), indica que esta construção teria sido uma experiência construtiva de emigrantes açorianos, implantando um “modelo vernacular açoriano”⁴⁶ em Santa Catarina.

Em contrapartida ao estudo comparativo realizado com a habitação urbana da Vila de Nossa Senhora do Desterro que embasou a hipóteses do transporte de conhecimentos construtivos dos Açores para Santa Catarina, na investigação desenvolvida relativamente à tipologia rural, não foi possível obter resultados suficientes para fundamentar a mesma hipótese, devido à falta de informações disponíveis sobre a residencial do interior da ilha catarinense.

Um dos principais problemas, que demonstrou-se logo no início do processo comparativo, foi a falta de informações sobre a planta dessas habitações rurais. São poucos os relatos de viajantes que descrevem essas construções, e menos ainda, que relatem sua setorização interna. Assim, a maior parte das informações tipológicas levantadas acerca dessas casas, é proveniente dos registros iconográficos da época, o que, por diversas vezes, também não facilita a identificação de materiais construtivos.

Entretanto, por meio do processo comparativo, quantitativo e qualitativo, entre as habitações coloniais rurais da Ilha de Santa Catarina e as tipologias arquitetônicas populares dos Açores, destacaram-se, com maior semelhança, as casas “abarracada” do lado Ocidental da Ilha de São Miguel e “mais antiga” da Ilha das Flores.

Conforme relatado anteriormente, pouco se pôde comparar das divisões e usos internos. Neste caso, a avaliação foi realizada no entorno das características volumétricas e aspecto externo das habitações. No entanto, apesar desta tipologia parecer condizente com as casas lineares do grupo central do arquipélago açoriano, com uma característica marcante de janela – porta – janela na fachada, estes elementos avaliados não parecem ser suficientes para obter resultados positivos acerca do transporte de influência arquitetônicas, principalmente por não conhecer

⁴⁶ Termo utilizado por Veiga (2001, p. 104)

seu interior e conseqüentemente seus usos domésticos. Langsdorf em seus relatos da ilha⁴⁷, faz uma descrição acerca dessas habitações do interior, porém de forma muito breve e com poucos detalhes, dificultando a compreensão de seus componentes e, conseqüentemente, obstando o comparativo.

Outra divergência acerca do resultado da comparação entre a habitação colonial rural catarinense e as duas tipologias açorianas é identificada no cruzamento de informações com os quadros migratórios construídos por Meneses (2014, p. 129 - 130), que indicam, conforme analisado anteriormente, que da Ilha de São Miguel teria saído o menor contingente de emigrantes do arquipélago, enquanto da Ilha das Flores, não há registros de emigrados.

Contudo, também pôde-se desenvolver uma hipótese acerca dos motivos que indicaram a proximidade entre as duas tipologias açorianas e a habitação do interior da ilha catarinense, sabendo que essa influência é improvável. Ambos os grupos arquitetônicos dos Açores são construções muito rudimentares, possivelmente das habitações mais rústicas referidas por Caldas (1999), com paredes em pedra à vista, suas proporções indicam para uma planta linear, telhado de duas águas, estruturado em madeira, coberto com material vegetal e na fachada o mesmo padrão de janela – porta – janela. Apesar dos diferentes materiais utilizados, a casa rural da ilha catarinense apresenta características e elementos construtivos muito semelhantes na singeleza de seu aspecto externo, como a cobertura de folhas de palmeira, paredes sem reboco e sem qualquer pintura⁴⁸.

Assim, a hipótese fundamenta-se numa semelhança entre o aspecto externo dessas habitações, mais do que em relação à tipologia geral, o que pode ter acontecido pela falta de informações sobre a planta da casa rural catarinense. E além disso, pode-se considerar a possibilidade de que os locais de implantação dessas residências sejam afastados de centros mais urbanizados, tendo assim, maior dificuldade no transporte de materiais de construção comercializados e industrializados, sendo mais comum,

⁴⁷ Trazidos por Berger (1979) e Carvalho (1915).

⁴⁸ Descrição da tipologia colonial do interior da ilha detalhada no capítulo 2.

que utilizem os materiais disponíveis nas proximidades, trazendo a estas construções o aspecto singelo e rudimentar que as tornam semelhantes.

Esta justificativa é plausível acerca da tipologia existente na ilha das Flores, que devido à sua distância das demais ilhas, acarretasse maiores dificuldades no acesso às inovações construtivas. Também é aplicável à habitação micalense, sabendo que, conforme Caldas (1999, p. 127), as habitações cobertas de palha foram mais comuns do lado ocidental da ilha, e os exemplares que cruzaram o tempo até a data do levantamento publicado pelo autor, foram encontrados em áreas ainda mais interiores e afastadas dos núcleos urbanos do século XX.

Dessa forma, não é possível afirmar que a arquitetura colonial do interior da Ilha de Santa Catarina tenha qualquer influência açoriana em sua formação. Também não se podem identificar subsídios urbanísticos que indiquem algum assentamento português nessas áreas interiores, conforme os registros utilizados como base para caracterização dessa tipologia. Além do mais, há a possibilidade dessas residências rurais, registradas por viajantes, pertencerem a moradores anteriores à chegada dos imigrantes açorianos, remanescentes das tentativas mais recuadas de colonização da ilha. Porém, para afirmar qualquer uma das hipóteses de influência arquitetônica nessas habitações, faz-se necessário mais e detalhadas informações acerca dessa tipologia, para desenvolver um comparativo mais preciso.

4.2. Panorama evolutivo da arquitetura: da Vila do Desterro à cidade de Florianópolis

Quando chegam ao Brasil os navegadores portugueses não se deparam com tradições construtivas tão representativas como os espanhóis encontraram no México e no Peru. Por este motivo, Souza (1981, p. 155-156) afirma que até meados do século XIX, quase toda a construção produzida no Brasil tem sua influência fundamental na arquitetura portuguesa, apesar de recordar que entre os séculos XVIII e XIX já haveria outras influências, exercidas pela imigração germânica e pela disseminação da arte francesa. Inicialmente, os assentamentos e vilas portuguesas deveriam respeitar as ordenações régias estipuladas para a exploração e desenvolvimento da colônia, no entanto,

algumas dessas orientações seriam frequentemente alteradas, sendo os núcleos populacionais instalados em locais e de formas não indicadas, mas que respondiam melhor aos interesses estratégicos e econômicos (SOUZA, 1981, p. 158).

Posteriormente, conforme afirma a autora, a administração desses assentamentos atribuiu às ordenações filipinas, sobre as definições de diretrizes urbanísticas e arquitetônicas, uma tentativa de corrigir os defeitos oriundos dessas fundações. Em conformidade, Macedo (2014, p. 18) indica que entre as diversas matérias tratadas por aquela legislação, encontra-se a regulação urbana, correspondente aos códigos de posturas municipais ou, hoje, os códigos de obras.

Alguns séculos depois, no caso da colonização da Ilha de Santa Catarina e mais especificamente no caso da fundação da Vila do Desterro, a intenção continuava sendo estratégica e de visibilidade econômica. No entanto, as ordenações urbanísticas e arquitetônicas, estavam fundamentadas em cartas régias, específicas para a povoação da região sul da colônia, e nas posturas municipais que foram instauradas após o assentamento dos colonos.

Essas ordenações permaneceram vigentes no Brasil desde 1512, em Santa Catarina desde o início de sua colonização, até a criação do Código Civil em 1916 (MACEDO, 2014, p. 18). Definindo instruções básicas para regulamentação e novas construções, esses códigos definiam diretrizes como: dimensões, número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamento das edificações. Segundo Souza (1981, p. 159), era a forma da administração garantir a “aparência lusa” às povoações e vilas da colônia. No entanto, esses direcionamentos não mostraram-se muito eficazes no assentamento inicial da Vila do Desterro (SOUZA, 1981, p. 184), provavelmente por questões econômicas, condicionadas também pelo incumprimento de provisões régias por parte da própria administração da província, como indica Piazza (1999).

Posteriormente, essas regras foram mais elaboradas e tornaram-se “posturas municipais”, tendo seu cumprimento obrigatório em casos de reformas ou construção de novos edifícios. Porém, as habitações dos primeiros colonos da ilha permaneceram

sendo as pequenas e precárias “moradinhas de casa”⁴⁹. Souza indica ainda que essas posturas municipais teriam sido respeitadas na Vila do Desterro, centro urbano da ilha, no entanto, nas povoações do interior da ínsula, as residências continuavam sendo construídas conforme as práticas de iniciativa dos seus habitantes.

Nas primeiras décadas do século XIX, com a transferência da família real para o Rio de Janeiro e consequente abertura internacional dos portos, a Vila de Nossa Senhora do Desterro apresenta um notável progresso, conforme aproxima-se a independência do Brasil, como afirmam Cabral (1979, p. 233) e Souza (1981, p. 162). Segundo os autores, com a independência do Brasil e elevação da categoria de vila para cidade, no ano seguinte, Desterro apresentou um crescente desenvolvimento das atividades comerciais e marítimas, acompanhado de notável aumento no número de sobrados, que se tornaram um reflexo da melhoria econômica em Santa Catarina.

Estes sobrados, referidos por Cabral (1979) e Souza (1981), eram edificações de dois pavimentos, construídos normalmente com duas finalidades de uso: o térreo para fins comerciais/industriais e a parte superior para habitação (SOUZA, 1981. p. 164). Em relação à planta dessas habitações, Souza (1981, p. 183) afirma que são comumente retangulares, com três cômodos à frente, um espaço grande chamado de salão e dois espaços menores, utilizados como dormitórios, ao centro um ambiente aberto por onde sobe a escada do interior da loja, seguido de alcovas e aos fundos a “sala de jantar” e cozinha, que podem também contar com acesso para a área externa, aos fundos da edificação.

No entanto, Souza (1981, p. 183) refere que esse sobrado não é uma característica exclusiva de uma região, pode ser encontrado em todo o território colonial brasileiro e considera-o uma criação portuguesa. Sabendo que os sobrados conhecem uma maior dimensão na Ilha de Santa Catarina, após a independência do Brasil, com a abertura comercial dos portos e desenvolvimento do comércio, pode-se concluir que essa tipologia assobradada é uma arquitetura de influência europeia edificada em terras

⁴⁹ Descritas no capítulo 2.

brasileiras, e que foi transportada para a região sul mediante o progresso econômico de integrantes dessa sociedade⁵⁰.

Cabral (1979) e Souza (1981), descrevem ainda uma série de evoluções proporcionadas pela melhoria econômica em relação à arquitetura, ocorridas no século XIX. Nas primeiras décadas do século, começaram a aparecer as vidraças nas janelas, juntamente com as janelas em guilhotina e fechaduras de trancas. Esses elementos foram utilizados apenas por famílias economicamente mais abastadas, por tratar-se de produtos importados, eram comercializados com alto valor. Além disso, passou a ser comum, o uso de bandeiras acima das portas e janelas, permitindo uma maior iluminação de espaços interiores.

Já para meados do século, enquanto, segundo Cabral (1954) e Broos (2002), todas as edificações ostentavam beirais sobre parte das calçadas à sua frente, Sousa (1981, p. 160) indica que foram realizadas alterações nas posturas municipais, com intuito de acabar com essas extensões dos telhados, pois acabavam por despejar as águas pluviais, que também continuavam gotejando após as chuvas, em cima dos pedestres que utilizavam as calçadas. Dessa forma, aproveitou-se da influência arquitetônica erudita francesa, que estaria chegando ao Brasil, e incorporou-se às posturas municipais a instalação de platibandas acima das fachadas, com especificação de formatos e materiais. Assim, o escoamento da água das chuvas seria canalizado pela parede e liberado pelo chão da calçada.

Souza indica ainda que para as edificações que não chegaram a reformar os telhados e mantiveram-se com os beirais, era comum encontrar as telhas decorativas de acabamento, conhecidas como “pombinhas”. Essa técnica, que teria chegado a Santa Catarina após o assentamento dos colonos açorianos, tinha como função o arremate lateral das coberturas e seriam confeccionadas em formato alusivo a um pássaro. Esse formato juntamente com a importância do culto do Espírito Santo, de que a imagem

⁵⁰ Motivo pelo qual o recorte temporal do estudo realizado acerca da residência colonial catarinense (verificar capítulo 2) termina nos anos acerca da independência do Brasil.

de uma pomba é uma das figurações mais comum, atribuiu a este detalhe construtivo, conforme afirma Pereira (1988), a nomenclatura de “pombinha açoriana”.

Ainda imbuído pelo desenvolvimento comercial da vila, com a expansão urbana e abertura de novos estabelecimentos comerciais, como os comércios de ferragens e artigos de importação, as influências arquitetônicas internacionais continuam chegando à Vila do Desterro. Por meados do século, começam a surgir os gradis de ferro, adornados com temas de pinha em porcelana ou vidro, juntamente com lampiões que iluminavam as sacadas dos sobrados (SOUZA, 1981, p. 162).

Neste período, as posturas municipais mostram-se também mais restritivas e tendenciosas para que as fachadas apresentassem uma estética mais neoclássica, ao que Souza (1981, p. 163) chama de “francesismo”. O código de posturas municipais de Florianópolis de 1898, trazido em alguns fragmentos por Souza (1981), demonstra essas intenções em alguns artigos, que definem restrições acerca das tipologias. Como, por exemplo, das aberturas, com a proibição de janelas fechadas com portadas em madeira, a limitação dos formatos das vergas e seus ornamentos. Além disso, o código especifica questões acerca do aspecto externo da fachada, como as alturas da edificação, das platibandas e calhas de escoamentos das águas, que deveriam ser chumbadas às paredes e, por fim, os revestimentos externos, que deveriam ser com azulejos ou mesmo rebocados e pintados, estabelecendo ainda limitação de cores para as paredes e janelas. Entre o período em observação nesta dissertação e os finais do século deram-se mudanças consideráveis que estão mais presentes na memória coletiva sobre o passado histórico de Florianópolis

No final do século XIX, tornam-se comuns também as casas de chácara, propriedades de famílias com nível econômico elevado, que construía essas habitações para descanso, fora do perímetro da cidade, em grandes terrenos rurais (SOUZA, 1981, p. 183). É ainda nesse período que, segundo Moser (2015, s.p.), há uma reinterpretação do espaço de praia na ilha, entendendo-as como ambiente de contemplação e lazer, como espaço de importante beleza na paisagem regional. Movimentos de criação do conceito banhar de aproveitamento das orlas marítimas, que começa a larvar em espaços europeus no início do século XIX, e acabará por se intensificar e democratizar

ao longo do século, alastrou do Rio de Janeiro a todo o restante país. Assim, começam a ser construídos sobrados voltados para o mar, não de costas para ele, como era comum até o momento. No entanto, assim como as chácaras eram residências de finais de semana e apenas para famílias com alto poder aquisitivo, com exceção dos núcleos piscatórios, evidentemente.

O código de posturas também legisla sobre as pequenas habitações coloniais da ilha, e o então presidente da província, Dr. Gama Rosa, proíbe que mais de 4 indivíduos habitem cada uma dessas residências, às quais chama de “cortiços” (SOUZA, 1981, p. 163). Gama afirma que essas habitações seriam a causa da insalubridade na capital e define, em novo artigo do código de posturas, a proibição da construção dessas “casinhas”⁵¹ dentro do perímetro urbano (SOUZA, 1981, p. 164).

Esse tipo de medidas, visando a “limpeza” da cidade, faz parte, segundo Moser (2015, s.p.), de um processo de “higienização” que se fez presente em muitas cidades do Brasil, desde o final do século XIX e, essencialmente, durante o século XX. Um método fundamentado na abertura de avenidas e novos *boulevards* nas cidades, no caso das ilhas e cidades costeiras, com a criação de aterros (MOSER, 2015, s.p.). Medidas que, segundo a autora, também consistiram na demolição de “cortiços” e expulsão de seus moradores, em regiões centrais ou de interesse para os municípios.

No ano de 1884, mediante uma proposta do então presidente da província, Francisco José da Rocha, iniciam-se as obras do primeiro aterro realizado na cidade, uma área alagadiça que estendia-se do forte de Santa Bárbara até a ladeira do Menino Deus. O intuito do aterro era aproveitar a área para abertura de vias e edificação de habitações, além de revitalizar toda a área, que estava sendo ilegalmente utilizada para descarte de lixo (MOSER, 2015, s.p.). Moser (2015, s.p.) indica que este foi o primeiro de uma série de aterros que viriam a ser feitos na capital e que além das áreas “conquistadas ao mar”, neste processo eram realizadas muitas canalizações

⁵¹ Expressão utilizada no código de Posturas Municipais de Florianópolis, de 1898, página 11, no item 10, artigo 37. Trazido por Souza (1981, p. 164).

delinhas de água que, posteriormente, trouxeram problemas quanto ao escoamento das águas de morros próximos.

Em 1940, já intitulada Florianópolis, a cidade recebe um novo aterro, com a maior proporção até o momento. A obra é realizada em torno do largo 13 de Maio, nas imediações do Hospital da Caridade (MOSER, 2015, s.p.), onde, segundo Cabral (1954) e Broos (2002), estavam edificadas as últimas “moradinhas de casa” ou “casas de porta-janela”, vindas do período colonial. Essas habitações, segundo os autores, construídas na segunda metade do século XVIII, foram desapropriadas e demolidas, permanecendo hoje apenas nos registros fotográficos dos acervos históricos.

Figura 26. Largo 13 de Maio antes da realização do aterro da baía, à direita as pequenas habitações remascentes do período colonial



Fonte: <http://cerradoilha.blogspot.com/2013/06/o-aterro-do-largo-13-de-maio-prainha.html>

Figura 27. Foto da década de 20. Em primeiro plano a Ponte do Vinagre, sobre o Rio da Bulha. Na foto é possível ver ao fundo o Largo 13 de Maio, alterado devido o aterro, o Hospital de Caridade e a Rua Menino Deus



Fonte: <http://fotosantigasflorianopolis.blogspot.com/>

Figura 28. Largo 13 de maio após a execução do aterro na baía. UFSC/Daex.



Fonte: <http://cerradoilha.blogspot.com/2013/06/o-aterro-do-largo-13-de-maio-prainha.html>

Na sequência das obras de “desenvolvimento” da capital, na década de 60 foi realizado outro grande aterro na baía norte, onde hoje está construída a avenida Beira-Mar Norte, importante via de acesso ao norte da ilha. Na década seguinte, como suporte à cabeceira da ponte Colombo Salles, outro aterro foi realizado. Essa ponte foi uma importante obra de infraestrutura, edificada em concreto, e formou juntamente com a antiga ponte Hercílio Luz, as vias de acesso e saída da Ilha, atendendo a crescente demanda da capital do estado. Por fim, o último e maior aterro, 440 mil metros quadrados de área aterrada, destinado a um projeto de urbanização do paisagista Roberto Burle Marx. O projeto visava a criação de um grande bulevar com áreas de esporte e lazer, no entanto, nunca foi executado (MOSER, 2015, s.p.).

Segundo Moser (2015, s.p.), a partir da década de 1950, a administração pública passa a investir fortemente na esfera do turismo, até que na década de 70 o setor consolida-se como um importante agente econômico de Florianópolis. Neste momento, o desenvolvimento do turismo passa a intervir no âmbito imobiliário, com a facilitação dos financiamentos disponibilizados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), o cenário da construção civil expande-se e intensifica a especulação imobiliária, com a criação de núcleos residenciais em áreas voltada para turistas, como aponta Moser (2015, s.p.).

É ainda nos primeiros anos da década de 70, que o então prefeito da cidade, Nilson Severo da Costa, sanciona a lei municipal número 1202/74, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município, além de criar o órgão competente para sua administração. No entanto, segundo a indicação de Souza (1981, p. 184), menos de uma década depois, as políticas de preservação promovidas a nível municipal não parecem ter sido eficazes, pois das chácaras descritas anteriormente, apenas poucos vestígios ainda existiam. Afirma também que teria, a corrida imobiliária, destruído o que a autora chama de “lado tradicional e pitoresco” da antiga cidade do Desterro.

No início da década de 80, o decreto municipal 022/80 demarca e legaliza o tombamento do conjunto oitocentista localizado na Praça XV de Novembro, segundo Mendonça (2020, p. 3). E no final da década, o decreto 521/89 define a classificação de

cada edifício estipulando as possibilidades e restrições de intervenção para cada classe: P1 designa os imóveis que devem ser completamente preservados, ou restaurados em caso de necessidade, interna e externamente, em função do seu estatuto de valor histórico, artístico ou cultural; com P2 são classificadas as edificações que devem ver mantida a sua integridade externa, sendo conservada ou restaurada, permitindo compreender o perfil histórico urbano da paisagem, enquanto são permitidas intervenções e remodelações internas; e por fim, P3 designa as edificações adjacentes a construções ou conjuntos arquitetônicos de interesse histórico. Essa classificação permite qualquer tipo de alteração, inclusive demolição do edifício, no entanto, estará sujeito a restrições, em casos de descaracterização ou obstrução das relações espaciais e visuais envolvendo as edificações de interesse histórico.

Conforme o documento relativo às Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural de natureza material de Florianópolis, publicado em 2012, pelo Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN), vinculado ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), foi produzido um inventário onde estão registradas todas as edificações tombadas conforme as regulamentações estipuladas pela esfera municipal, assim como a indicação das obras tombadas a nível estadual e federal. Este inventário vem ao encontro da confirmação de algumas hipóteses levantadas por Souza (1981, p. 12), na sua conclusão em relação ao capítulo sobre os primeiros núcleos açorianos.

A autora afirma que dos açorianos que se instalaram na ilha, boa parte se estabeleceu mais para o interior, fundando as antigas freguesias de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio (atualmente distrito de Santo Antônio de Lisboa), Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (atual Lagoa da Conceição) e Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (hoje, distrito de Ribeirão da Ilha). Souza indica que esses distritos são os mais antigos núcleos de colonização açoriana⁵² e afirma que neles podem ser encontradas as construções mais características de origem portuguesa na ilha, também por tratar-se de áreas mais interiores, que podem não ter sofrido tão incisiva

⁵² Em concordância com os estudos de Luz (1994); Jesus (2011); IPHAN – SC (2015) e Rocha (2018).

influência com a evolução através dos anos, com as posturas municipais e posterior pressão do mercado imobiliário e turístico, até o final do século XX (SOUZA, 1981, p. 184).

Como pode ser verificado no inventário, os três distritos citados por Souza (1981, p. 12), contam com delimitações de Áreas de Preservação Cultural. O distrito da Lagoa da Conceição é tombado a nível municipal, em conjunto com 10 edificações preservadas em diferentes estilos arquitetônicos. As demarcações relativas a Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha encontram-se em processo de tombamento, também na esfera federal, e reúnem exemplares arquitetônicos de variados estilos. O distrito de Ribeirão da ilha contempla 50 edificações na demarcação, tendo menor número apenas do que a poligonal do centro da antiga Vila do Desterro, que conta com 141 edificações.

No entanto, outra informação abordada por Souza (1981, p. 12) e que pode ser confirmada neste inventário, é que apenas as construções religiosas e militares preservadas até hoje são originárias do período colonial da ilha, enquanto toda a arquitetura doméstica edificada nesses antigos núcleos açorianos e conservadas até hoje, é constituída por construções do século XIX⁵³, ou sofreram tão profundas modificações, que não permitem mais reconhecer seus modelos primitivos.

4.3. Por que no imaginário popular “toda arquitetura antiga em Florianópolis é açoriana”?

Em sua obra acerca da imigração e etnicidade açoriana nos Estados Unidos e Brasil, João Leal (2007, p. 139 - 140) relata a grande quantidade de designações e sinaléticas gráficas observadas em visita à capital catarinense. Segundo o autor, não é incomum encontrar agências de viagens, restaurantes, pousadas, mercados com o nome indicativo “açoriano”, ou que carregue o título de alguma das Ilhas ou cidades do arquipélago, como “Hotel Faial”. No entanto, conforme relata Souza (1981. p. 185),

⁵³ Há uma exceção listada no inventário, a casa natal de Victor Meirelles, atual Museu Victor Meirelles. No entanto, a edificação que deve ser dos finais do século XVIII, é um sobrado, tipologia que não faz parte do grupo arquitetônico proposto para esta investigação.

desde o início da década de 1980, já era muito comum o uso da “herança açoriana” para justificar qualquer influência de origem portuguesa em Santa Catarina. Inclusive relacionada à arquitetura, pois segundo a historiadora, toda edificação construída até a metade do século XIX, é considerada pela população em geral, de origem açoriana.

No entanto, Leal (2007, p. 140) reconhece que não é desde sempre que o “manézinho da ilha”⁵⁴ se entende como herdeiro de uma cultura açoriana. Até meados do século XX, essa colonização da ilha por casais açorianos foi um fato que não recebeu grande importância a nível popular, quando muito, algumas pessoas reconheciam vagamente a ascendência de antepassados portugueses (LEAL, 2007, p. 141). Em entrevista fornecida a Leal em 2000, o historiador Walter Piazza afirma que relativo à esta amnésia histórica, juntava-se uma memória negativa acerca dos colonizadores açorianos, que contrariamente aos sucessivos colonos alemães e italianos chegados nos séculos XIX e XX, teriam fracassado em suas tentativas de produção agrícola. Assim, subsistindo por meio das atividades piscatórias, seriam responsáveis pelo subdesenvolvimento econômico do estado, sendo taxados pelos demais imigrantes europeus como “estruturalmente preguiçosos” (LEAL, 2007, p. 141 – 142).

Dessa forma, a amnésia narrada por Piazza, justifica-se no conceito de Michael Pollak (1992, p. 4 - 5) quando afirma que a memória é um fenômeno construído, que sofre flutuações, podendo ser gravada, recalcada, excluída ou lembrada, em função do momento em que é articulada e expressa. Pollak (1992, p. 5) afirma ainda que a memória é um elemento que constitui o sentimento de identidade, sendo extremamente importante para a sensação de continuidade e coerência na reconstrução da identidade de uma pessoa ou grupo, como é o caso das comunidades de descendência açoriana em Florianópolis.

Sabendo que, conforme defendem Peralta e Anico (2006, p. 2), o sentimento de identidade é o grau de identificação que um indivíduo tem com a comunidade a qual pertence, e sabendo que por muito tempo essa herança açoriana ficou esquecida, propositalmente ou não, entre a população do litoral catarinense, pode-se afirmar que

⁵⁴ Gentílico popular para designar os nativos de Florianópolis, conceito trazido por Pereira (2013).

o consenso empírico acerca da presença cultural açoriana em Santa Catarina, é fruto do processo construtivo de uma identidade.

Para Leal (2007, p. 139 - 140), essa reconstrução pode ser vista por meio dos letreiros de marketing, segundo ele, espalhado por toda a cidade, que de uma forma banal e rotineira mas, particularmente, para atrair o turista, sinaliza o novo enraizamento desta “identidade açorianista” em Florianópolis. O autor afirma ainda que pôde perceber essa retomada sensível “às raízes açorianas” também em outros fenótipos, como por exemplo a auto identificação de alguns indivíduos e coletivos como “açorianos”, para nativos da ilha catarinense.

No entanto, Leal (2007) afirma que essa construção identitária foi um longo processo que teve seu início no segundo semestre do ano de 1948, quando, em comemoração aos 200 anos de colonização açoriana em Santa Catarina, um congresso relativo à história catarinense, começou a mudar este cenário de anonimato e má fama dos colonizadores açorianos (LEAL, 2007, p. 142). Conforme os discursos de Silva Fontes e Oswaldo Cabral, trazidos por Leal (2007, p. 145 - 146), há uma reinterpretação da história desses colonizadores: se por um lado, os casais açorianos não obtiveram êxito nas atividades agrícolas, por outro desempenharam fulcral papel na ocupação e demarcação territorial da então colônia e posterior império brasileiro.

Entretanto, é apenas nas décadas de 1970 e 80, que este tema volta à discussão de forma mais incisiva, sendo apontado por Leal (2007), como a primeira retomada do movimento açorianista em Santa Catarina. Como primeiro evento desta fase, o então professor de sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador de temas acerca da cultura catarinense de origem açoriana, Nereu do Vale Pereira lança o projeto de um centro interpretativo de vocação açorianista no distrito de Ribeirão da Ilha. Este projeto é, também, um reflexo da importância que a universidade passa a ter perante o movimento açorianista no estado. Além disso, a universidade torna-se um fundamental intermediador do diálogo entre os Açores e Santa Catarina.

No ano de 1984, a UFSC promove a 1ª semana de estudos açorianos, evento que, segundo Walter Piazza narra a Leal (2007, p. 152) em uma entrevista, marca a retomada da “consciência açorianista” da classe intelectual catarinense. Este acontecimento foi marcado essencialmente pelo convite ao reitor da Universidade dos Açores (UAC) para pronunciamento do discurso de abertura e a assinatura de um protocolo entre a universidade açoriana e a UFSC, que no mesmo ano, resultaria na fundação do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) da universidade catarinense, que se manteria inativo até a década seguinte.

Neste momento, conforme indica Leal (2007, p. 155), estaria se desenvolvendo uma nova geração de ativistas sobre a cultura de matriz açoriana no cenário catarinense. No entanto, estes jovens procuravam um novo discurso acerca da açorianidade em Santa Catarina e conforme o autor, o trabalho de Franklin Cascaes disponibiliza essa possibilidade: uma aproximação diferenciada às raízes açorianas na ilha. O artista e escritor, que posteriormente teria seu nome atribuído à Fundação Cultural de Florianópolis, teve seu trabalho fortemente baseado nas tradições locais de origem açoriana, com a coleta de tradições orais, produção de desenhos artísticos com tinta da China e olaria de esculturas em argila, porém com uma expressão fortemente inovadora.

No entanto, conforme Leal (2007, p. 158), é na década de 1990 que acontece uma segunda e decisiva retomada acerca do tema açorianista, desta vez com diversas frentes e que, inicialmente, acontecem de forma dispersa pelo litoral catarinense. Segundo o relato de José Roberto Severo, em publicação de 1999⁵⁵, em contrapartida às réplicas de Oktoberfest no estado, criou-se, em Itajaí, a “Marejada”. A festa, que a partir de 1989, teve como suporte cultural a noção de um passado comum, baseado na imigração e colonização açoriana, mantém a figura do açoriano como âncora cultural do evento e criando acima disso, uma série de símbolos que supostamente teriam origem nesses imigrantes.

⁵⁵ Trazido por LEAL, 2007, p. 158

Outra importante frente, desenvolveu-se a partir de 1993, com volta a uma maior atividade do Núcleo de Estudos Açorianos (NEA) da UFSC. Com uma nova geração de ativistas, o núcleo reestrutura-se pela perspectiva de uma nova filosofia, que segundo Leal (2007, p. 159 - 160), consiste em dar ênfase no objetivo de devolver às comunidades com origem açoriana, o orgulho de suas raízes. Fazendo isso, por meio de atividades culturais, proporcionando o resgate prático da cultura açoriana.

O autor ressalta ainda que as atividades de pesquisas etnográficas e históricas acerca do tema, não foram abandonadas, no entanto, a prioridade passa a ser, o de colocar em prática os resultados até então obtidos com estas investigações e aplicá-las, de forma ativa, nas comunidades, divulgando e praticando a defesa do patrimônio açoriano em Santa Catarina (LEAL, 2007, p. 161).

Paralelamente a essa expansão no litoral catarinense, o movimento açorianista cresce também em Florianópolis, desvinculados do NEA. Outras organizações culturais da ilha desenvolvem-se no decorrer da década de 90, com fortes relações acerca da cultura de matriz açoriana. Leal (2007, p. 172), cita o exemplo da Fundação Catarinense de Cultura, instituição ligada ao governo estadual, que durante alguns anos deu grande ênfase ao tema açoriano em suas atividades. Tanto no apoio e financiamento de iniciativas externas, como de atividades próprias, como a edição e publicação do periódico *Ô Catarina!*, que veiculou ao longo de sua existência, temas de grande relevância sobre a temática açorianista.

Além da fundação estadual, Leal (2007, p. 173) traz o exemplo da Fundação Franklin Cascaes, instituição de cunho municipal para a cultura, que ganha força em atividades acerca do tema açorianista, após a eleição de 1996, com a tomada de posse da prefeita Angela Amin. O novo governo municipal adota uma agenda cultural de claro incentivo açorianista, com o lema “cultura da gente”. Essa agenda foi confiada à professora Lélia Nunes, discípula do historiador Walter Piazza, que assumiu o cargo de superintendente da Fundação Franklin Cascaes.

Como professora da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Nunes exerceu investigações acerca da temática açorianista relacionadas com as festas

populares, mais especificamente as Festas do Divino Espírito Santo. Em seu cargo, a socióloga expressa uma nítida preferência de incentivo à cultura popular e estímulo às manifestações tradicionais de comunidades locais. Estímulo que pode ser notado nas atividades da Fundação. No ano de 2000, segundo Leal (2007, p. 174), decorreram quatorze festas populares na Ilha de Santa Catarina.

A veiculação das informações acerca de temas açorianistas é um dos mais importantes instrumentos do processo de construção da identidade. Para além das iniciativas e eventos culturais, citados anteriormente, Leal (2007, p. 175 - 176) indica que a ampla cobertura midiática dessas manifestações, em jornais e programas especializados, auxiliam na divulgação detalhada da temática cultural de matriz açoriana. O autor refere ainda, a importância sobre a apropriação da “marca” açorianista pelo setor do turismo e a consequente popularização do tema por esta via. Por fim, destaca-se a importância das ramificações políticas, capazes de criar novas dinâmicas de investimento e consequente ascensão e fortalecimento da causa açorianista em todo litoral do estado.

Tendo em vista esse cenário cultural e identitário, fundamentado em uma cultura de matriz açoriana, pode-se compreender por que, na crença popular, acredita-se na influência arquitetônica açoriana nas edificações antigas de Florianópolis. Conforme Torrico (2006, p. 21), falar de identidades é também falar de patrimônio cultural, e para Peralta e Anico (2006, p. 1), a identidade e o patrimônio, são dois conceitos muito próximos e comumente interpretados como uma extensão óbvia um do outro, enquanto a identidade é a “essência” de uma comunidade, o patrimônio é a sua manifestação natural.

Dessa forma, pode-se estabelecer a hipótese de que, se os membros das comunidades herdeiras da açorianidade, têm o sentimento de pertença da cultura açoriana, há uma procura pela manifestação material desta herança cultural. E apesar de Vilson Francisco de Farias (2000) e Nereu do Vale Pereira (2003), por exemplo, apresentarem uma série de manifestações relativas à herança patrimonial da cultura açoriana em Santa Catarina, o patrimônio edificado parece atribuir maior credibilidade, na visão da população geral.

Considerações Finais

A colonização da Ilha de Santa Catarina realizada por meio de uma estratégia política da coroa portuguesa, durante o século XVIII, que transportou cerca de 8000 açorianos para o meridional da colônia brasileira, foi responsável não apenas pela transferência de indivíduos, mas para além disso, pelo transporte de sua cultura, seus saberes e costumes. Para além das práticas culturais de matriz açoriana, que muito já se estudaram, como o folclore, a escrita e a fala, a religiosidade, a gastronomia, os mitos e as lendas, esta análise pôde aprofundar as discussões acerca da influência arquitetônica açoriana que teria sido levada até a Ilha de Santa Catarina por meio dos conhecimentos tecnológicos relativos à construção.

Por meio de um processo que teve início no levantamento de informações acerca da tipologia arquitetônica construída durante o período colonial da ilha catarinense, seguido por uma investigação semelhante acerca das tipologias habitacionais do arquipélago açoriano, realizou-se uma comparação de caráter quantitativo, com a finalidade de identificar as tipologias açorianas que tivessem maior número de características semelhantes com a habitação catarinense, o que, consequentemente, deve indicar também maior semelhança entre elas. Em seguida, tendo destacado algumas das tipologias habitacionais, pôde-se realizar uma análise qualitativa, verificando assim as similaridades, elaborando hipóteses e verificando algumas constatações.

Relativamente à habitação urbana da Ilha de Santa Catarina, edificada essencialmente na Vila de Nossa Senhora do Desterro, puderam ser identificados três tipos de habitações açorianas com grande semelhança, a “casa encostada empena-a-empena” da parte central de São Miguel, a “casa de vila proto-urbana” da ilha Terceira e a “casa da Conceição e Angústias” do Faial.

As três tipologias açorianas, juntamente com a casa colonial de Santa Catarina apresentam uma série de características semelhantes, como: a tipologia geminada; os telhados de duas águas voltadas para frente e fundos; o característico ritmo das aberturas em porta-janela ou janela-porta-janela; em planta, o salão como primeiro

ambiente da residência, seguido por alcovas, utilizadas normalmente como quartos de dormir e aos fundos a cozinha, último ambiente do corpo da edificação com acesso para área externa. Ainda dentro da cozinha, pôde-se verificar, por meio do trabalho de prospecção arqueológica realizado em um sobrado no centro da capital catarinense⁵⁶, um elemento de vital importância para aproximação da casa desterrense às tipologias e a construção açoriana: o forno semicircular anexado ao fogão.

Deve considerar-se ainda, que para além das semelhanças entre essas tipologias habitacionais, há uma série de possíveis adaptações, que seriam necessárias para a reprodução das habitações açorianas em outro ambiente. Com características geográficas muito distintas do arquipélago açoriano, a Ilha de Santa Catarina não disponibiliza de rochas vulcânicas, o importante material para composição da alvenaria nas características construções dos Açores. Assim, tiveram que ser feitas adaptações, essencialmente de materiais, que no caso do basalto, foi substituído inicialmente pelo barro, na técnica de pau a pique e posteriormente pelos blocos cerâmicos⁵⁷ que passaram a ser produzidos alguns anos após a chegada dos colonizadores ilhéus.

Outro conjunto de aspectos que condiciona as tipologias arquitetônicas e pôde-se verificar grande semelhança é a inserção urbana. Com lotes de dimensões proporcionalmente muito similares entre os quatro grupos arquitetônicos em análise, as habitações ficam condicionadas à estarem encostadas empena-a-empena, pela curta largura frente à rua, porém com grandes quintais aos fundos, já que os lotes abundavam em comprimento.

Relativamente à essa tipologia de lote, pôde-se verificar um padrão entre as habitações açorianas, verificando que as três tipologias açorianas encontram-se em área de periferias, no entanto, muito próximas aos centros urbanizados de suas referidas ilhas, estando nas bordas das cidades de Ponta Delgada, de Angra do Heroísmo e da Horta. Este padrão poderia indicar também as áreas de proveniência

⁵⁶ Analisado no capítulo 2.

⁵⁷ Conhecidos como tijolos.

dos emigrados açorianos que instalaram-se em Santa Catarina, entretanto, seria necessária uma nova investigação com este foco.

Tendo em vista que existem tipologias habitacionais açorianas muito semelhantes à casa edificada na Ilha de Santa Catarina durante sua colonização, podemos acreditar que realmente houve um transporte de conhecimentos técnicos relativos à construção habitacional e que os emigrantes açorianos teriam construído no sul do Brasil residências que assemelham-se às suas antigas moradas, entretanto, considerando também as necessárias adaptações dessas edificações ao novo meio.

Além disso, a pesquisa pode identificar a partir do panorama criado através da arquitetura e sua evolução, desde a colonização até os dias atuais, como a vila de Nossa Senhora do Desterro desapareceu diante o avanço do “progresso” urbanístico e imobiliário da capital do estado, Florianópolis. E por fim, como foi construída a identidade de uma cultura de matriz açoriana, já no século XX, acerca de uma cultura transportada para a região em meados do século XVIII.

Em contrapartida, a investigação também teve muitas limitações, como a falta de material relativo às edificações habitacionais, que não é o caso das edificações religiosas e militares⁵⁸. Tanto as descrições feitas por viajantes, como os documentos públicos aos quais teve-se acesso, quando descrevem essas construções, a fazem de forma superficial e pouco detalhada, dificultando a possibilidade de reconstruí-las. No entanto, a maior dificuldade teria sido acerca da tipologia habitacional do interior da ilha, ao qual pode ser atribuída apenas uma breve descrição, feita por um viajante do século XVIII⁵⁹ e algumas figuras, nas quais essas habitações compunham a paisagem, também de setecentos.

Outra grande limitação imposta ao desenvolvimento da investigação foi em consequência à pandemia de covid-19 que assolou o Mundo. Não pôde-se realizar algumas visitas de campo programadas às ilhas Terceira e Faial, assim como à Ilha de Santa Catarina. Além disso, a impossibilidade de viajar ao Brasil, aliado ao fechamento

⁵⁸ Conforme pode se verificar em Souza (1981).

⁵⁹ Verificar capítulo 2.

de todas as repartições e, conseqüentemente, dos arquivos públicos do estado de Santa Catarina impediram a análise desses fundos, além de alguns documentos citados por autores, que seriam de grande importância para poder verificá-los e revisá-los. Além do mais, esta situação evidenciou grande falha nos arquivamentos, catalogação, indexação e também no atendimento remoto de bibliotecas, arquivos públicos e instituições governamentais de Santa Catarina e Florianópolis.

Por fim, esta investigação também abre possibilidades para novos estudos, como por exemplo, com a caracterização da casa da colonização desterrense, podem-se desenvolver novos comparativos acerca dela, como com as habitações construídas durante a colonização do Rio Grande do Sul, onde também existiram residências construídas por açorianos, ou até com as demais habitações coloniais do Brasil, verificando se há grande semelhança entre as habitações de influência açoriana com as casas construídas por emigrantes de Portugal continental.

Além disso, poderia também ser desenvolvido um aprofundamento deste estudo, relativamente às habitações açorianas, realizando mais levantamentos e conhecendo melhor suas características específicas, as quais poderiam revelar ainda mais aspectos a serem comparados. Do outro lado do Atlântico, com a abertura das instituições catarinenses e seus fundos, um aprofundamento nos arquivos históricos poderia proporcionar também algumas outras análises e talvez algumas descobertas acerca da construção colonial da vila de Nossa Senhora do Desterro.

A presente dissertação, apresentada como requisito para conclusão do Mestrado em História e Patrimônio é fruto de um longo processo construtivo, que para além das dificuldades rotineiras da investigação científica teve como empecilho uma crise sanitária à escala global. No entanto, encerra-se de forma satisfatória, concluindo as atividades propostas, conforme as possibilidades perante às restrições de segurança, respondendo aos questionamentos iniciais, as motivações institucionais e pessoais, com a satisfação em poder contribuir na construção da história e valorização do patrimônio cultural do estado de Santa Catarina e sua capital Florianópolis.

Referências Bibliográficas

- Adams, B., & Araujo, A. (2000). Aspectos comparativos da arquitetura dos Açores e ilha de Santa Catarina. In V. Farias, *Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo 500 anos litoral catarinense* (2ª ed.). Florianópolis: Ed. do autor. Pp. 476 – 489.
- Albergaria, Isabel Soares (2013). Na forja da “Arquitetura Regional”: Entre o determinismo geográfico e as desinências nacionalistas: o caso açoriano. In *Colóquio Internacional Arquitectura Popular*, Arcos de Valdevez: Casa das Artes. Pp. 1 – 25.
- Almeida, C. (2021). Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação. In *Trabalhadores estrangeiros na Europa Ocidental*. Paris: Comissão Nacional de Estudos Interétnicos. Pp. 203 – 212 (tradução: Maria R. Berredo, revisão: A. Sedas Nunes).
- Althoff, F. (2000). Arquitetura luso-brasileira no litoral de Santa Catarina. In V. Farias, *Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo 500 anos litoral catarinense* (2ª ed.). Florianópolis: Ed. do autor. Pp. 464 – 476.
- Althoff, F. (s.d.). *Aspectos Urbano-Arquitetônicos dos Principais Núcleos Luso-Brasileiros do Litoral Catarinense*. Florianópolis: NEA/UFSC. Recuperado em 23 de agosto de 2021, em <https://nea.ufsc.br/artigos/artigos-fatima/>
- Alves, J. C., & Lacerda, E. P. (2012). *Mapeamento do Patrimônio Cultural das Comunidades Açorianas de Santa Catarina*. Florianópolis: NEA/UFSC. Recuperado em 25 de agosto de 2021, em <https://nea.ufsc.br/artigos/artigo-joi-cletison-e-eugenio-p-lacerda/>
- Amaral, C. (1998). Açorianidade e construção comunitária: a Região Autónoma dos Açores e o seu contexto: Europeu e Transatlântico. In *Simpósio Internacional Comemorativo do Cinquentenário do 1.º Congresso de História Catarinense e 250 anos da Presença Açoriana em Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC/CAPES-MEC. Pp. 71 – 80.

Anileiro, A. (2017). A casa rural em Penafiel, entre meio de produção agrícola e espaço ritualizado. In *Genius Loci: lugares e significados*, volume 2. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

Boiteux, L. A. (1953). Açorianos e Madeirenses. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 219. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Pp. 122 – 169.

Borges Fortes, J. (1932). *Casaes*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho.

Brito, R. (1955). A Ilha de São Miguel. *Estudo geográfico*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura/ Centro de Estudos Geográficos.

Broos, H. (2002). *Construções antigas em Santa Catarina*. Blumenau: Cultura em Movimento Editora.

Cabral, O. R. (1950). Os açorianos. In *Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense*. Florianópolis: Imprensa Oficial. Pp. 503 – 608.

Cabral, O. R. (1954). Nossa Senhora do Desterro: casas - sobrados - chácaras. *Douro - Litoral: Boletim Da Comissão Provincial De Etnografia e História*, volumes III – IV. Porto: Edição da Junta da Província. Pp. 117 - 153

Cabral, O. R. (1979). Nossa Senhora do Desterro: Notícias. Florianópolis-SC: Editora Lunardelli.

Caldas, J. (1999). *Arquitectura popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.

Canclini, N. (1997). Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. *Culturas híbridas, poderes oblíquos*. São Paulo: Edusp. Pp. 283-350 (tradução: Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão).

Castilho, L. (2015). Onde moravam os outros?: a casa corrente na época moderna (a cidade de Viseu como estudo de caso). *Cultura, Espaço e Memória*, nº 6. Porto: CITCEM - Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pp. 61 – 72.

- Comerlato, F. (1999). *Relatório final de prospecção arqueológica em residência oitocentista do conjunto histórico da Praça XV*. Florianópolis: Instituto De Planejamento Urbano De Florianópolis.
- Comerlato, F. (s.d.). Prospecção arqueológica em residência oitocentista do conjunto histórico da Praça XV, município de Florianópolis - SC. In *IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pp. 1 – 13.
- Constância, J. (1964). A Ilha de S. Miguel: Contribuição para o seu estudo geográfico. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*. Coimbra: Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. Pp. 43.
- Constância, J. (1982). A Ilha de Santa Maria, evolução dos principais aspectos da sua paisagem humanizada (séculos XV a XIX). *Arquipélago, Série Ciências Humanas*, nº IV. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. Pp. 225 – 244.
- Costa, I. & Mesquita, H. (1978). *Tipos de habitação rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Superintendência de Recursos Naturais e Meio-Ambiente
- Farias, V. (2000). *Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo 500 anos litoral catarinense* (2ª ed.). Florianópolis: Ed. do Autor.
- Ferreira, S. (2011). *Vinda dos açorianos para Santa Catarina: migração, povoamento, ocupação, colonização ou epopéia?*. Florianópolis: NEA/UFSC. Recuperado em 24 de agosto de 2021, em <http://www.nea.ufsc.br/files/2011/04/SERGIO.pdf>
- Garcia, J. C. (2011). *Cartografia do Brasil na Biblioteca Pública Municipal do Porto* [CD-ROM]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto.
- Janeiro, M., & Fernandes, J. (1988). Um percurso da arquitetura açoriana do arquipélago ao Brasil. *Boletim Do Instituto Histórico Da Ilha Terceira*, XLV (tomo I). Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira. Pp. 371 – 388.

- Jesus, G. (2011). *Dinâmica socioespacial do distrito de Santo Antônio de Lisboa (Florianópolis / SC): passado e presente* (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Lacerda, E. (2003). *O Atlântico açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade* (tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Leal, J. (2007). *Açores, EUA, Brasil: Imigração e Etnicidade*. Açores: Direção Regional das Comunidades.
- Leite, A. (2017). Os caminhos da construção do território dos Açores nos séculos XV e XVI. In *Genius Loci: lugares e significados*, volume 2. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Pp. 599 – 610.
- Luz, S. (1994). *Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810 - 1930* (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Macedo, D. (2014). Urbanização em territórios luso-brasileiros: A urbanização das “Ordenações do Reino”. In *Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo. XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Brasília: FAU – UnB. Pp. 17 – 26.
- Martins, M. (2018). *Entre a pena e o bisturi: Oswaldo Cabral e a colonização da memória em Santa Catarina (1929-1972)* (tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais.
- Medeiros, C. (1969). Acerca da ocupação humana das ilhas portuguesas do Atlântico. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, nº 7. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa. Pp. 95 – 125.
- Medeiros, C. (1998). Nota sobre os primórdios da emigração açoriana e a ocupação do Sul do Brasil. *Cadernos de Geografia*, nº 17. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Pp. 139 - 143.
- Meneses, A. (1997). *Gentes dos Açores: o número e a mobilidade em meados do século XVIII*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. (policopiado).

Meneses, A. F. (1999). As ilhas, os arquivos e a história: o caso dos Açores. In *Seminário Internacional "Arquivos e Documentação Insular"*. Cidade da Horta: Biblioteca Pública e Arquivo da Horta. Pp. 723 – 732.

Meneses, A. F. (1999). Os ilhéus na colonização do Brasil: o caso das gentes do Pico na década de 1720. *Arquipélago - História*, 2ª série, nº III. Ponta Delgada: Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores. Pp. 251 - 264.

Meneses, A. F. (2014). Os açorianos na estruturação do Brasil do Sul: as levas de meados do século XVIII. In Scott, A., BERUTE, G. & MATOS, P. *Gentes das Ilhas: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790*. São Leopoldo: Oikos/ Unisinos. Pp. 60 – 81.

Menezes, M. (1952). Os casais açorianos no povoamento de Santa Catarina. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, nº 10. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira. Pp. 40 - 104.

Montaner, J. (2001). *Depois do movimento moderno*. Barcelona: Gustavo Gili.

Moser, G. (2015). Patrimonialização do meio ambiente e turismo: novos usos do mar em Florianópolis / SC. In *XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis: Associação Nacional de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de Santa Catarina. (s.p.).

Oliver, P. (1969). *Abrigo e sociedade*. Nova York: FA Praeger.

Peralta, E. & Anico, M. (2006). *Patrimónios e identidades*. Oeiras: Celta Editora.

Pereira, N. (1988). Sobre a pombinha açoriana. *Boletim Trimestral*, Nº 1. Florianópolis: Sub Comissão Catarinense De Folclore (SC). Pp. 39 - 40. Obtido em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884677&Pesq=arquitetura%20a%c3%a7oriana> & pagfis = 3092

Pereira, N. V. (2003). *Contributo açoriano para a construção do mosaico cultural catarinense*. Florianópolis: Papa-Livro Editora.

- Pereira, N. V. (2013). *Santa Catarina, a ilha, 500 anos* (2ª ed.). Florianópolis: Papa-Livro Editora.
- Pereira, Y. (2009). *Arquitetura de Imigração alemã em Blumenau: Das Permanências às Transformações* (dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia.
- Piazza, W. (1991). O Povoamento Açoriano. In O. Melo, *História Sócio-Cultural de Florianópolis*. Florianópolis: Clube Doze de Agosto, Editora Lunardelli, IHGSC. Pp. 53 – 89.
- Piazza, W. (1997). Açorianos e madeirenses no sul do Brasil. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, volume 10, nº 2. Rio de Janeiro: O Arquivo. Pp. 119 - 128.
- Piazza, W. F. (1999). *A epopeia açórico - madeirense: (1746 - 1756)* (2ª ed.). Funchal: Centro de estudos de história do Atlântico.
- Pinto, C. (2015). *Paisagem e morfologia na Ilha de Santa Catarina: Estudo dos núcleos iniciais do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição* (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Pollak, M. (1992). Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, volume 5, ed. 10. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas. Pp. 200 - 212.
- Rapoport, A. (1969). *Forma e cultura da casa*. Nova Jersey: Prentice-Hall.
- Ribeiro, O. (1955). *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*. Lisboa: Junta De Investigação Do Ultramar, Centro de Estudos Politicos e Sociais.
- Rocha, S. (2018). *Território, Patrimônio, Identidade - Espaços de memória da comunidade da Costa da Lagoa: possibilidades e possibilidades de musealização* (dissertação de graduação). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Rodrigues, J. (2007). Das ilhas ao Atlântico Sul: a política ultramarina e a emigração açoriana para o Brasil no reinado de D. João V. In *Anais De História De Além-Mar*, nº VIII. Lisboa: Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores. Pp. 57 - 68.

- Rodrigues, J. D. (2002). Entre duas margens: a circulação atlântica dos açorianos nos séculos XVII e XVIII. *Arquipélago - História*, nº VI, 2ª série. Ponta Delgada: Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores. Pp. 225 - 245.
- Rodrigues, J. D. (2005). O arquipélago dos Açores como região de fronteira. *Arquipélago - História*, nº IX, 2ª série. Ponta Delgada: Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores. Pp. 105 - 140.
- Rodrigues, J. D. (2010). Da periferia insular às fronteiras do império: colonos e recrutas dos Açores no povoamento da América. *Revista Anos 90*, volume 17, nº 32. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pp. 17 - 43.
- Rodrigues, J. & Madeira, A. (2001). A emigração para o Brasil: As levas de soldados no século XVIII. *Actas do Congresso Internacional Comemorativo do Regresso de Vasco da Gama a Portugal*. Lisboa: Universidade dos Açores - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Pp. 109 – 130.
- Rudofsky, B. (1973). *Arquitectura sin arquitectos: breve introducción a la arquitectura sin genealoía*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires.
- Sousa, P. S. (2014), Os Açores e os Movimentos Migratórios para o Brasil 1766-1834. In Scott, A., Berute, G. & Matos P. *As Gentes das Ilhas: trajectórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro nas décadas de 1740 a 1790*. São Leopoldo: Editora Oikos/ Unisinos. Pp. 82 - 104.
- Souza, M., Pinto, N., Stephan, Í., & Carvalho, A. (2018). Arquitetura doméstica no Brasil: do vernáculo ao popular. In *ENANPARQ - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Pp. 5378 – 5394.
- Souza, S. R. S. (1981). A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura.

Torrico, J. (2006). Patrimónios e discursos identitários. In *E. Peralta & M. Anico, Patrimónios e identidades*. Oeiras: Celta Editora. Pp. 21 – 34.

Veiga, E. (2001). Mitos e realidades das arquiteturas açoriana e colonial catarinense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, nº 20, 3ª fase. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Pp. 85 - 131.

Weimer, G. (2012). *Arquitetura popular brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Referências bibliográficas consultadas, mas não referidas no texto

Cunha, W. (2016). *Aspectos da presença da identidade açoriana no litoral catarinense* (dissertação de graduação). Universidade Federal de Santa Catarina.

Ferreira, S. (2006). A açorianização do litoral catarinense no setecentos. In *VI Jornada Setecentista: conferências e comunicações*. Curitiba: Aos Quatro Ventos; CEDOPE. Pp. 540 - 552.

Fossari, T. (2021). *Uma população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina* (tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.

Freyre, G. (1936). Sobrados e mucambos: decadência do patriarcho rural no Brasil (ed. Ilustrada). *Brasiliãa*, série 5ª, volume 64. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Giese, W. (1958). Uma casa rural da Ilha do Faial. *Boletim Do Instituto Histórico Da Ilha Terceira*, nº 16. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira. Pp. 214-223.

Hui, W. (2018). O Significado e o Uso do Conceito de Autenticidade na Conservação do Património Vivo: As Práticas na China - o Paradigma da “Antiga Aldeia de Hongcun” (dissertação de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Makowiecky, S. (2010). Ilha de Santa Catarina, séculos XVIII e XIX - Artistas viajantes e o estranhamento da paisagem. *Revista 19 e 20* (online), volume V, nº 4. [s.l.]: Arthur Valle, Camila Dazzi. Obtido em http://www.dezenovevinte.net/artistas/viajantes_sm.htm

Nór, S. (2010). *Paisagem e lugar como referências culturais: Ribeirão da Ilha - Florianópolis* (tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina.

Oliveira, J. (2007). *Natureza apropriada: uma exploração dos recursos naturais na capitania de Santa Catarina (1738 - 1808)* (dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista.

Riley, C. (2003). A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais. *Arquipélago - História*, 2ª série, nº VII. Ponta Delgada: Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, Universidade dos Açores. Pp. 143 - 172.

Rodrigues, J., & Rocha, G. (2008). A emigração açoriana para o Brasil: ritmos e destinos. In Matos, M., Sousa, F. & Hecker A. *Deslocamentos e histórias: os Portugueses*. Bauru: EDUSC. Pp. 245 – 258.

Rossa, W. & Ribeiro, M. C. (2015). Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Silva, M. (2016). Cultura açoriana no contexto da cidade-mercadoria: da invisibilidade à mercantilização em Florianópolis - SC. *Caminhos de Geografia - Revista Online*, volume 17, nº59. [s.l.]: Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas, Universidade Federal de Uberlândia. Pp. 144 - 161. Obtido em <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>

Vasconsellos, S. (1979). *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Weimer, G. (2000). A origem da arquitetura popular dos Açores. In *Estudos Ibero-Americanos*, volume XXVI, nº 2. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pp. 57-90.

Fontes

Berger, P. (1979). Ilha de Santa Catarina relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Assembleia Legislativa. Pp. 459 – 470

Brito, P. (1829). Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.

Carvalho, A. (1915). Uma visita à Santa Catarina em 1803 - 1804. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina*, IV(I a IV trimestres), 03 - 32.

Coelho, M. (1856). Memoria historica da Provincia de Santa Catharina. Desterro: Typ. de JJ Lopes.

IPHAN - SC, OCCA Arquitetas Associadas. (2015). *As Freguesias Luso-Brasileiras na Região da Grande Florianópolis: Dossiê de Tombamento*. Florianópolis: IPHAN

Mattos, J. (1917). *Colonização do Estado de Santa Catharina: dados históricos e estatísticos (1640-1916)*. Florianópolis: Secretaria Geral dos Negócios do Estado, GAB. TYP. D' "O DIA".

Leitão, C. M. (1934). Visitantes do primeiro império. *Brasiliiana*, série V, volume XXXII. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Pp. 202 - 230.

Mendonça, L. (2020). *Projeto de conservação, modernização e acessibilidade da sede do Círculo Ítalo-brasileiro de Santa Catarina - SIB/SC - Primeira Etapa*. Florianópolis: Prospectiva - arquitetura, restauro, consultoria Ltda. Pp. 01 - 15.

Oliveira, A. (1971). Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil 1816 - 1831 de Jean Baptiste Debret: excertos e ilustrações. São Paulo: Edições Melhoramentos.

Fontes consultadas, mas não referidas no texto

Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis. (2008). *Patrimônio Histórico e Cultural de natureza material: diretrizes básicas*. Florianópolis: Serviço do Patrimônio histórico, artístico e natural do município.

Leitão, C. (1934). Visitantes do primeiro imperio. *Brasiliiana*, série V, volume XXXII. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Saint-Hilaire, A. (1936). Viagem á Província de Santa Catharina (1820). *Brasiliانا*, série 5ª, volume 58. São Paulo: Companhia Editora Nacional. (Tradução Carlos da Costa Pereira).

Apêndices

Apêndice 1

Figura 29. Imagem 3D de Projeto desenvolvido no capítulo 2 a partir das descrições tipológicas citadas. Vista da “varanda” (cozinha) e pela porta à fora o quintal. Elaborada por Leandro da Silva



Fonte: Broos, H. (2002). Construções antigas em Santa Catarina. Blumenau: Cultura em Movimento Editora. Cabral, O. R. (1954). Nossa Senhora do Desterro: casas - sobrados - chácaras. Douro - Litoral: Boletim Da Comissão Provincial De Etnografia E História, III - IV, 117 - 153.

Apêndice 2

Figura 30. Imagem 3D de Projeto desenvolvido no capítulo 2 a partir das descrições tipológicas citadas. Vista superior da circulação, salão (sala) à direita, alcovas (de dormir) ao meio e "varanda" (cozinha) nos fundos. Elaborada por Leandro da Silva



Fonte: Broos, H. (2002). Construções antigas em Santa Catarina. Blumenau: Cultura em Movimento Editora. Cabral, O. R. (1954). Nossa Senhora do Desterro: casas - sobrados - chácaras. Douro - Litoral: Boletim Da Comissão Provincial De Etnografia E História, III - IV, 117 - 153.

Apêndice 3

Figura 31. Imagem 3D de Projeto desenvolvido no capítulo 2 a partir das descrições tipológicas citadas. Vista da porta de acesso frontal, à direita salão (sala), volume e porta de alcova (de dormir) ao centro e à esquerda corredor de acesso para cozinha e ao fundo porta de acesso ao quintal. Elaborada por Leandro da Silva



Fonte: Broos, H. (2002). Construções antigas em Santa Catarina. Blumenau: Cultura em Movimento Editora. Cabral, O. R. (1954). Nossa Senhora do Desterro: casas - sobrados - chácaras. Douro - Litoral: Boletim Da Comissão Provincial De Etnografia E História, III - IV, 117 - 153.

Apêndice 4

Figura 32. Imagem 3D de Projeto desenvolvido no capítulo 2 a partir das descrições tipológicas citadas. Vista de uma alcova (de dormir), contendo, uma cama, duas esteiras e baús para pertences. Elaborada por Leandro da Silva



Fonte: Broos, H. (2002). Construções antigas em Santa Catarina. Blumenau: Cultura em Movimento Editora. Cabral, O. R. (1954). Nossa Senhora do Desterro: casas - sobrados - chácaras. Douro - Litoral: Boletim Da Comissão Provincial De Etnografia E História, III - IV, 117 - 153.

Apêndice 5

Tabela 4. tabela nº 1 - atribuição de características arquitetônicas, individualmente, para as tipologias açorianas e catarinenses. Elaborada por Leandro da Silva

Localização / Identificação		Aspecto em análise						
		Aspecto externo						
Ilha	Nome tipologia	Aberturas coloridas	verga reta	óculos	arestas coloridas	pilastras	pintada de cal	
Santa Maria	Casa Mariense							
Santa Maria	Casa de língua acima							
Santa Maria	Casa dobrada							
São Miguel Ocid.	Casa abarracada							
São Miguel Ocid.	Casa com as águas paralelas à fachada							
São Miguel Ocid.	Casa de empena-fachada ou abarracada							
São Miguel Cent.	Casa encostada empena-a-empena (tp. Integrado)							
São Miguel Cent.	Casa linear (arrifes)							
São Miguel Orie.	Casa com cozinha separada							
São Miguel Orie.	Casa com pátio							
São Miguel Orie.	Casa com alpendre							
São Miguel Orie.	Casa com coz. perpendicular e passagem em arco							
São Miguel Orie.	Casa integrada							
São Miguel Orie.	Casa de dois pisos complexa							
São Miguel Orie.	Casa de influência erudita							
São Miguel Orie.	Casa de estilo micalense (influência erudita)							
Terceira	Casa linear							

Pico	Casa dobrada							
Faial	Casa linear simples ou térrea							
Faial	Casa linear com falsa							
Faial	Casa linear de dois pisos							
Faial	Casa de cozinha perpendicular em L							
Faial	Casa da Conceição e Angústias							
Faial	Casa hortense							
Faial	Casa de influência erudita							
Flores	Casa mais antiga							
Flores	Casa linear							
Flores	Casa com meia-água							
Flores	Casa em L							
Flores	Casa linear com loja							
Flores	Casa com cozinha dissociada							
Flores	Casa complexa							
Flores	Casa de influência erudita							
Corvo	Casa de "modo antigo"							
Corvo	Casa retangular							
Corvo	Casa variante em L							
Florianópolis	Casa colonial urbana							
Florianópolis	Casa colonial do interior da ilha							

Localização / Identificação		Aspecto em análise								
		fachada frontal								
Ilha	Nome tipologia	várias aberturas	janela-porta-janela	porta-janela	apenas porta	apenas janelas	sem aberturas	com sacada	empena com janela	empena lisa
Santa Maria	Casa Mariense									
Santa Maria	Casa de língua acima									
Santa Maria	Casa dobrada									
São Miguel Ocid.	Casa abarracada									
São Miguel Ocid.	Casa com as águas paralelas à fachada									
São Miguel Ocid.	Casa de empena-fachada ou abarracada									
São Miguel Cent.	Casa encostada empena-a-empena (tp. Integrado)									
São Miguel Cent.	Casa linear (arrifes)									
São Miguel Orie.	Casa com cozinha separada									
São Miguel Orie.	Casa com pátio									
São Miguel Orie.	Casa com alpendre									
São Miguel Orie.	Casa com coz. perpendicular e passagem em arco									
São Miguel Orie.	Casa integrada									
São Miguel Orie.	Casa de dois pisos complexa									
São Miguel Orie.	Casa de influência erudita									
São Miguel Orie.	Casa de estilo micaelense (influência erudita)									
Terceira	Casa linear									

Localização / Identificação		Aspecto em análise								
		Material construtivo paredes								
Ilha	Nome tipologia	alv. Tijolos	alv. Pedra	rebocada	tabique	cortinas (int.)				
Santa Maria	Casa Mariense									
Santa Maria	Casa de língua acima									
Santa Maria	Casa dobrada									
São Miguel Ocid.	Casa abarracada									
São Miguel Ocid.	Casa com as águas paralelas à fachada									
São Miguel Ocid.	Casa de empena-fachada ou abarracada									
São Miguel Cent.	Casa encostada empena-a-empena (tp. Integrado)									
São Miguel Cent.	Casa linear (arrifes)									
São Miguel Orie.	Casa com cozinha separada									
São Miguel Orie.	Casa com pátio									
São Miguel Orie.	Casa com alpendre									
São Miguel Orie.	Casa com coz. perpendicular e passagem em arco									
São Miguel Orie.	Casa integrada									
São Miguel Orie.	Casa de dois pisos complexa									
São Miguel Orie.	Casa de influência erudita									
São Miguel Orie.	Casa de estilo micaelense (influência erudita)									
Terceira	Casa linear									

Terceira	Casa integrada									
Terceira	Casa de dois pisos complexa									
Terceira	Casa de vila									
Terceira	Casa de vila proto-urbana									
Graciosa	Casa de cozinha perpendicular									
Graciosa	Casa linear									
Graciosa	Casa linear geminada									
Graciosa	Casa integrada									
Graciosa	Casa de janela-porta-janela									
Graciosa	Casa de alto e baixo									
Graciosa	Casa com torre									
Graciosa	Casa de expressão erudita									
São Jorge	Casa linear									
São Jorge	Casa com cozinha perpendicular									
São Jorge	Casa com cozinha perpendicular e torre									
São Jorge	Casa de influência erudita									
Pico	Casa com cozinha separada									
Pico	Casa com cozinha ligada por meia-água									
Pico	Casa com cozinha encostada									
Pico	Casa de vila (cozinha encostada)									
Pico	Casa linear									
Pico	Casa de cozinha sobrelevada									
Pico	Casa de influência erudita									

Pico	Casa dobrada									
Faial	Casa linear simples ou térrea									
Faial	Casa linear com falsa									
Faial	Casa linear de dois pisos									
Faial	Casa de cozinha perpendicular em L									
Faial	Casa da Conceição e Angústias									
Faial	Casa hortense									
Faial	Casa de influência erudita									
Flores	Casa mais antiga									
Flores	Casa linear									
Flores	Casa com meia-água									
Flores	Casa em L									
Flores	Casa linear com loja									
Flores	Casa com cozinha dissociada									
Flores	Casa complexa									
Flores	Casa de influência erudita									
Corvo	Casa de "modo antigo"									
Corvo	Casa retangular									
Corvo	Casa variante em L									
Florianópolis	Casa colonial "açoriana" urbana									
Florianópolis	Casa colonial do interior da ilha									

Localização / Identificação		Aspecto em análise								
		Telhado								
Ilha	Nome tipologia	2 águas	3 águas	4 águas	múltiplas águas	com beiral	com alpendre	com cornija	arestas caídas	com pombinha
Santa Maria	Casa Mariense									
Santa Maria	Casa de língua acima									
Santa Maria	Casa dobrada									
São Miguel Ocid.	Casa abarracada									
São Miguel Ocid.	Casa com as águas paralelas à fachada									
São Miguel Ocid.	Casa de empena-fachada ou abarracada									
São Miguel Cent.	Casa encostada empena-a-empena (tp. Integrado)									
São Miguel Cent.	Casa linear (arrifes)									
São Miguel Orie.	Casa com cozinha separada									
São Miguel Orie.	Casa com pátio									
São Miguel Orie.	Casa com alpendre									
São Miguel Orie.	Casa com coz. perpendicular e passagem em arco									
São Miguel Orie.	Casa integrada									
São Miguel Orie.	Casa de dois pisos complexa									
São Miguel Orie.	Casa de influência erudita									
São Miguel Orie.	Casa de estilo micaelense (influência erudita)									
Terceira	Casa linear									

Localização / Identificação		Aspecto em análise							
		Material cobertura telhado		Nível da edificação					
Ilha	Nome tipologia	telha cerâmica	palha	térrea	meia-loja	2 andares	3 andares +	com sótão/falsa	com porão
Santa Maria	Casa Mariense								
Santa Maria	Casa de língua acima								
Santa Maria	Casa dobrada								
São Miguel Ocid.	Casa abarracada								
São Miguel Ocid.	Casa com as águas paralelas à fachada								
São Miguel Ocid.	Casa de empena-fachada ou abarracada								
São Miguel Cent.	Casa encostada empena-a-empena (tp. Integrado)								
São Miguel Cent.	Casa linear (arrifes)								
São Miguel Orie.	Casa com cozinha separada								
São Miguel Orie.	Casa com pátio								
São Miguel Orie.	Casa com alpendre								
São Miguel Orie.	Casa com coz. perpendicular e passagem em arco								
São Miguel Orie.	Casa integrada								
São Miguel Orie.	Casa de dois pisos complexa								
São Miguel Orie.	Casa de influência erudita								
São Miguel Orie.	Casa de estilo micaelense (influência erudita)								
Terceira	Casa linear								

Pico	Casa dobrada								
Faial	Casa linear simples ou térrea								
Faial	Casa linear com falsa								
Faial	Casa linear de dois pisos								
Faial	Casa de cozinha perpendicular em L								
Faial	Casa da Conceição e Angústias								
Faial	Casa hortense								
Faial	Casa de influência erudita								
Flores	Casa mais antiga								
Flores	Casa linear								
Flores	Casa com meia-água								
Flores	Casa em L								
Flores	Casa linear com loja								
Flores	Casa com cozinha dissociada								
Flores	Casa complexa								
Flores	Casa de influência erudita								
Corvo	Casa de "modo antigo"								
Corvo	Casa retangular								
Corvo	Casa variante em L								
Florianópolis	Casa colonial "açoriana" urbana								
Florianópolis	Casa colonial do interior da ilha								

Localização / Identificação		Aspecto em análise									
		Dimensão da edificação									
Ilha	Nome tipologia	pequena	grande	alongada (laterais)	comprida (fundos)						
Santa Maria	Casa Mariense										
Santa Maria	Casa de língua acima										
Santa Maria	Casa dobrada										
São Miguel Ocid.	Casa abarracada										
São Miguel Ocid.	Casa com as águas paralelas à fachada										
São Miguel Ocid.	Casa de empena-fachada ou abarracada										
São Miguel Cent.	Casa encostada empena-a-empena (tp. Integrado)										
São Miguel Cent.	Casa linear (arrifes)										
São Miguel Orie.	Casa com cozinha separada										
São Miguel Orie.	Casa com pátio										
São Miguel Orie.	Casa com alpendre										
São Miguel Orie.	Casa com coz. perpendicular e passagem em arco										
São Miguel Orie.	Casa integrada										
São Miguel Orie.	Casa de dois pisos complexa										
São Miguel Orie.	Casa de influência erudita										
São Miguel Orie.	Casa de estilo micaelense (influência erudita)										
Terceira	Casa linear										

Localização / Identificação		Aspecto em análise								
		planta da edificação								
Ilha	Nome tipologia	várias peças (4+)	3 peças (sala, quarto, cozinha)	2 peças (quarto, cozinha)	2 peças (+ cozinha dissociada)	planta quadrada	planta em L	"lar" na cozinha	acesso coz. p/ quintal	com corredor int.
Santa Maria	Casa Mariense									
Santa Maria	Casa de língua acima									
Santa Maria	Casa dobrada									
São Miguel Ocid.	Casa abarracada									
São Miguel Ocid.	Casa com as águas paralelas à fachada									
São Miguel Ocid.	Casa de empena-fachada ou abarracada									
São Miguel Cent.	Casa encostada empena-a-empena (tp. Integrado)									
São Miguel Cent.	Casa linear (arrifes)									
São Miguel Orie.	Casa com cozinha separada									
São Miguel Orie.	Casa com pátio									
São Miguel Orie.	Casa com alpendre									
São Miguel Orie.	Casa com coz. perpendicular e passagem em arco									
São Miguel Orie.	Casa integrada									
São Miguel Orie.	Casa de dois pisos complexa									
São Miguel Orie.	Casa de influência erudita									
São Miguel Orie.	Casa de estilo micaelense (influência erudita)									
Terceira	Casa linear									

Localização / Identificação		Aspecto em análise							
		forno			chaminé				
Ilha	Nome tipologia	redondo	quadrado	saliente à estrut.	redondo	retangular	quadrado	grande	sobre o "lar"
Santa Maria	Casa Mariense								
Santa Maria	Casa de língua acima								
Santa Maria	Casa dobrada								
São Miguel Ocid.	Casa abarracada								
São Miguel Ocid.	Casa com as águas paralelas à fachada								
São Miguel Ocid.	Casa de empena-fachada ou abarracada								
São Miguel Cent.	Casa encostada empena-a-empena (tp. Integrado)								
São Miguel Cent.	Casa linear (arrifes)								
São Miguel Orie.	Casa com cozinha separada								
São Miguel Orie.	Casa com pátio								
São Miguel Orie.	Casa com alpendre								
São Miguel Orie.	Casa com coz. perpendicular e passagem em arco								
São Miguel Orie.	Casa integrada								
São Miguel Orie.	Casa de dois pisos complexa								
São Miguel Orie.	Casa de influência erudita								
São Miguel Orie.	Casa de estilo micaelense (influência erudita)								
Terceira	Casa linear								

Terceira	Casa integrada								
Terceira	Casa de dois pisos complexa								
Terceira	Casa de vila								
Terceira	Casa de vila proto-urbana								
Graciosa	Casa de cozinha perpendicular								
Graciosa	Casa linear								
Graciosa	Casa linear geminada								
Graciosa	Casa integrada								
Graciosa	Casa de janela-porta-janela								
Graciosa	Casa de alto e baixo								
Graciosa	Casa com torre								
Graciosa	Casa de expressão erudita								
São Jorge	Casa linear								
São Jorge	Casa com cozinha perpendicular								
São Jorge	Casa com cozinha perpendicular e torre								
São Jorge	Casa de influência erudita								
Pico	Casa com cozinha separada								
Pico	Casa com cozinha ligada por meia-água								
Pico	Casa com cozinha encostada								
Pico	Casa de vila (cozinha encostada)								
Pico	Casa linear								
Pico	Casa de cozinha sobrelevada								
Pico	Casa de influência erudita								

Pico	Casa dobrada								
Faial	Casa linear simples ou térrea								
Faial	Casa linear com falsa								
Faial	Casa linear de dois pisos								
Faial	Casa de cozinha perpendicular em L								
Faial	Casa da Conceição e Angústias								
Faial	Casa hortense								
Faial	Casa de influência erudita								
Flores	Casa mais antiga								
Flores	Casa linear								
Flores	Casa com meia-água								
Flores	Casa em L								
Flores	Casa linear com loja								
Flores	Casa com cozinha dissociada								
Flores	Casa complexa								
Flores	Casa de influência erudita								
Corvo	Casa de "modo antigo"								
Corvo	Casa retangular								
Corvo	Casa variante em L								
Florianópolis	Casa colonial "açoriana" urbana								
Florianópolis	Casa colonial do interior da ilha								

Localização / Identificação		Aspecto em análise				
		características do lote				
Ilha	Nome tipologia	isolada	geminada	com jardim	com quintal	com pátio
Santa Maria	Casa Mariense					
Santa Maria	Casa de língua acima					
Santa Maria	Casa dobrada					
São Miguel Ocid.	Casa abarracada					
São Miguel Ocid.	Casa com as águas paralelas à fachada					
São Miguel Ocid.	Casa de empena-fachada ou abarracada					
São Miguel Cent.	Casa encostada empena-a-empena (tp. Integrado)					
São Miguel Cent.	Casa linear (arrifes)					
São Miguel Orie.	Casa com cozinha separada					
São Miguel Orie.	Casa com pátio					
São Miguel Orie.	Casa com alpendre					
São Miguel Orie.	Casa com coz. perpendicular e passagem em arco					
São Miguel Orie.	Casa integrada					
São Miguel Orie.	Casa de dois pisos complexa					
São Miguel Orie.	Casa de influência erudita					
São Miguel Orie.	Casa de estilo micaelense (influência erudita)					
Terceira	Casa linear					

Terceira	Casa integrada					
Terceira	Casa de dois pisos complexa					
Terceira	Casa de vila					
Terceira	Casa de vila proto-urbana					
Graciosa	Casa de cozinha perpendicular					
Graciosa	Casa linear					
Graciosa	Casa linear geminada					
Graciosa	Casa integrada					
Graciosa	Casa de janela-porta-janela					
Graciosa	Casa de alto e baixo					
Graciosa	Casa com torre					
Graciosa	Casa de expressão erudita					
São Jorge	Casa linear					
São Jorge	Casa com cozinha perpendicular					
São Jorge	Casa com cozinha perpendicular e torre					
São Jorge	Casa de influência erudita					
Pico	Casa com cozinha separada					
Pico	Casa com cozinha ligada por meia-água					
Pico	Casa com cozinha encostada					
Pico	Casa de vila (cozinha encostada)					
Pico	Casa linear					
Pico	Casa de cozinha sobrelevada					
Pico	Casa de influência erudita					

Pico	Casa dobrada					
Faial	Casa linear simples ou térrea					
Faial	Casa linear com falsa					
Faial	Casa linear de dois pisos					
Faial	Casa de cozinha perpendicular em L					
Faial	Casa da Conceição e Angústias					
Faial	Casa hortense					
Faial	Casa de influência erudita					
Flores	Casa mais antiga					
Flores	Casa linear					
Flores	Casa com meia-água					
Flores	Casa em L					
Flores	Casa linear com loja					
Flores	Casa com cozinha dissociada					
Flores	Casa complexa					
Flores	Casa de influência erudita					
Corvo	Casa de "modo antigo"					
Corvo	Casa retangular					
Corvo	Casa variante em L					
Florianópolis	Casa colonial "açoriana" urbana					
Florianópolis	Casa colonial do interior da ilha					

Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.

Apêndice 6

Tabela 5. tabela nº 2 - Resumo dos resultados quantitativos comparativos de cada tipologia açoriana com a tipologia urbana da colonização na Ilha de Santa Catarina. Elaborada por Leandro da Silva

Ilha	Nome tipologia	Total	Verde	Amarelo	Vermelho	Pont.	Pont. %
Florianópolis	Residência urbana	-	-	-	-	37,5	100%
Santa Maria	Casa Mariense	34	12	1	21	23,25	62%
Santa Maria	Casa de língua acima	36	12	0	24	24	64%
Santa Maria	Casa dobrada	32	11	0	21	21,5	57,33%
São Miguel Ocid.	Casa abarracada	32	8	0	24	20	53,33%
São Miguel Ocid.	Casa com as águas paralelas à fachada	32	8	0	24	20	53,33%
São Miguel Ocid.	Casa de empena-fachada ou abarracada	39	12	2	25	26	69,33%
São Miguel Cent.	Casa encostada empena-a-empena (tp. Integrado)	44	14	1	29	29,25	78%
São Miguel Cent.	Casa linear (arrifes)	30	8	0	22	19	50,67%
São Miguel Orie.	Casa com cozinha separada	36	11	0	25	23,5	62,67%
São Miguel	Casa com pátio	34	10	0	24	22	58,67%

Orie.							
São Miguel Orie.	Casa com alpendre	30	11	0	19	20,5	54,67%
São Miguel Orie.	Casa com coz. perpendicular e passagem em arco	34	11	0	23	22,5	60%
São Miguel Orie.	Casa integrada	41	15	0	26	28	74,67%
São Miguel Orie.	Casa de dois pisos complexa	23	7	0	16	15	40%
São Miguel Orie.	Casa de influência erudita	25	7	0	18	16	42,67%
São Miguel Orie.	Casa de estilo micalense (influência erudita)	29	10	0	19	19,5	52%
Terceira	Casa linear	32	10	2	20	21,5	57,33
Terceira	Casa integrada	27	12	0	15	19,5	52%
Terceira	Casa de dois pisos complexa	27	9	1	17	18,25	48,67%
Terceira	Casa de vila	30	10	2	18	20,5	54,67%
Terceira	Casa de vila proto-urbana	39	13	1	25	26,25	70%
Graciosa	Casa de cozinha perpendicular	29	11	1	17	20,25	54%
Graciosa	Casa linear	30	9	0	21	19,5	52%
Graciosa	Casa linear geminada	33	9	0	24	21	56%

Graciosa	Casa integrada	32	10	2	20	21,5	57,33%
Graciosa	Casa de janela- porta-janela	33	12	1	20	22,75	60,67%
Graciosa	Casa de alto e baixo	24	9	1	14	16,75	44,67%
Graciosa	Casa com torre	25	8	0	17	16,5	44%
Graciosa	Casa de expressão erudita	23	6	1	16	14,75	39,33%
São Jorge	Casa linear	31	8	2	21	20	53,33%
São Jorge	Casa com cozinha perpendicular	33	12	1	20	22,75	60,67%
São Jorge	Casa com cozinha perpendicular e torre	26	8	1	17	17,25	46
São Jorge	Casa de influência erudita	21	5	1	15	13,25	35,33
Pico	Casa com cozinha separada	33	11	1	21	22,25	59,33%
Pico	Casa com cozinha ligada por meia- água	30	11	2	17	21	56%
Pico	Casa com cozinha encostada	30	10	0	20	20	53,33
Pico	Casa de vila (cozinha encostada)	20	7	0	13	13,5	36%
Pico	Casa linear	32	11	1	20	21,75	58%
Pico	Casa de cozinha sobrelevada	28	9	1	18	18,75	50%

Pico	Casa de influência erudita	22	6	1	15	14,25	38%
Pico	Casa dobrada	18	6	0	12	12	32%
Faial	Casa linear simples ou térrea	33	10	0	23	21,5	57,33%
Faial	Casa linear com falsa	30	10	0	20	20	53,33
Faial	Casa linear de dois pisos	28	8	0	20	18	48%
Faial	Casa de cozinha perpendicular em L	21	7	0	14	14	37,33%
Faial	Casa da Conceição e Angústias	41	12	2	27	27	72%
Faial	Casa hortense	25	9	1	15	17,25	46%
Faial	Casa de influência erudita	20	5	0	15	12,5	33,33%
Flores	Casa mais antiga	30	7	0	23	18,5	49,33%
Flores	Casa linear	33	11	1	21	22,25	59,33%
Flores	Casa com meia-água	33	11	1	21	22,25	59,33%
Flores	Casa em L	33	11	0	22	22	58,67%
Flores	Casa linear com loja	28	10	1	17	19,25	51,33%
Flores	Casa com cozinha dissociada	24	9	0	15	16,5	44%
Flores	Casa complexa	25	9	0	16	17	45,33%
Flores	Casa de	22	7	0	15	14,5	38,67%

	influência erudita						
Corvo	Casa de "modo antigo"	25	7	1	17	16,25	43,33%
Corvo	Casa retangular	30	9	1	20	19,75	52,67%
Corvo	Casa variante em L	27	9	0	18	18	48%

Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.

Apêndice 7

Tabela 6. Tabela nº 3 - Resumo dos resultados quantitativos comparativos de cada tipologia açoriana com a tipologia colonial do interior da Ilha de Santa Catarina. Elaborada por Leandro da Silva

Ilha	Nome tipologia	Total	Verde	Amarelo	Vermelho	Pont.	Pont. %
Florianópolis	Residência urbana	-	-	-	-	32,5	100%
Santa Maria	Casa Mariense	30	11	0	19	20,5	63,07%
Santa Maria	Casa de língua acima	33	10	0	23	21,5	66,15%
Santa Maria	Casa dobrada	27	8	0	19	17,5	47,69%
São Miguel Ocid.	Casa abarracada	39	10	0	29	24,5	75,38%
São Miguel Ocid.	Casa com as águas paralelas à fachada	33	8	0	25	20,5	63,07
São Miguel Ocid.	Casa de empena-fachada ou abarracada	36	11	0	25	23,5	72,31%

São Miguel Cent.	Casa encostada empena-a-empena (tp. Integrado)	33	9	1	23	21,25	65,38%
São Miguel Cent.	Casa linear (arrifes)	25	5	0	20	15	46,15%
São Miguel Orie.	Casa com cozinha separada	32	8	0	24	20	64,54%
São Miguel Orie.	Casa com pátio	32	7	1	24	19,75	60,77%
São Miguel Orie.	Casa com alpendre	25	7	0	18	16	49,23%
São Miguel Orie.	Casa com coz. perpendicular e passagem em arco	29	8	0	21	18,5	56,92%
São Miguel Orie.	Casa integrada	30	9	0	21	19,5	60%
São Miguel Orie.	Casa de dois pisos complexa	22	5	1	16	13,75	42,31%
São Miguel Orie.	Casa de influência erudita	16	2	0	14	9	27,69%
São Miguel Orie.	Casa de estilo micalense (influência erudita)	19	3	0	16	11	33,85%
Terceira	Casa linear	27	7	0	20	17	52,31%
Terceira	Casa integrada	22	8	0	14	15	46,15%
Terceira	Casa de dois pisos complexa	18	3	0	15	10,5	32,31%
Terceira	Casa de vila	21	5	0	16	13	40%

Terceira	Casa de vila proto-urbana	25	5	0	20	15	46,15%
Graciosa	Casa de cozinha perpendicular	28	9	1	18	18,75	57,69%
Graciosa	Casa linear	28	8	0	20	18	55,38%
Graciosa	Casa linear geminada	27	7	0	20	17	52,31%
Graciosa	Casa integrada	30	9	1	20	19,75	60,77%
Graciosa	Casa de janela-porta-janela	30	10	0	20	20	61,54%
Graciosa	Casa de alto e baixo	21	6	0	15	13,5	41,54%
Graciosa	Casa com torre	18	3	0	15	10,5	32,31%
Graciosa	Casa de expressão erudita	18	2	0	16	10	30,77%
São Jorge	Casa linear	31	8	1	22	19,75	60,77%
São Jorge	Casa com cozinha perpendicular	29	9	1	19	19,25	59,23%
São Jorge	Casa com cozinha perpendicular e torre	15	2	0	13	8,5	26,15%
São Jorge	Casa de influência erudita	18	2	0	16	10	30,77%
Pico	Casa com cozinha separada	32	10	0	22	21	64,61%
Pico	Casa com cozinha ligada por meia-água	28	8	1	19	18,25	56,15
Pico	Casa com cozinha encostada	30	8	0	22	19	58,46%

Pico	Casa de vila (cozinha encostada)	18	5	1	12	11,75	36,15%
Pico	Casa linear	30	8	1	21	19,25	59,23%
Pico	Casa de cozinha sobrelevada	28	8	1	19	18,25	56,15%
Pico	Casa de influência erudita	21	3	1	17	12,25	37,69%
Pico	Casa dobrada	15	3	0	12	9	27,69%
Faial	Casa linear simples ou térrea	33	9	0	24	21	64,61%
Faial	Casa linear com falsa	30	9	0	21	19,5	60%
Faial	Casa linear de dois pisos	28	7	0	21	17,5	53,85%
Faial	Casa de cozinha perpendicular em L	21	7	0	14	14	43,08%
Faial	Casa da Conceição e Angústias	23	4	0	19	13,5	41,54%
Faial	Casa hortense	15	3	0	12	9	27,69%
Faial	Casa de influência erudita	15	1	0	14	8	24,61%
Flores	Casa mais antiga	37	9	0	28	23	70,77%
Flores	Casa linear	31	8	0	23	19,5	60%
Flores	Casa com meia-água	30	8	0	22	19	58,46%
Flores	Casa em L	29	8	0	21	18,5	56,92%

Flores	Casa linear com loja	26	7	1	18	16,75	51,54%
Flores	Casa com cozinha dissociada	24	8	0	16	16	49,23%
Flores	Casa complexa	20	5	0	15	12,5	38,46%
Flores	Casa de influência erudita	17	4	0	13	10,5	32,31%
Corvo	Casa de "modo antigo"	25	6	0	19	15,5	47,69%
Corvo	Casa retangular	27	6	0	21	16,5	50,77%
Corvo	Casa variante em L	25	6	0	19	15,5	47,69%

Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.

Anexos

Anexo 1

Figura 33. Fotografia da quadricula A em processo de prospecção arqueológica



Fonte: Comerlato, F. (1999). Relatório final de prospecção arqueológica em residência oitocentista do conjunto histórico da Praça XV. Florianópolis: Instituto De Planejamento Urbano De Florianópolis. p. 25. Foto 10.

Anexo 2

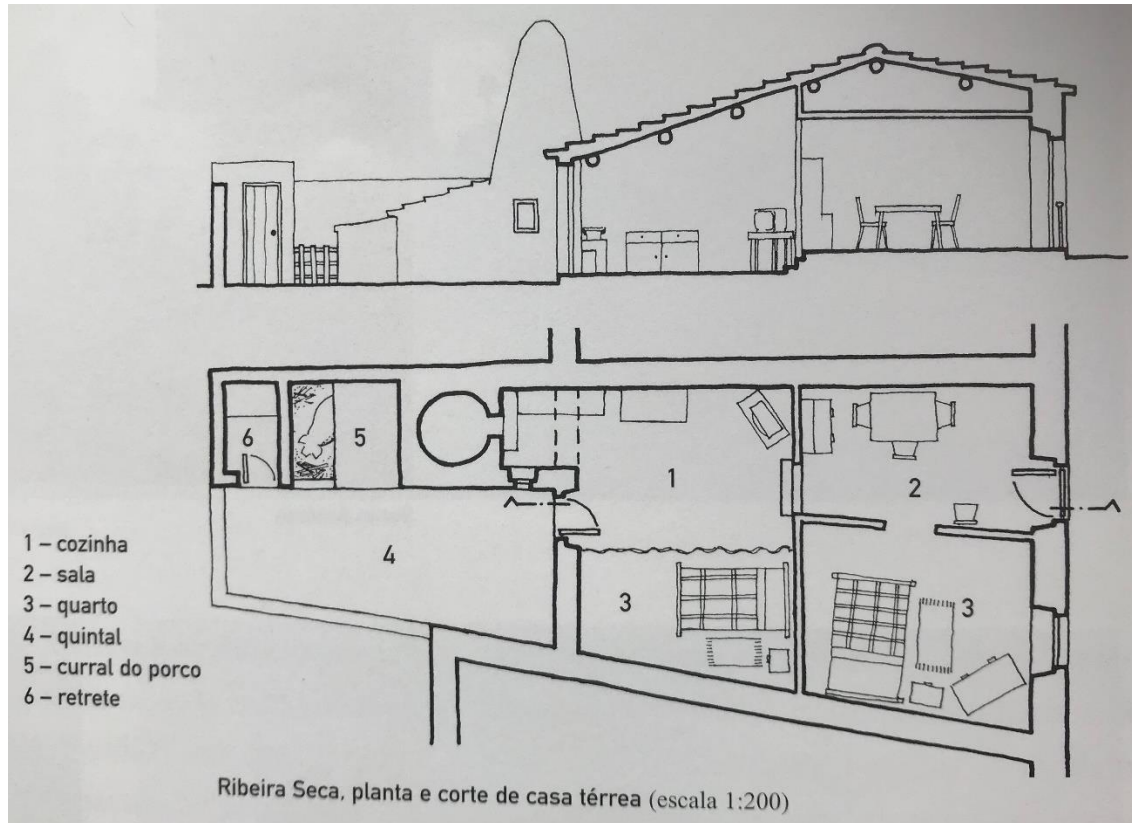
Figura 34. Fotografia da quadricula B em processo de prospecção arqueológica



Fonte: Comerlato, F. (1999). Relatório final de prospecção arqueológica em residência oitocentista do conjunto histórico da Praça XV. Florianópolis: Instituto De Planejamento Urbano De Florianópolis. p. 26. Foto 11.

Anexo 3

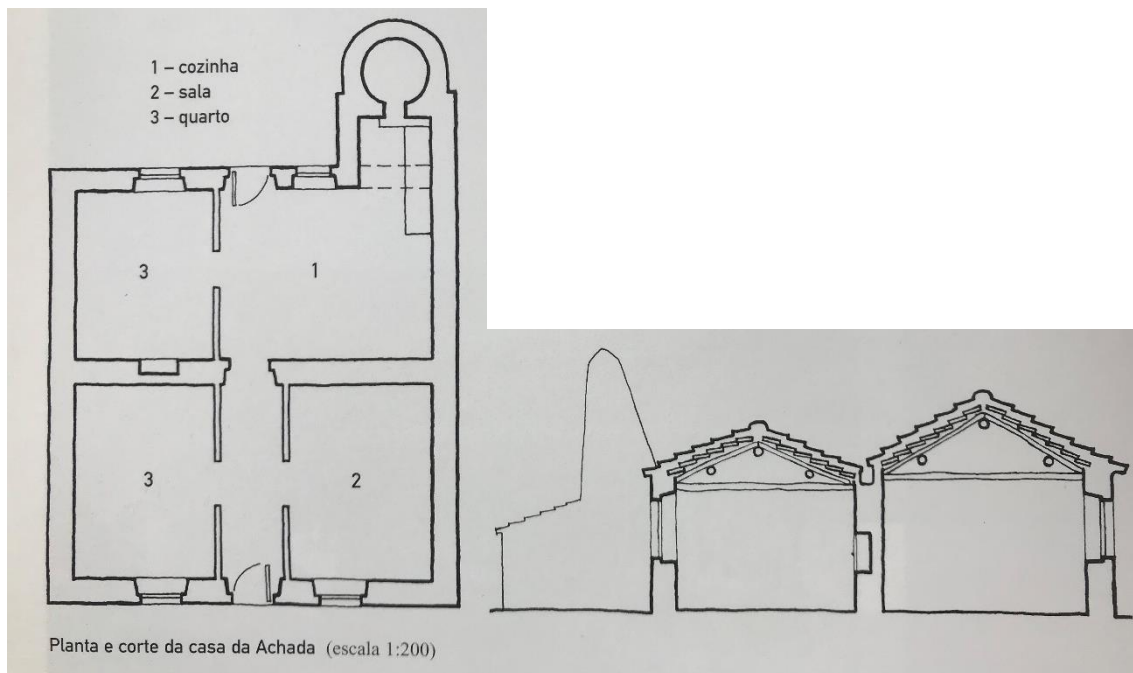
Figura 35. Levantamento arquitetônico de um exemplar da casa encostada empena-a-empena na Ribeira Seca, São Miguel Central



Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 134

Anexo 4

Figura 36. Levantamento arquitetônico de um exemplar da casa integrada na Achada, São Miguel Oriental



Fonte: Caldas, J. (1999). *Arquitetura popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 150

Anexo 5

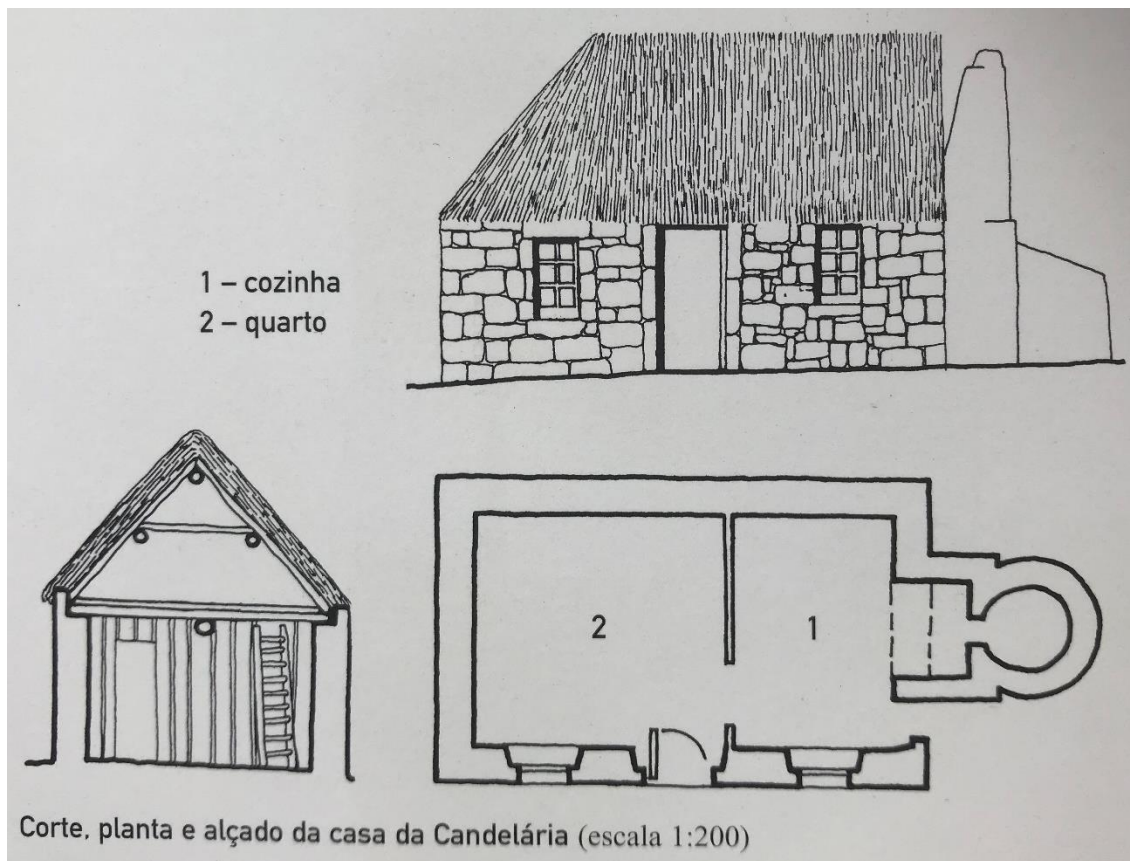
Figura 37. Casa da Conceição e Angústias. Em Angústias, Faial



Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 458

Anexo 6

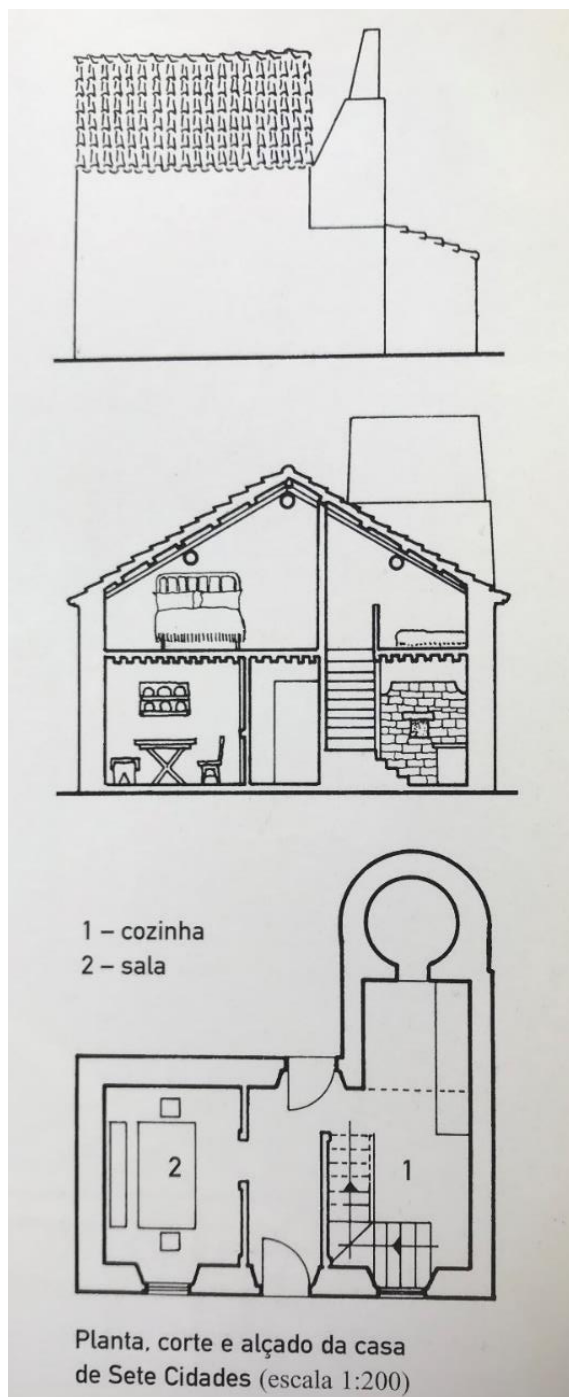
Figura 38. Levantamento arquitetônico de um exemplar da casa abarracada na Candelária, São Miguel Ocidental



Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 127

Anexo 7

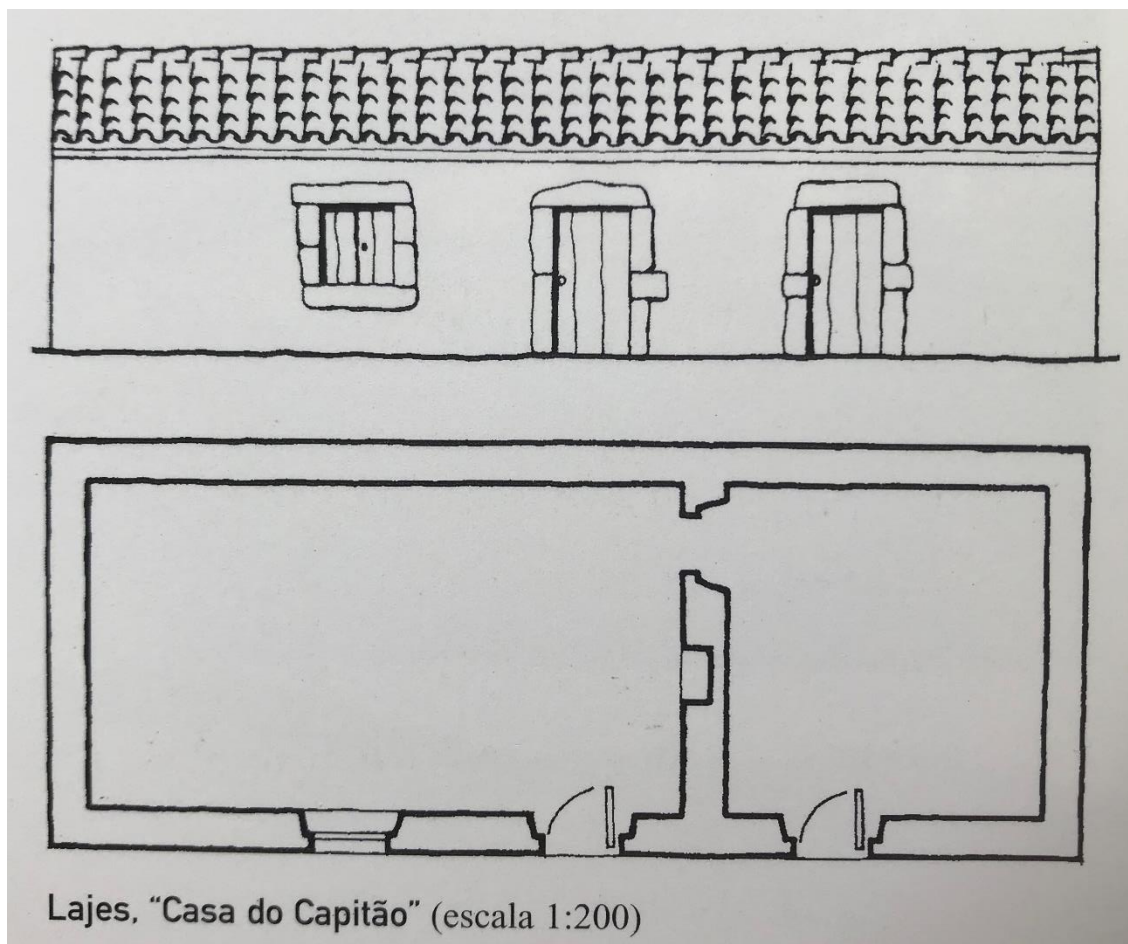
Figura 39. Levantamento arquitetônico de um exemplar da casa de empena-fachada nas Sete Cidades, São Miguel Ocidental



Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 131

Anexo 8

Figura 40. Levantamento arquitetônico de um exemplar da casa mais antiga em Lajes, Ilha das Flores



Fonte: Caldas, J. (1999). Arquitectura popular dos Açores. Lisboa: Ordem dos Arquitetos. p. 503